

1

**CADERNOS DE
HISTORIOGRAFIA
LINGUÍSTICA DO
CEDOCH**

VII MiniENAPOL de Historiografia Linguística (2013)

**Bruna Polachini
Julia de Crudis
Patrícia Borges
Stela Maris Danna
(Orgs.)**

FFLCH-USP

CADERNOS DE HISTORIOGRAFIA LINGUÍSTICA DO CEDOCH

VII MiniENAPOL de Historiografia Linguística (2013)

Bruna Polachini
Julia de Crudis
Patrícia Borges
Stela Maris Danna
(Orgs. convidadas do volume)

Cristina Altman
Olga Coelho
(Orgs. responsáveis pela série monográfica)

Volume nº 1
São Paulo
2015

FFLCH-USP

Catálogo na Publicação (CIP)
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

- C122 Cadernos de Historiografia Linguística do CEDOCH [recurso eletrônico] : VII MiniENAPOL de Historiografia Linguística (2013) / organizadoras convidadas do volume: Bruna Polachini ... [et al.] ; organizadoras da série monográfica: Cristina Altman, Olga Coelho. -- São Paulo : FFLCH/USP, 2015.
1660 Kb ; PDF. -- (Cadernos de Historiografia Linguística do CEDOCH ; v.1)

Modo de acesso: <http://cedoch.fflch.usp.br/cadernos>
ISBN 978-85-7506-263-0

1. Linguística histórica. 2. Língua portuguesa (Gramática)(Estudo). 3. Língua espanhola (Gramática)(Estudo). I. Polachini, Bruna, *coord.* II. Crudis, Julia de, *coord.* III. Borges, Patrícia, *coord.* IV. Danna, Stela Maris, *coord.* V. Altman, Cristina, *coord.* VI. Coelho, Olga, *coord.* VII. Série.

CDD 417.7

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitor: Prof. Dr. Marco Antonio Zago

Vice-reitor: Prof. Dr. Vahan Agopyan

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

Diretor: Prof. Dr. Sérgio França Adorno de Abreu

Vice-diretor: Prof. Dr. João Roberto Gomes de Faria

Secretária: Kely Martins Mendonça

DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA

Chefe: Profa. Dra. Cristina Altman

Vice-chefe: Profa. Dra. Margarida Petter

Coordenador de pós-graduação: Prof. Dr. Marcos Fernando Lopes

Vice-coordenador de pós-graduação: Profa. Dra. Raquel Santana Santos

CEDOCH

Coordenadoras: Profa. Dra. Cristina Altman e Profa. Dra. Olga Coelho

Av. Prof. Lineu Prestes, 159, S7

05508-900 - São Paulo - SP - Brasil

+55 (11) 3091-2114

cedoch@usp.br

Os textos publicados neste livro, primeiro volume da série monográfica, são de inteira responsabilidade de seus autores. Permite-se a reprodução desde que citada a fonte. Esta edição dos *Cadernos de Historiografia Linguística do CEDOCH* está disponível em: www.cedoch.fflch.usp.br/cadernos

Cadernos de Historiografia Linguística do CEDOCH: VII
MiniEnapol de Historiografia Linguística (2013) | São
Paulo | v. 1 | p. 1-160 | 2015

ISBN: 978-85-7506-263-0

SUMÁRIO

Apresentação	1
Linguistic historiography in Brazil: impressions and reflections <i>Pierre Swiggers</i>	2
Directions for linguistic historiography <i>Pierre Swiggers</i>	8
Uma proposta de periodização “complexa” para a gramaticografia oitocentista do português <i>Bruna Soares Polachini</i>	18
O contato entre o português brasileiro e as línguas africanas na visão de Mendonça (1935[1933]) e Raimundo (1933): uma análise historiográfica <i>Patrícia Souza Borges</i>	34
Uma breve revisão dos antecedentes históricos da pressuposição de dois níveis da linguagem na sintaxe das gramáticas racionalistas portuguesas do final do século XVIII <i>Alessandro Jocelito Beccari e Ednei de Souza Leal</i>	54
Dois modos do subjuntivo ao modo de Andrés Bello <i>Luizete Guimarães Barros</i>	71

Inovação e conservação de artigos e pronomes na gramática (1853[1847]) de Andrés Bello <i>Stela Maris Detregiacchi Danna</i>	96
O tratamento do metatermo <i>voz</i> em gramáticas portuguesas do século XIX <i>Julia de Crudis Rodrigues</i>	114
A descrição dos conectores nas gramáticas de Rocha Lima e Gladstone Chaves de Melo <i>Luana Silva do Nascimento Cunha</i>	136

COMISSÃO CIENTÍFICA

Profa. Dra. Cristina Altman (USP)

Prof. Dr. José Borges Neto (UFPR)

Profa. Dra. Maria Filomena Gonçalves
(Universidade de Évora)

Profa. Dra. Marli Quadros Leite (USP)

Profa. Dra. Olga Coelho (USP)

Prof. Dr. Ricardo Cavaliere (UFF)

ORGANIZADORES RESPONSÁVEIS

Cristina Altman

Olga Coelho

ORGANIZADORES CONVIDADOS

Bruna Soares Polachini

Julia de Crudis Rodrigues

Patrícia Souza Borges

Stela Maris Detregiacchi Gabriel Danna

DIAGRAMAÇÃO

Bruna Soares Polachini

REVISÃO

Bruna Soares Polachini

Edgard Bikelis

Julia de Crudis Rodrigues

Lygia Rachel Testa Torelli

Patrícia Souza Borges

Stela Maris Detregiacchi Gabriel Danna

APRESENTAÇÃO

É com grande satisfação que apresentamos o primeiro *Cadernos de Historiografia Linguística do CEDOCH* (Centro de Documentação em Historiografia Linguística, da Universidade de São Paulo). Este número, organizado por alunas de pós-graduação desse centro de pesquisa, as editoras convidadas, é resultante de alguns dos trabalhos apresentados no VI MiniEnapol¹ de Historiografia Linguística, ocorrido em setembro de 2013. Os trabalhos dos dois primeiros dias² de evento são brevementes descritos por Pierre Swiggers em seu texto “Linguistic historiography in Brazil: impressions and reflections”. Como nosso convidado de honra, o professor Swiggers ministrou um minicurso concomitante ao MiniEnapol, o qual tinha como parte de seus objetivos tratar de metodologias da Historiografia Linguística. Convidamos o professor, portanto, para escrever um artigo sobre o tema, e fomos gentilmente atendidas com o texto “Directions for Linguistic Historiography”.

Os sete artigos seguintes são relativos a apresentações do evento. Os temas abordados estão entre o tratamento do contato linguístico no Brasil no início do século XX, gramáticas portuguesas do século XVIII e XIX, gramáticas brasileiras do século XIX e XX, e alguns aspectos da gramática espanhola e oitocentista de Andrés Bello, que é abordada em dois dos artigos.

Agradecemos imensamente às coordenadoras do CEDOCH, Profa. Dra. Cristina Altman e Profa. Dra. Olga Coelho, ao convidado Prof. Dr. Pierre Swiggers, à comissão científica e aos responsáveis pela diagramação e revisão, sem os quais esse trabalho não poderia ter sido realizado.

Os organizadores.

¹ Tradicional evento do Departamento de Linguística da USP, em geral organizado somente por alunos de pós. Há o evento mais geral, simplesmente ENAPOL (Encontro de Pós-Graduando em Linguística da USP), que reúne os alunos do departamento, e há também suas versões menores, ou “mini”, que são relativas a uma área específica, como é o caso do MiniEnapol de Historiografia Linguística.

² Houve ainda um terceiro dia de evento, com apresentações que não resultaram em artigo. Pode-se encontrar mais informações a seu respeito no site do evento: <http://minienapol2013.files.wordpress.com>.

LINGUISTIC HISTORIOGRAPHY IN BRAZIL: IMPRESSIONS AND REFLECTIONS

Pierre Swiggers
(CHL, University of Leuven)

Between September 23 and 25 I was invited to give lectures on issues in linguistic historiography at the Universidade de São Paulo (USP) and the Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM)³. During my stay in São Paulo, the 7th MiniEnapol de Historiografia Linguística took place at USP⁴; this symposium, organized by the Centro de Documentação em Historiografia da Linguística (CEDOCH) and the Departamento de Linguística of USP, comprised six afternoon sessions, and I was able to attend all the presentations of the four sessions (*mesas*) that took place in the afternoons of September 23 and 24: “Mesa 1: Reflexões metahistóricas” (with presentations by Jorge Viana de Moraes and Bruna Soares Polachini)⁵; “Mesa 2: Pressupostos epistemológicos e programas de investigação” (with presentations by Patrícia Borges, by Ednei de Souza Leal, and a joint presentation by Ednei de Souza Leal and Alessandro Jocelito Beccari); “Mesa 3: Categorias gramaticais” (with presentations by Luizete Guimarães Barros, by Stela Maris Detregiacchi Gabriel Danna, and by Roberta Ragi); “Mesa 4: Categorias gramaticais e linguísticas” (with presentations by Julia de Crudis Rodrigues, by Luana Silva do Nascimento Cunha, and by Patrícia Veronica Moreira)⁶.

³ I would like to thank Prof. Cristina Altman (USP) and Prof. Olga Ferreira Coelho (USP) for the invitation to lecture at USP, and Prof. Ronaldo de Oliveira Batista (UPM) for the invitation to give a talk at UPM.

⁴ The venue of the MiniEnapol was the *Prédio de Letras* of the Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas of USP.

⁵ A third presentation that originally was scheduled, by Vera Lucia Harabagi Hanna, was cancelled.

⁶ Due to other commitments I could not attend the sessions scheduled on Wednesday 25 September: “Mesa 5: Contextualização e clima de opinião” and “Mesa 6: História da língua e historiografia da linguística”.

In what follows I will present some impressions of, and reflections⁷ on the presentations (and subsequent discussions) that I was able to attend.

First of all, I was impressed by the dynamic involvement of so many young scholars on the Brazilian East Coast (with a strong concentration in the various universities of São Paulo and Rio de Janeiro) in linguistic-historiographical work⁸. This strong involvement not only appeared from the number of (doctoral or postdoctoral) research projects presented at the 7th MiniEnapol, but also from the stimulating interaction between these young researchers who actively discussed each other's projects and methodology.

My second impression was one of a strong sense of (the need for) institutionalization of linguistic historiography; this is testified to not only by the fact that the meeting was the seventh in a series exclusively devoted to linguistic historiography, but also by the solid institutional embedding of most of the research projects exposed⁹.

Thirdly, I was impressed by the methodological awareness and the concern with metahistoriographical issues, clearly manifested by the participants in the symposium. The metahistoriographical¹⁰ issues involved ranged from questions relating to overall interpretive schemes (e.g., in terms of 'paradigms', 'research

⁷ In this text I have put together a number of reflections jotted down while attending the presentations at the São Paulo meeting. For a more principled set of reflections, see the text "Directions for Linguistic Historiography".

⁸ This is also evidenced by the continuous flow of issues of Brazilian linguistic and philological journals in Brazil that have been devoted to linguistic historiography: *Eutomia. Revista online de Literatura e Linguística* 3/2 (2010) [organized by Cristina Altman and Olga Ferreira Coelho]; *Todas as Letras. Revista de Língua e Literatura* 14:1 (2012: "Dossiê: Historiografia da Linguística") [organized by Cristina Altman and Ronaldo de Oliveira Batista]; *Confluência* 44-45 (2013) [organized by Ricardo Cavaliere]; *Todas as Letras. Revista de Língua e Literatura* 16:1 (2014: "Dossiê: História das Gramáticas") [organized by Diana Luz Pessoa de Barros and Ronaldo de Oliveira Batista].

⁹ Several of the participants presented doctoral (or postdoctoral) research projects carried out at USP, UMP, or the Universidade Federal Fluminense at Rio de Janeiro (UFF).

¹⁰ See the recently published book by Ronaldo de Oliveira Batista, *Introdução à historiografia da linguística*, São Paulo, Cortez, 2013.

programs', '*cynosures*'¹¹, 'traditions', or an adaptation of Galison's 'layers'¹²), to issues of periodization, as well as problems in the analysis of linguistic terminology¹³, and general reflections on the object of linguistic historiography (raising the problem of how to define 'linguistics' with respect to 'rhetorics', 'dialectics/logic'¹⁴, and 'semiotics'¹⁵).

I was also impressed with the 'density' of the materials studied in the various research projects dealing with the history of grammar. As a matter of fact, these projects involved the study of a comprehensive corpus of texts within a well-defined historical period (most often the 19th and 20th century)¹⁶.

And here I come to another (general) impression, viz. that of a strong investment in the more 'recent' history of Brazilian linguistics, especially the development of grammatical studies: this, of course, has evident historical reasons¹⁷, and has its direct motivation in the

¹¹ Dell Hymes' concept of *cynosure* was discussed in the presentation of Jorge Viana de Moraes.

¹² See Peter Galison, *How Experiments End*, Chicago, University of Chicago Press, 1987 and *Image and Logic*, Chicago, University of Chicago Press, 1997. For the application to linguistics, see P. Swiggers, "Modelos, métodos y problemas en la historiografía de la lingüística", in: *Nuevas aportaciones a la historiografía lingüística*, ed. by C. Corrales Zumbado, J. Dorta Luis *et al.*, Madrid, Arco/Libros, 2004, 113-146; "Another Brick in the Wall. The dynamics of the history of linguistics", in: *Amicitia in Academia. Composities voor Els Elffers*, ed. by J. Noordegraaf *et al.*, Münster, Nodus, 2006, 21-28. These ideas were discussed by Bruna Soares Polachini in her presentation.

¹³ Julia de Crudis Rodrigues discussed the (polysemous) term *voz* ('voice') in the history of Portuguese grammars of the 19th century (with reference to the complex history of Gr. φωνή and Latin *vox*, and their reflexes in Renaissance grammars of Portuguese).

¹⁴ This problem was raised in the presentation by Ednei de Souza Leal and Alessandro Jocelito Beccari dealing with the tradition of 'rationalist' grammars.

¹⁵ The latter issue was dealt with by Patrícia Veronica Moreira.

¹⁶ E.g., Bruna Soares Polachini focused on five Brazilian grammars of (Brazilian) Portuguese published in the 19th century: the grammars of A. Alvares Pereira Coruja, F. Sotero dos Reis, A. Freire da Silva, J. Ribeiro and M. de Araujo Maciel. And Ednei de Souza Leal presented a detailed study of the *Serões gramaticais* of Ernesto Carneiro Ribeiro.

¹⁷ After the end of the United Kingdom of Portugal, Brazil and the Algarves, and after the short-lived Kingdom of Brazil, the Empire of Brazil was founded in 1822. At the end of a century of internal conflicts and wars, Brazil became a Republic in 1889.

documentation being available, but it also testifies to the recognition of Brazilian linguistics (or ‘linguistics in Brazil’) as an autonomous research object.

On the other hand - and this is my final impression - I noticed a strong interest in the broader ‘South-American’ linguistic tradition, not only in the context of research on the history of missionary linguistics in Latin America¹⁸, but also with respect to 19th and 20th-century linguistics¹⁹. One of the key figures in this ‘Luso-Ibero-American’ configuration, linking the Hispanic and Lusitanic traditions, is of course Andrés Bello, whose innovative grammatical views (e.g., on the classification of the parts of speech, and on the function of grammatical categories) remain a source of inspiration²⁰.

In sum, I was impressed by the methodological and epistemological maturity and robustness of the research projects that were presented, by the enthusiastic involvement of such a large group of young researchers (all strongly encouraged by their promoters)²¹, as well as by the high quality of the presentations (supported by a power point presentation or by a paper version handout).

* *
*

Let me now offer a few reflections.

(1) A first reflection concerns the considerable potentialities of linguistic-historiographical research in Brazil: there is first, of

¹⁸ In this context special mention should be made of the wonderful exposition organized by CEDOCH on “*O conceito de gramática na tradição de descrição ibero-americana (século XV ao XIX)*”, which put on display a wide variety of grammatical descriptions of (Brazilian) Portuguese, of indigenous languages of Brazil and other South American countries, as well as a number of foundational texts (e.g. Nebrija’s grammatical works).

¹⁹ In her presentation Roberta Ragi offered a study of the concept of grammatical ‘case’ in grammars of Quechua written (in Spanish) in the 19th century (but with reference to the history of the description of Quechua, starting with Fray Domingo de Santo Tomás).

²⁰ Two papers, viz. by Luizete Guimarães Barros and by Stela Maris Detregiacchi Gabriel Danna, explicitly dealt with Bello’s grammatical conceptions.

²¹ Like Cristina Altman and Olga Ferreira Coelho (USP), Diana Luz Pessoa de Barros and Ronaldo de Oliveira Batista (UPM), Ricardo Cavaliere (UFF, Rio de Janeiro) or José Borges Neto (Universidade Federal do Paraná).

course, a tradition, extending over several centuries, of missionary linguistics, involving the grammatical and lexical analysis, description, and normalization of various indigenous languages spoken in Brazil, and, from the 19th century on, a very rich tradition of grammatical, lexicographical, philological, and linguistic work on (Brazilian) Portuguese and its history. The documentation available (in print or in manuscript) has not yet been catalogued, and it would be worthwhile to dedicate a number of distinct projects to a meticulous cataloguing and archiving of these source-texts, an endeavour for which an adequate division of labour ²² seems indispensable.

(2) A second reflection concerns the ‘contact-induced’ ²³ constitution and development of Brazilian linguistics (or ‘linguistics in Brazil’): linguistic knowledge in Brazil has been shaped first by the contact between European scholars (often missionaries) and the indigenous American languages, then by the interaction between European and Brazilian intelligentsia, and, in the 20th century, by the reception and assimilation of various trends of European and American structuralist, generativist, and - at present - functional and cognitive linguistics; to this one should add the impact of semiotics, as well as the interaction with surrounding linguistic traditions (in Argentina, Peru, Chili). This implies that a comprehensive historiographical approach of Brazilian linguistics should avail itself of concepts and models of the study of ‘languages in contact’: Brazilian linguistics has been, to a large extent, a linguistics of *confluências*²⁴.

(3) A third reflection concerns the modelization(s) and terminological apparatus(es) used by Brazilian linguists (grammarians; lexicographers; language theoreticians). Here we should ask questions such as: Where do we find explicit statements, by the respective linguists, about the use of models and terminologies? Was there a specific Brazilian ‘input’ in these areas ?

²² In terms of chronological divisions, and in terms of a division into study objects (e.g. Brazilian Portuguese; ‘Major’ indigenous languages, well studied since the first centuries of colonization; ‘Minor’ indigenous languages).

²³ The aspect of ‘contact’ (between Brazilian Portuguese and African languages) was central in the paper presented by Patrícia Borges.

²⁴ I allude here to the title of the Rio de Janeiro journal *Confluência*.

And, if so, in how far was this impact conditioned or motivated by linguistic situations/facts peculiar to the (indigenous) languages spoken in Brazil? What can be said about terminological traditions in Brazilian grammaticography²⁵, lexicography, linguistics? And, finally, has there been, at any moment, a specifically 'Brazilian' linguistics (and, if so, how should it be characterized)?

(4) A fourth reflection, specifically relating to the history of the description of Brazilian Portuguese concerns the relation to Portuguese of Portugal: At what time did the description of Brazilian Portuguese assume an 'autonomous' (or 'autonomizing') stand, and on what grounds was this status defended? How did specific characteristics of Brazilian Portuguese acquire a 'demarcative' status? How did the perception of differences between Brazilian Portuguese and Portuguese of Portugal affect (a) linguistic modelization, and (b) linguistic terminology?

(5) A final reflection concerns what I would call the 'integrative nature' of Brazilian linguistics: throughout its history, linguistic study in Brazil has been characterized by a propensity towards *integration*: integration of linguistics and philology, integration of a synchronical and diachronical²⁶ perspective, integration of a broad humanistic outlook, and integration, within linguistics, of a pragmatic-semiotic approach.

In conclusion, there is much interesting work to be undertaken in the field of the historiography of Brazilian linguistics. On the one hand, there remains much to be done in terms of study of authors, texts, academic curricula, etc.; on the other hand, there is much that remains to be done in terms of perspectives: the history of Brazilian linguistics lends itself not only to a study from the point of view of the history of science, but also from a sociolinguistic and sociological point of view, from an ecological-linguistic point of view, and from the point of view of institutional history and cultural history.

²⁵ In her presentation Luana Silva do Nascimento Cunha focused on two key figures in the recent history of Brazilian Portuguese grammaticography, viz. Rocha Lima and Gladstone Chaves de Melo.

²⁶ In which *etymology* has received its due place; for a Brazilian perspective on the history and practice of etymology, see Mário Eduardo Viaro, *Etimologia*, São Paulo, Contexto, 2011.

DIRECTIONS FOR LINGUISTIC HISTORIOGRAPHY

Pierre Swiggers
(CHL, University of Leuven)

0. INTRODUCTION

The present text²⁷ is not intended as a ‘catechism’ offering a set of prescriptions and normative principles for linguistic historiography. Neither should it be read as a research outline or as a programme for the study of the linguistic past; such an outline would have to involve an extensive (critical) discussion of models, of research formats, and of conditions to be imposed on the (meta)language of the historiographer²⁸. Without denying the theoretical and practical usefulness of such an undertaking, it should be pointed out that the great variety of source-texts, of sociocultural, disciplinary and institutional contexts²⁹ makes it very difficult to set up an ‘algorithm’ for linguistic historiographical research³⁰. What is

²⁷ For an elaborate discussion of the methodological and epistemological issues raised here, I refer to Swiggers (2004), which can be supplemented with a number of more recent texts, such as Swiggers (2009, 2010, 2012a, 2013). For a discussion of models in linguistic historiography, cf. Swiggers (1990).

²⁸ For a comprehensive study of the (meta)language of the historiographer, see Ankersmit (1983); cf. also Swiggers (1987). On the issue of metalanguage (in linguistics) in general, see Swiggers (2011).

²⁹ Not to speak of the diversity of ‘linguistic materials’ dealt with by those who have produced, in the past, some kind of ‘linguistic knowledge’. This diversified ‘linguistic substance’ can be called, in conformity with the terminology of palaeo-ethnographers (cf. Leroi-Gourhan 1943) the *matter* (French *la matière*) to which (various) *forms* of linguistic ‘handling’ have been applied. For the application of some concepts of palaeo-ethnography and of the ‘history of techniques’ (French *histoire des techniques*) to the historiography of linguistics, see Swiggers (2003, 2012b).

³⁰ See the point made in Gómez Asencio / Montoro del Arco / Swiggers (2014), the title of which may erroneously (!) suggest an ‘authoritarian’ metahistoriographical stand.

offered here is a set of reflections on the object and the general methodology of linguistic historiography; the purpose of these reflections is to point to (what I take to be relevant) directions³¹ for thinking about the pursuit of work in linguistic historiography, a field which is now fully recognized as an academic discipline³².

1. LINGUISTIC HISTORIOGRAPHY: APPROACHING THE OBJECT

Linguistic historiography can be defined as the study³³ of *linguistic knowledge* in the past (up to the present); this definition correlates with that of linguistics as the historically developed body of language-directed approaches and of reflective activities concerning these approaches (cf. Swiggers 1989). From this definition follow four different types of considerations (or broad

³¹ I allude here to the title of a volume (edited by W.P. Lehmann and Y. Malkiel) in which a foundation-laying paper in the field of historical linguistics was published (viz. Weinreich / Labov / Herzog 1968). Interestingly, the set of five problems which Weinreich / Labov / Herzog identify for historical linguistics can be transposed to linguistic historiography, viz. (a) the *constraints* problem (which would be that of defining the gamut of descriptive and theoretical problems that can be dealt with in linguistics), (b) the *transition* problem (which corresponds to change, and pace of change, in linguistic theorizing/practice), (c) the *embedding* problem (corresponding to the insertion, on the longitudinal axis, of changes in linguistic theorizing/practice), (d) the *evaluation* problem (which can be transposed to the issue of the societal implementation of changes in linguistic theorizing/practice), and (e) the *actuation* problem (which in linguistic historiography would correspond to the modalities of emergence and diffusion of [changes in] linguistic knowledge).

³² At present there are five scholarly journals exclusively devoted to linguistic historiography: *Historiographia Linguistica* (1974-); *Histoire, Épistémologie, Langage* (1979-); *Beiträge zur Geschichte der Sprachwissenschaft* (1991-); *Boletín de la Sociedad Española de Historiografía Lingüística* (2002-); *Revista argentina de Historiografía Lingüística* (2009-).

³³ I use 'study' as a neutral term here, which is, admittedly, a convenient way to circumvent the controversial issues as to (a) whether the historiographer should only 'describe' (and not 'explain') the past (the view I take is that any kind of systematic description is, in principle, an explanatory account); (b) whether the historiographer can interpret the past without (implicitly) evaluating it.

questions) that are crucial for linguistic historiographical study (and, as a matter of fact, for a proper understanding of linguistics as such):

(A) *What kinds of linguistic knowledge have occurred over the past?*

The answer to this question can be given in the form of an enumeration of (at times overlapping)³⁴ 'types of linguistic knowledge/interest'. Broadly speaking these types can be organized as follows:

- Language-(sub)systemic knowledge: (ortho)graphical
grammatical
- Language-variational knowledge: lexical (lexicological/lexicographical)
diatopical (= dialectological)
diastratic (= sociolinguistic)
- Language-historical knowledge: 'genealogical'
genetic (i.e. properly historical)
reconstructionist
- Language-comparative knowledge: historical-comparative
contrastive
typological
evaluative ('qualities' or 'vices' of languages)
- Ecolinguistic and glottopolitical knowledge
- Glottogenetic knowledge
- General linguistic knowledge: concerning the nature/'life'/ functions of language
- 'Paralinguistic' knowledge: neurolinguistic
psycholinguistic
- 'Applied' linguistic knowledge

(B) *Through which processes has linguistic knowledge been produced, diffused, and 'received'?*

³⁴ There are indeed various overlappings: e.g., any general discussion within the fields of language-systemic, language-variational, language-historical and language-comparative knowledge is relevant for general linguistic knowledge; the use of linguistic knowledge (of various kinds) in language teaching turns this into 'applied' linguistic knowledge; language-historical knowledge at the level of 'language genealogy' and genetic development has a bearing on glottogenetic knowledge; orthographical knowledge is also a matter of ecolinguistic/glottopolitical knowledge; and some aspects of language-comparative knowledge are intertwined with ecolinguistic and glottopolitical knowledge, etc.

The answer to this question requires an investigation into the various factors that play a role in these processes: the ‘producing’ instances (‘authors’³⁵ and their ‘texts’), the ‘intermediary’ instances, the channels of communication/transmission, the ‘receiving’ instances (‘public’), the linguistic problems or issues constituting the ‘subject matter’, and the temporal frames (time of production, period of reception, of diffusion ...).

(C) How have the knowledge contents been framed ?

This question, which concerns the ‘inner side’ of linguistic knowledge, has a direct bearing on the way the linguistic historiographer will (re)write the history of linguistics (or, most frequently, part of it). A detailed treatment of it would involve a full-scale study of the vocabulary, the ‘syntax’, and the expository format of the linguistic contents expressed. For the present purpose, it will suffice to outline the various types of content-frames:

- ‘presuppositional’ [underlying assumptions and beliefs]
- ‘propositional’ [hypotheses and affirmative/negative statements]
- ‘modular’ [this content-frame subsumes: (a) theoretical model; (b) techniques and procedures]
- ‘terminological’

(D) In what (types of) contexts has linguistic knowledge been produced, transmitted, ‘received’ ?

In dealing with this question, the linguistic historiographer will have to appeal to a distinction between:

- the cultural-ideological context
- the political context
- the socio-economic context
- the (eco)linguistic context
- the scientific context

³⁵ The notion of ‘author’ should neither be absolutized, nor should it be considered useless (or abusive). Cf. Swiggers (2004), with reference to ‘deconstructionist’ views on the concept of ‘author’.

2. LINGUISTIC HISTORIOGRAPHY: GOING ONE'S WAY

The methodology of linguistic historiography is, broadly defined, historiographical methodology applied to 'linguistic knowledge' (as outlined in 1.). The application of historiographical methodology to linguistic knowledge requires from the linguistic historiographer (a) a capacity to understand and judge the various aspects of linguistic knowledge that are present in her/his source texts, and (b) a (more than basic) knowledge with the goals, principles, and techniques of modern linguistics. In other words, it is essential for the linguistic historiographer to have received a properly linguistic training (cf. Malkiel / Langdon 1969).

As to historiographical methodology, this includes three major components:

(a) a heuristic component: this involves the search for, and identification of source materials (which, if necessary, have to be critically edited or translated); the gathering of information on their 'context' (context of production; related texts; influences, etc.); information on their historical relevance;

(b) an hermeneutic component: this involves the (critical analysis) of the (contents of the) source materials; their interpretation with reference to the context; relating them to earlier and later stages of linguistic knowledge; appropriate insertion of the insights resulting from the analysis within a broader view on the history of linguistic knowledge. The latter insertion will entail a reflection on 'long-run programs' and 'techniques' in the evolutionary course of linguistic theorizing and practice, on issues of canonization (and iconoclasm), of discontinuity vs. continuity ('revolution' vs. 'paradigm'), and especially on the nature and intensity of causal factors that have played a role in the production, diffusion, and reception (or non-reception !) of linguistic knowledge;

(c) a systematic-reconstructive component: this component is, in fact, intertwined with the hermeneutic component, since both suppose the application of a type of *categorization* to the corpus of

source-texts³⁶. Categorization underlies any attempt to understand history, and to make it understandable. The task of the historiographer of linguistics is complicated by the fact that, in principle, his object of study is already the product of (various types of) categorization efforts: linguists describe, or talk about, language(s) in terms of concepts, of idealized structures, of a (historically developed) sublanguage³⁷, and of models. The linguistic historiographer thus has to proceed to a (higher-level) categorization extending over historical products which are the result of categorizing activities.

Historians would be hard pressed to state specific ‘rules of thumb’ for doing historiographical work: different periods, diverse source materials, different research questions mostly require different investigation paths and strategies. We can, however, outline a number of ‘task domains’: (a) major types of analysis, focusing either on specific authors, concepts, techniques, or focusing on the macro-evolution of moulds of linguistic knowledge, in their social and institutional context; (b) general research agendas dealing, e.g., with various types of linguistic theories, ‘schools of linguistic thought’, and (national) traditions of linguistic research; (c) a general terminological frame³⁸ for describing and explaining the production, diffusion and reception of linguistic knowledge.

While the heuristic component is, on the one hand, ‘materially’ restrained by the number (and quality) of the available source materials, and while, on the other hand, it imposes a more uniformized working method, the hermeneutic and the systematic-reconstructive components allow for more variety and freedom.

³⁶ On the (necessary) use of categories in historiographical work, see Perelman (ed. 1969).

³⁷ I use this term as it is defined by Harris (1988).

³⁸ Elsewhere (Swiggers 2010) I have outlined the three areas for which the linguistic historiographer should have a terminological apparatus at his disposal: (a) the identification and study of anchoring points and clusters; the identification of evolutionary lines (overall evolutionary course; specific segments within a larger evolution; relationships in time); (c) the study of contents, formats and strategies associated with linguistic knowledge.

Given a chosen research topic, and a chosen chronological and geographical delimitation, the historiographical research can vary according to

(a) perspective: a basic distinction here is that between an *internal* history of linguistic thinking, focusing on linguistic views and practices taken on their own, and an *external* history of linguistics, according primacy to institutional, political and socio-cultural factors in the context of which linguistic ideas and products came about;

(b) depth of analysis: some types of historiography focus on the collection of data or on making data available (e.g. in a critical edition or in some kind of corpus), while others embark on a critical assessment of the achievements of the past, or try to explain what has happened in the historical course of linguistic knowledge;

(c) expository format: here we can distinguish between *sequential* historiography (narrative account), *topical* historiography (focusing on the analysis of a theme or on the conceptions of an author or of a school of thought), and *detached* historiography (reflecting on the history of some ideas, or on general processes in the history of linguistics);

(d) intellectual scheme: here a distinction can be made between *atomistic* historiography (sometimes called 'chronicling'), *structural* historiography, and *axiomatic* historiography. The first focuses on individual facts and events, the second on systematically organized linguistic views, or on the links between linguistic ideas and philosophical or broad scientific views, or on the interrelationship between ideas and practices in the long historical run of linguistics. Axiomatic historiography is concerned with the presuppositions and axioms on which a theory is based and from which theoretical and descriptive statements are derived;

(e) demonstrative purpose: this refers to the intention of the historiographer, who may want to write a classificatory account, or to write a polemical, or teleological, or critical-systematic history of (segments in) the evolutionary course of linguistic knowledge;

(f) 'style'³⁹: this corresponds to the at times hardly definable features of asking (historiographical) questions, of exploiting source materials, of engaging in collateral issues, as well as of writing up the historical account and ways of addressing one's readership.

Reflecting upon one's objectives and tasks, paying attention to (meta)historiographical principles and considerations is one thing; another thing is doing historiographical work, i.e. engaging in history-writing. That experience - crucially important, in my view, for a proper understanding of what linguistics is about (or can/should be about) - is a constant exercise of self-education and self-improvement, and of interaction with the past and present of the discipline. The exercise is difficult, but rewarding; the field is large, but inviting. Hit the road, Jack (and Jill) !

REFERENCES

ANKERSMIT, F.R. 1981. *Narrative Logic. A semantic analysis of the historian's language*. The Hague: Nijhoff.

GÓMEZ ASENCIO, J.J. / MONTORO DEL ARCO, E. / SWIGGERS, P. (to appear). "Principios, tareas, métodos e instrumentos en historiografía lingüística". In: M.L. Calero Vaquera / A. Zamorano Aguilar *et al.* (eds.), *Métodos y resultados actuales en Historiografía de la Lingüística*. Münster: Nodus, 266 – 301.

GRANGER, G.-G. 1968. *Essai d'une philosophie du style*. Paris: Armand Colin.

HARRIS, Z.S. 1988. *Language and Information*. New York: Columbia University Press.

LEHMANN, W.P. / MALKIEL, Y. (eds.) 1968. *Directions for Historical Linguistics*. Austin: University of Texas Press.

LEROI-GOURHAN, A. 1943. *L'homme et la matière*. Paris: Albin Michel.

³⁹ On this concept of 'style' see Granger (1968).

MALKIEL, Y. / LANGDON, M. 1969. "History and Histories of Linguistics". *Romance Philology* 22. 530-569.

PERELMAN, Ch. (ed.) 1969. *Les catégories en histoire*. Bruxelles: Presses de l'Université Libre.

SWIGGERS, P. 1987. "Remarques sur le langage historiographique". In: P. Rion (ed.), *Histoire sans paroles* (= *Cahiers de l'Institut de Linguistique de Louvain* 13/3-4), 29-48.

SWIGGERS, P. 1989. "Linguistics". In: E. Barnouw *et al.* (eds.), *International Encyclopedia of Communications*, vol. 2. New York - Oxford: Oxford University Press, 431-436.

SWIGGERS, P. 1990. "Reflections on (Models for) Linguistic Historiography". In: W. Hüllen (ed.), *Understanding the Historiography of Linguistics. Problems and Projects*. Münster: Nodus, 21-34.

SWIGGERS, P. 2003. "Continuités et discontinuités, tension et synergie: les rapports du latin et des langues vernaculaires, reflétés dans la modélisation grammaticographique". In: M. Goyens / W. Verbeke (eds.), *The Dawn of the Written Vernacular in Western Europe*. Leuven: Leuven University Press, 71-105.

SWIGGERS, P. 2004. "Modelos, métodos y problemas en la historiografía de la lingüística". In: C. Corrales *et al.* (eds.), *Nuevas aportaciones a la historiografía lingüística. Actas del IV Congreso Internacional de la SEHL*, vol. I. Madrid: Arco/Libros, 113-146.

SWIGGERS, P. 2009. "La historiografía de la lingüística: apuntes y reflexiones". *Revista argentina de historiografía lingüística* 1. 67-76.

SWIGGERS, P. 2010. "History and Historiography of Linguistics: Status, Standards and Standing". *Eutomia. Revista Online de Literatura e Lingüística*. 3/2. [<http://www.Revistaeutomia.com.br/eutomia-ano3-volume2-destaques.html>] 17 p.

SWIGGERS, P. 2011. "Le métalangage de la linguistique: réflexions à propos de la terminologie et de la terminographie linguistiques". *Revista do GEL* 7/2. 9-29.

SWIGGERS, P. 2012a. "Linguistic Historiography: Object, methodology, modelization". *Todas as Letras. Revista de Língua e Literatura* 14. 38-53.

SWIGGERS, P. 2012b. "L'homme et la matière grammaticale: historiographie et histoire de la grammaire". In: B. Colombat *et al.* (eds.), *Vers une histoire générale de la grammaire française. Matériaux et perspectives*. Paris: H. Champion, 115-133.

SWIGGERS, P. 2013. "A historiografia da linguística: objeto, objetivos, organização". *Confluência. Revista do Instituto de Língua Portuguesa* 44-4. 39-59.

WEINREICH, U. / LABOV, W. / HERZOG, M. 1968. "Empirical Foundations for a Theory of Language Change". In: Lehmann / Malkiel (eds.) 1968. 97-195.

UMA PROPOSTA DE PERIODIZAÇÃO “COMPLEXA” PARA A GRAMATICOGRAFIA OITOCENTISTA DO PORTUGUÊS

Bruna Soares Polachini
(CEDOCH, Universidade de São Paulo)

RESUMO: Neste artigo apresentamos parte dos resultados a que chegamos em nossa pesquisa de mestrado intitulada “O tratamento da sintaxe em gramáticas brasileiras do século XIX: estudo historiográfico” (cf. Polachini 2013), na qual observamos, em diversos aspectos, as continuidades e descontinuidades no tratamento da sintaxe de seis obras gramaticais, a saber: Morais Silva (1806), Coruja (1873[1835]), Sotero dos Reis (1866), Freire da Silva (1875), Ribeiro (1881), Maciel (1902[1894]). O resultado selecionado para ser apresentado neste artigo refere-se ao que chamamos de “periodização complexa”, considerando que a fizemos de acordo com as quatro capas ou dimensões que Swiggers (2004) distingue no conhecimento linguístico, a saber: capa teórica, capa técnica, capa documental e capa contextual. Nosso objetivo era observar se as capas movimentavam-se conjuntamente ou separadamente, isto é, no mesmo momento ou em momentos diferentes. Isso permitiu que as rupturas ou permanências fossem avaliadas em partes (as quatro capas) e em graus (ruptura, ruptura com continuidades, continuidade com rupturas e continuidade), não apenas em rupturas transversais ou a divisão entre tradições paradigmáticas. Nesta comunicação apresentamos a periodização resultante desse trabalho e a comparamos com outras periodizações, a saber: Nascentes (1939), Elia (1975), Cavaliere (2002), Parreira (2011), com vistas a debater diferentes metodologias de se analisar rupturas e permanências.

ABSTRACT: In this paper we present the partial results of our master’s degree research titled “The treatment of syntax in Brazilian grammars of the 19th century: a historiographical study” (cf. Polachini 2013), in which we study, under various aspects, the continuities and discontinuities in the treatment of syntax according to six grammatical works, to wit: Morais Silva (1806), Coruja (1873[1835]), Sotero dos Reis (1866), Freire da Silva (1875), Ribeiro (1881), and Maciel (1902[1894]). The results presented here relate to what we call “complex periodization,” considering the periodization we did according to the four layers or dimensions proposed by Swiggers (2004) in the field of linguistic knowledge: the theoretical layer, the technical layer, the documental layer, and the contextual layer. Our aim was to verify if the layers moved jointly or separately, i.e. all at one or at different times. This allowed us to assess the ruptures and continuities in separate (the four layers) and by degrees (rupture, rupture with continuities, continuity with ruptures, and continuity), not only in transversal ruptures or division between paradigmatic traditions. We present here the periodization resulting from this, and we also compare it with other periodizations, namely that of Nascente (1939), Elia (1975), Cavaliere (2002), and of Parreira (2011), in order to discuss different methodologies on how to analyze continuities and ruptures.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo, cujo tema é a proposição de uma periodização a partir de uma proposta de Swiggers (2004), é baseado em parte dos resultados⁴⁰ obtidos na dissertação de mestrado “O tratamento da sintaxe em gramáticas brasileiras do século XIX: estudo historiográfico”⁴¹ (cf. Polachini 2013), na qual procuramos observar o tratamento da sintaxe em seis gramáticas brasileiras do português do século XIX, a saber: o *Epítome da Grammatica Portugueza*, de Antônio Morais Silva, publicada em 1806; o *Compendio da grammatica da lingua nacional - Nova Edição Ampliada e Mais Correcta*, de Antonio Alvares Pereira Coruja, cuja primeira edição é de 1835, porém tivemos acesso apenas à edição de 1873⁴²; a *Grammatica portugueza accommodada aos principios geraes da palavra, seguidos de immediata applicação pratica*, de Francisco Sotero dos Reis, publicada em 1866; a *Grammatica Portugueza*, de Augusto Freire da Silva, publicada em 1875; a *Grammatica Portugueza* de Ribeiro, publicada em 1881; e, por fim, a *Grammatica Descriptiva baseada nas doutrinas modernas*, de Maximino de Araújo Maciel, publicada primeiramente em 1894⁴³, contudo, tivemos acesso apenas à terceira edição, de 1902.

⁴⁰ Na dissertação chegamos a quatro resultados: (1) Emergência e queda do aspecto dual da linguagem; (2) A norma: *usus vs. ratio* e o português brasileiro; (3) Permanência e mudanças; e (4) uma periodização complexa, a qual, em verdade, está estritamente relacionada com as três anteriores, e é a que abordamos especificamente neste trabalho.

⁴¹ Dissertação orientada pela Profa. Dra. Olga Ferreira Coelho Sansone e defendida em julho de 2013, na Universidade de São Paulo. Foi um projeto individual realizado conjuntamente com o projeto coletivo coordenado por Cristina Altman e Olga Coelho, *Documenta Grammaticae et Historiae*, que tinha objetivo de documentar gramáticas produzidas entre os séculos XVI e XIX.

⁴² Não é informado o número dessa edição, mas considerando que, posteriormente, encontramos outras edições de 1846 (4ª edição), 1847 (5ª edição), 1865 (sem número de edição) ela é, ao menos, a sétima.

⁴³ A primeira gramática de autoria de Maximino Maciel foi publicada em 1887 com o título *Grammatica analytica baseada nas doutrinas modernas satisfazendo às condições do actual programma*. A edição de 1894, que estamos considerando como primeira, da *Grammatica Descriptiva*, seria, em verdade, uma segunda edição da *Grammatica Analytica* bastante modificada.

Nossa intenção era, além de fazer um estudo sistemático acerca do tratamento dado à sintaxe nessas obras, confrontar as periodizações já existentes com a nossa, a qual tem duas particularidades: (1) tem como dados analisados somente e verticalmente o tratamento da sintaxe das obras; (2) sua base metodológica é a propostas das *capas* de Swiggers (2004). Foram quatro as periodizações utilizadas para comparação de Nascentes (1939), Elia (1975), Cavaliere (2002) e Parreira (2011), as quais apresentamos no quadro abaixo:

Nascentes (1939)	Elia (1975)	Cavaliere (2002)	Parreira (2011)
		Morais (1806)	Morais (1806)
Coruja (1835)			
			Freire da Silva (1875)
Ribeiro (1881)	Ribeiro (1881)	Ribeiro (1881)	Ribeiro (1881)
			Maciel (1894)

Quadro 1 - Periodizações

Pode-se observar que há alguns critérios diferentes nas periodizações. Primeiramente, Elia (1975) não elege uma obra como primeira gramática brasileira do português, mas apenas a data de 1822. As outras periodizações apresentam obras diversas: Nascentes (1939), considerando a gramática de Morais Silva (1806) como portuguesa (por razões pouco esclarecidas), diz que a primeira gramática efetivamente brasileira é, na verdade, a de Coruja⁴⁴. Cavaliere e Parreira concordam que o *Epitome* de Morais Silva (1806) seria a primeira gramática brasileira de língua portuguesa.

Entretanto, um ponto comum em todas as periodizações é o critério da ruptura epistemológica, a qual se dá em uma única

⁴⁴ Não se sabe ao certo por que Nascentes localiza o *Compendio* de Coruja (1835) como primeira gramática brasileira, pois se o critério fosse a Independência Política (1822) e a publicação no Brasil, haveria o *Compendio da Grammatica Portugueza*, de Antonio Costa Duarte, publicado em 1829, no Maranhão. A hipótese mais plausível é de que Nascentes desconhecia essa obra. Ademais, é de se ressaltar que havia ainda mais uma gramática escrita por um brasileiro e que é anterior a Coruja, como observa Kemmler (2013) ao descrever a *Arte da Grammatica Portugueza*, do Padre Inácio Felizardo Fontes, publicada no Rio de Janeiro em 1816.

gramática, a *Grammatica Portugueza* de Julio Ribeiro (1881), em Nascentes (1939), Elia (1975), Cavaliere (2002), ao passo que a periodização de Parreira (2011) seleciona três obras, visto que a autora considera que a ruptura não se daria de forma abrupta, isto é, por apenas uma obra, mas se daria gradualmente; assim, ela se iniciaria com a *Grammatica Portugueza*, de Freire da Silva (1875), continuaria na já citada *Grammatica Portugueza*, de Ribeiro (1881), e se concluiria na *Grammatica Descriptiva* de Maciel (1894). Ademais, é preciso ressaltar que a ruptura observada por esses autores diz respeito ao abandono de aspectos técnicos-teórico relativos à tradição da *gramática geral*, e à emergência do impacto de aspectos técnico-teóricos referentes ao método histórico-comparativo.

Pode-se notar, portanto, que das seis obras selecionadas para o nosso estudo, cinco são citadas nas periodizações. A *Grammatica Portugueza*, de Sotero dos Reis (1866), é incluída, aqui, por duas razões: pelo seu prestígio, sendo considerada uma gramática simbólica do período em que a gramática geral teve impacto sobre a produção gramatical brasileira e, também, porque Freire da Silva (1875) menciona em sua obra que seu tratamento da sintaxe e das partes do discurso é um resumo do que há na gramática Sotero dos Reis. Assim, ao se considerar a periodização de Parreira (2011), é possível pensar que a mudança estaria inicialmente em Sotero dos Reis (1866), e não Freire da Silva (1875).

2. METODOLOGIA

A metodologia utilizada para formalizar a periodização, como mencionamos anteriormente, tem suas bases na proposta de Swiggers (2004:143) de que se pode distinguir no todo do conhecimento linguístico quatro dimensões ou capas. A *capa teórica* abarca a visão global da linguagem e a concepção das tarefas e do estatuto dos estudos linguísticos. A *capa técnica* é composta pelas técnicas de análise e pelos métodos de apresentação dos dados. A documentação linguística e filológica (número de línguas, tipos de fontes de dados, por exemplo) sobre o qual se baseia o estudo linguístico compõe a *capa documental*. E, por fim, a *capa contextual e institucional* corresponde ao contexto cultural e à contextura institucional.

Essas capas, constitutivas das diferentes manifestações de conhecimentos linguísticos, poderiam, em períodos de emergência de novos paradigmas, se deslocar de diferentes modos. Assim, consideradas ao menos duas propostas em competição, poderia haver profunda distinção em algumas ou uma das *capas* enquanto outras se manteriam estáveis; apenas no caso de ocorrerem mudanças significativas em todas as *capas* ao mesmo tempo, a qual Swiggers nomeia *mudança transversal*, poderíamos pensar em processos equiparáveis ao da *revolução científica* de Kuhn (1962). A proposta de Swiggers permite, portanto, lidar com movimentos mais sutis de mudança, tanto quanto com *revoluções*. Além disso, permite operar com a noção de permanência como constitutiva da história, tal como a de ruptura. A tensão continuidade-ruptura estaria, assim, sempre em jogo nos momentos de controvérsia nos estudos linguísticos. Adiante, citamos o gráfico apresentado por Swiggers (2004:143) para exemplificar esse modelo de análise:

capa teórica				
capa técnica				
capa documental				
capa contextual/institucional				

Gráfico 1 – Dinâmica das *capas*, segundo Swiggers (2004:143)

Concebendo exclusivamente o tratamento da sintaxe e a seção introdutória das obras, onde os autores frequentemente fazem assunções acerca da tendência epistemológica que seguem, consideramos neste trabalho aspectos diferentes das obras gramaticais em cada uma das capas. Na capa teórica, analisamos as concepções de *língua*, *linguagem*, e *gramática* sustentadas pelos autores em suas introduções e também que poderiam ser inferidas pelo tratamento que dão à sintaxe. Na capa técnica, abordamos a metalinguagem do tratamento de sintaxe. Para tanto, selecionamos cinco temas: a *sentença*, a *concordância*, a *hierarquia dos itens da sentença*, a *sintaxe figurada* e os *vícios*). Na capa documental, fizemos um levantamento

exaustivo dos exemplos apresentados pelos autores e suas respectivas referências apresentadas para os exemplos, as quais dividimos em cinco espécies: exemplos com referência literária, exemplos de fala cotidiana ou usual, exemplos de língua idealizada⁴⁵, outros idiomas e exemplos sem qualquer referência. Finalmente, na capa contextual foram analisados o contexto de produção das obras e o que nomeamos de termos externos, os quais são termos usados nessas obras que refletem externamente o clima de opinião intelectual de que faziam parte.

Na análise⁴⁶ da capa teórica notamos, ao longo do século, dois conceitos de língua/linguagem e também dois conceitos de gramática. Por um lado, nas gramáticas dos autores anteriores a Julio Ribeiro (1881), isto é, Morais Silva (1806), Coruja (1873[1835]), Sotero dos Reis (1866) e Freire da Silva (1875), a linguagem era considerada como expressão do pensamento, isto é, como tendo dois níveis, um expresso e outro subjacente, graças ao frequente uso da elipse e do verbo substantivo como técnica explicativa. Já Julio Ribeiro (1881) e Maciel (1902[1894]) criticam a elipse e relacionavam a linguagem a fatos (opondo-a por vezes ao que chamavam de *metafísica*). Concluímos, assim, que Ribeiro e Maciel analisam a linguagem/língua enquanto objeto empírico, ao passo que os outros três autores a observam enquanto tendo dois níveis (cf. Polachini 2013)⁴⁷.

⁴⁵ Chamamos de *língua idealizada* os dados que eram sentenças reconstruídas, normalmente porque, na visão dos gramáticos, sofriam elipses ou omissão de palavras. Neste exemplo de Sotero dos Reis 1866:161 “Que dizes; isto é, quero saber a cousa que, ou qual *cousa* dizes?” os dados após o “isto é” são considerados língua idealizada, visto que “quero saber a cousa que” estaria omitido na sentença inicial.

⁴⁶ Neste artigo, nosso objetivo é preconizar a metodologia de periodização, portanto, as análises são sumariamente descritas. Para detalhes acerca delas, ver Polachini (2013), capítulos 3 e 4.

⁴⁷ Este foi o assunto principal de um dos resultados abordados na dissertação, a saber: Emergência e queda do aspecto dual da linguagem. Neste item tratamos da concepção de linguagem dos autores a partir de elementos da capa teórica, técnica e documental, os quais convergiam para a emergência e, posteriormente, a queda do aspecto dual, isto é, da análise da língua enquanto tendo dois níveis (cf. Polachini 2013).

A concepção de gramática está de certa forma ligada à de linguagem, visto que enquanto as gramáticas anteriores a Ribeiro descrevem a gramática como um manual da expressão do pensamento (tendo em conta os dois níveis da linguagem), e consideram dois tipos de gramática, a particular e a geral, Ribeiro e Maciel definem a gramática como a reunião de fatos e normas da linguagem (empírica, pode-se dizer) organizados metodicamente. Mas é importante ressaltar que Ribeiro ainda considera a oposição entre gramática geral e gramática particular. Maciel distingue a gramática em descritiva, histórica e comparativa. Notamos uma longa continuidade na capa teórica de Morais Silva (1806) até Freire da Silva (1875) e posteriormente uma ruptura parcial entre este e Ribeiro (1881) e outra ruptura parcial entre este e Maciel (1902).

A capa técnica se apresentou como a capa mais complexa de todas, havendo continuidades e descontinuidades dentro dela mesma, até porque tratamos de cinco temas diferentes, os quais discriminamos e descrevemos adiante.

A *sentença* foi, em linhas gerais, tratada de três formas diferentes ao longo do século XIX. Num primeiro momento, o que diz respeito às quatro obras anteriores a Ribeiro, ela é formada por três elementos – *sujeito*, *atributo* e *verbo* (ou *cópula*) – que resultariam em um *Juízo*. Posteriormente, na obra de Ribeiro, a sentença é considerada ainda um *juízo* ou um *pensamento*, e é composta por divisões binárias: um *sujeito* e um *predicado*; e o *predicado* seria dividido em *cópula* e o *predicado propriamente dito*. Por fim, Maciel considera apenas *sujeito* e *predicado*, dando um novo significado para *predicado*, que agora é tudo que se relaciona com o *sujeito*, e descartando de vez a *cópula* enquanto elemento necessário da sentença. Ademais, para Maciel, a sentença seria apenas *pensamento*, não mais *juízo*.

A concordância é um tema que tem, em grande parte, continuidade⁴⁸ ao longo de todo século, sendo referida sempre, ao menos,

⁴⁸ Há particularidades em Sotero dos Reis (1866) e Freire da Silva (1875), que ressaltamos na dissertação, no que diz respeito à concordância em sentenças de “língua idealizada”, isto é, em que algum objeto da concordância estava oculto. Esse é um procedimento frequente e que precisa ser analisado à parte. Exceto por esse detalhe, a continuidade prevalece sobre a ruptura no que diz respeito ao tema da concordância.

como aquela entre verbo e sujeito e também entre nome e adjetivo. O tema da hierarquia dos membros da sentença sofre ao menos duas rupturas ao longo do século. Moraes Silva fala apenas de *regência*. Já Coruja, Sotero dos Reis e Freire da Silva mencionam quatro tipos de *complemento*, as quais se assemelham às *funções* apresentadas por Maciel. Abaixo, o quadro sintético acerca da hierarquia dos membros da sentença:

Moraes Silva	Coruja	Sotero dos Reis	Freire da Silva	Ribeiro	Maciel
<i>Regência</i>	<i>Complemento</i>	<i>Complemento</i>	<i>Complemento</i>	<i>Relações</i>	<i>Funções</i>
Casos	Restritivo	Restritivo	Restritivo	Subjetiva	Subjetiva
Colocação	Objetivo	Objetivo	Objetivo	Predicativa	Predicativa
Preposições	Terminativo	Terminativo	Terminativo	Atributiva	Atributiva
	Circunstancial	Circunstancial	Circunstancial	Objetiva	Objetiva
				Adverbial	Adverbial
				Vocativa	Vocativa

Quadro 2 – Hierarquia dos itens da sentença nas seis gramáticas

Assim, vemos que Moraes Silva estaria numa tradição que não teria continuidade, a qual tem como critério de hierarquia da sentença somente a noção de regência. Os três autores posteriores fazem parte de um paradigma, da noção de complemento, que sobreviveu por um determinado tempo na gramaticografia brasileira oitocentista, mas que é substituído no último quarto do século por noções como de relação e de função.

A sintaxe figurada oscila entre a continuidade e a descontinuidade. Pretendemos preconizar os detalhes estruturais na organização das figuras sintáticas, seja em suas continuidades ou em suas mudanças, levando em conta a estrutura do *esquema quadripartite*⁴⁹ mencionado e analisado por Clérico (1979). Moraes Silva considera *omissão*, *excesso*, *substituição* e *ordem*. Coruja considera *omissão* (a *substituição* estaria dentro da *omissão*), *excesso* e *ordem*. Sotero dos Reis e Freire da Silva consideram *omissão*, *excesso*, *discórdia aparente* e *ordem* (nesse momento a *substituição* foi excluída). Por fim, Ribeiro e Maciel consideram apenas *omissão*, *excesso* e *ordem* (sendo a *discórdia aparente* parte da *omissão*). Assim, exceto pelo

⁴⁹ Este esquema é composto, de acordo com Clérico (1979), pelas categorias: *omissão*, *aumento*, *ordem* e *substituição*.

desaparecimento da categoria de *substituição* e o surgimento da *discórdia aparente*, existe certa continuidade das categorias e das figuras, havendo apenas mudanças de taxionomia.

No que diz respeito aos *vícios*, nota-se que, dos seis autores selecionados, apenas três apresentam uma seção específica ou trechos ao longo do tratamento da sintaxe para tratar de vícios, são eles: Moraes Silva, Ribeiro e Maciel. Eles apresentam como vícios sintáticos o *barbarismo*, o *solecismo* e, eventualmente, o *brasileirismo*. Coruja, Sotero dos Reis e Freire da Silva não têm essa mesma preocupação – o que aparenta ser uma tendência da própria concepção de linguagem que tinham⁵⁰.

Pudemos ver, assim, que a capa técnica é complexa justamente por ser multifacetada. Há rupturas entre quase todos os autores, mas sempre parciais. As únicas gramáticas que têm continuidade entre si são a de Freire da Silva e Sotero dos Reis, visto que a de Freire da Silva faz, na verdade, como ele mesmo menciona na contra-capa da obra, um resumo da gramática de Sotero dos Reis.

A análise da capa documental foi feita por meio do levantamento exaustivo dos exemplos que os autores apresentavam no tratamento da sintaxe. Esses exemplos foram divididos *a posteriori* em cinco espécies: (1) em que constava referência literária; (2) exemplos de fala cotidiana, quando, por exemplo, citavam alguma região específica do Brasil, Portugal ou outro país lusófono; (3) língua idealizada, que, como explicamos anteriormente, refere-se a exemplos em que havia reconstituição da sentença; (4) outros idiomas (que não o português, visto que todas as obras eram gramáticas dessa língua); (5) dados sem quaisquer referências.

⁵⁰ Visto que, como sua preocupação era com a relação entre um nível expresso e outro subjacente e com as generalidades da língua, em detrimento, por vezes, de particularidades, pouco ou nada era explorado enquanto vício.

	1	2	3	4	5
Morais Silva (1806)	160 (26,7%)	2 (0,3%)	45 (7,5%)	5 (0,8%)	388 (64,7%)
Coruja (1873[1835])	--	--	14 (9%)	--	141 (91%)
Sotero dos Reis (1866)	3 (0,6%)	--	51 (9,8%)	5 (0,9%)	454 (88,7%)
Freire da Silva (1875)	3 (1,8%)	--	21 (11,4%)	--	160 (86,8%)
Ribeiro (1881)	46 (3,3%)	16 (1,6%)	10 (0,7)	49 (3,4)	1252 (91%)
Maciel(1902[1894])	651 (62,8%)	18 (1,8%)	--	--	367 (35,4%)

Quadro 3 – Números e percentuais das cinco espécies de exemplos

Como se pode ver pelos dados numéricos: os dados com (1) referência literária são usados amplamente apenas por Maciel e Moraes Silva, sendo este o tipo de dado principal daquele. Já o dado tipo (2), fala cotidiana, ganha importância percentual apenas no fim do século, ainda que pequena. Vemos também a queda de (3), a fala idealizada, que, em Maciel, já nem sequer é mencionada. A categoria (4) outros idiomas sofre flutuações. Os dados (5) sem referência são maioria para cinco gramáticas; a única exceção é Maciel, cuja maioria dos dados têm referência literária.

Em linhas gerais, se observamos os outros itens que não (1) e (5), vemos que existe nas três primeiras obras certa continuidade percentual no que diz respeito ao item (3), isto é, a linguagem idealizada. Entretanto, quando observamos o item (2), apesar de ser uma quantidade mínima, é importante ressaltar que Moraes Silva usa dados de fala cotidiana, os quais não eram comuns na época, enquanto Coruja, Sotero dos Reis e Freire da Silva não utilizam, da mesma forma que Moraes Silva apresenta muito mais dados com referência literária do que esses autores, sendo estes, portanto, fatores de ruptura. Por outro lado, as três obras de Coruja, Sotero dos Reis e Freire da Silva apresentam continuidade, visto que o número de exemplos com (1) referência literária é nulo ou inexpressivo; ademais, a frequência de dados do item (3) cujo percentual se mantém próximo de 10 é analisada por nós como continuidade. Há,

porém, uma ruptura entre a continuidade observada em Coruja, Sotero dos Reis e Freire da Silva com o que vem adiante, isto é, Ribeiro. Notamos que Ribeiro apresenta pouquíssimos dados de (3) língua idealizada, da mesma forma que há uma quantidade pequena, mas significativa, no contexto de (2) fala cotidiana, e um aumento relevante de dados de (4) outras línguas. Há, portanto, ruptura parcial. Ao se observar as similaridades e dissimilaridades entre Ribeiro e Maciel, observamos também uma ruptura parcial, dado que existe continuidade no que diz respeito ao baixo ou nulo número de exemplos de (3) língua idealizada em contraposição ao número significativo de exemplos de (2) fala cotidiana. Os pontos de ruptura são o alto número de exemplos com (1) referência literária de Maciel, enquanto em Ribeiro há pouquíssimos, e a ausência de dados de (4) língua estrangeira em Maciel.

Por fim, a capa contextual foi analisada de acordo, principalmente, com dois critérios: o contexto específico de produção das obras e os *termos externos* utilizados por elas e seus significados. Chamamos de *termos externos* palavras ou expressões em que apareciam com frequência nas obras para se referir à análise linguística ou à língua, mas que não eram exatamente *metatermos* (como *metafísica*, *caipira* etc.). Notamos que havia mais rupturas do que continuidades entre os autores, exceto por Sotero dos Reis e Freire da Silva, que imprimem apenas uma ruptura parcial, já que a maior parte dos *termos externos* eram iguais, devido ao fato da gramática de Freire da Silva ter sido em grande parte inspirada na de Sotero dos Reis.

Vistos os critérios pelos quais tentamos chegar a uma periodização “complexa” dessa gramaticografia, gostaríamos agora de focar a atenção de fato no gráfico resultante dessa periodização.

3. PERIODIZAÇÃO “COMPLEXA”

Chamamos essa dinâmica temporal de periodização de “complexa”, tanto porque ela é organizada em função das quatro *capas* propostas por Swiggers (2004), quanto porque dificilmente veremos, na produção considerada, uma mudança transversal (ou revolucionária). Ao contrário disso, parecem-nos mais salientes algumas importantes mudanças parciais.

Em nosso gráfico, considerado o eixo horizontal, mostramos quatro tipos diferentes de processo: a *continuidade*, na qual há bastante em comum entre as obras, é indicada pela ausência de separação; expressa pelo pontilhado mais distanciado, há a *ruptura parcial em que a continuidade é mais relevante*; expressa por um pontilhado mais próximo, representamos uma *ruptura parcial em que a ruptura é mais relevante*; por fim, propusemos que existe *ruptura* com o traço contínuo. As duas rupturas parciais foram acrescidos à proposta de Swiggers (2004) após observar a existência de complexidade interna às próprias capas, o que não nos permitiria a oposição “continuidade-descontinuidade”. Assim, nosso gráfico tem este resultado⁵¹:

	AMS	COR	SDR	FDS	RIB	MAC
Capa Contextual						
Capa Teórica						
Capa Técnica						
Capa Documental						

Quadro 4 – Periodização “complexa”

A capa contextual, como mencionamos anteriormente, possui, por conta da distância temporal e mesmo espacial da produção das gramáticas, somente *rupturas*. Há somente uma *continuidade parcial* entre Sotero dos Reis e Freire da Silva, devido sua proximidade geográfica-temporal e o fato de haver influência reconhecida do primeiro sobre o segundo. No que diz respeito à capa teórica, parece haver uma concepção de língua/linguagem e gramática muito similar até Ribeiro; existe, portanto *ruptura parcial*, até que Maciel, ao romper com as concepções que Ribeiro ainda carregava da tradição anterior, apresenta uma *continuidade parcial* com Ribeiro. Sobre a multifacetada capa técnica, observamos que entre as quatro primeiras gramáticas, há certas diferenças, as quais classificamos como *continuidade parcial*. Entre Ribeiro e Freire da Silva, o qual tem

⁵¹ No gráfico há abreviações e siglas para as gramáticas, sobre as quais fazemos as correspondências: AMS: Antônio Morais Silva (1806); COR: Coruja (1873[1835]); SDR: Sotero dos Reis (1866); FDS: Freire da Silva (1875); RIB: Ribeiro (1881); MAC: Maciel (1902[1894]).

continuidade com Sotero dos Reis, notamos, por outro lado, uma *ruptura parcial*, e, por fim, entre Ribeiro e Maciel, há *continuidade parcial*. Por fim, a capa documental nos demonstrou que os dados linguísticos selecionados por Moraes Silva têm similaridades com os das três gramáticas posteriores, mas com ressalvas por conta do alto número de dados com referência literária e à presença de dados de fala cotidiana. Entre Coruja, Sotero dos Reis e Freire da Silva, há, porém, continuidade. Ribeiro promove uma ruptura parcial ao ter um percentual muito baixo de dados de fala idealizada e o alto número de dados de outros idiomas e fala cotidiana. Por fim, há mais uma ruptura parcial com Maciel, cuja grande maioria de dados tem referência literária, e, ademais, os dados de outras línguas e língua idealizada são nulos.

Quando comparamos nossa periodização “complexa” com as demais, concordamos com Cavaliere (2002) e Parreira (2011) em que Moraes Silva (1806) inauguraria a gramaticografia brasileira do português, visto que além de ser o primeiro autor de gramáticas do português nascido no Brasil, já apresenta ao menos um dado referente à fala cotidiana do Brasil, em oposição àquela de Portugal. A primeira ruptura na gramaticografia brasileira do português seria, tomando em linhas gerais o que foi visto nas quatro capas, a de Ribeiro, que, como se pode ver no próprio gráfico, faz quase uma ruptura transversal, exceto por alguns elementos que têm continuidade nas *capas técnica e teórica*.

Discordamos de Parreira (2011) no que diz respeito à ruptura que Freire da Silva (1875) teria promovido, visto que sua gramática é, ao menos no tratamento da sintaxe, essencialmente igual à de Sotero dos Reis (1866)⁵². Por outro lado, concordamos com Nascentes (1939), Elia (1975) e Cavaliere (2002), que apresentam Ribeiro (1881) como, pode-se dizer, agente de uma ruptura. Entretanto, não o vemos como totalmente *revolucionário*, já que acreditamos haver uma segunda ruptura com Maciel (1902[1894]), pen-

⁵² Parreira (2011), como pudemos constatar por suas referências bibliográficas, teve acesso apenas à oitava (1894) e à nona (1906) edições da gramática de Freire da Silva, às quais haviam sofrido consideráveis modificações em relação à primeira.

sando, assim, como Parreira (2011), que haveria uma ruptura gradual, da qual Maciel consolidaria diversos pontos e eliminaria certas heranças que Ribeiro ainda mantinha da corrente teórica anterior.

Em síntese, se colocássemos nossa periodização, a qual, ressaltamos, diz respeito, especificamente, ao tratamento da sintaxe, tomada na sua dimensão terminológica, ao lado das outras, o quadro ficaria dessa forma.

Nascentes (1939)	Elia (1975)	Cavaliere (2002)	Parreira (2011)	Polachini (2013)
		Morais Silva (1806)	Morais Silva (1806)	Morais Silva (1806)
Coruja (1835)				
			Freire da Silva (1875)	
Ribeiro (1881)	Ribeiro (1881)	Ribeiro (1881)	Ribeiro (1881)	Ribeiro (1881)
			Maciel (1894)	Maciel (1894)

Quadro 5 – Periodizações comparadas

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As *capas* propostas por Swiggers foram essenciais para que a pesquisa fosse realizada em minúcias, como se pôde ver no gráfico. Há, porém, questões teóricas e técnicas que poderiam ainda ser tratadas, como a complexidade da capa técnica, e mesmo algumas questões sobre que dados são mais apropriados para cada capa. Alguns pontos a se destacar é que nossa análise pode ser considerada *parcial*, pois analisamos apenas gramáticas que apareciam em outras periodizações, salvo Sotero dos Reis (1866). Pode também ser considerada *estática* na medida em que observamos apenas as primeiras edições das obras, ou edições mais próximas com que tivemos contato durante a pesquisa. Esses dois pontos têm sido trabalhados em nossas pesquisas recentes. Entretanto, consideramos que a análise apresenta contribuições relevantes, seja no que diz respeito à descrição do tratamento da sintaxe dessas obras, seja mesmo na aplicação da proposta de Swiggers para a proposição de uma periodização “complexa”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes Primárias

MORAIS SILVA, Antonio de. 1806. *Epítome da Grammatica Portugueza*. Lisboa: Simão Thaddeo Ferreira.

CORUJA, Antonio Alvares Pereira. 1873[1835]. *Compendio da grammatica da lingua nacional. Nova Edição Ampliada e Mais Correcta*. Rio de Janeiro: Esperança.

FREIRE DA SILVA, Augusto. 1875/6. *Grammatica Portugueza*. São Paulo; Maranhão: Typ. do Frias.

SOTERO DOS REIS, Francisco. 1866. *Grammatica portugueza accommodada aos principios geraes da palavra, seguidos de immediata applicação pratica*. Maranhão: Typ. de R. de Almeida.

SOTERO DOS REIS, Francisco. 1877. *Grammatica Portugueza accommodada aos principios geraes da palavra, seguidos de immediata applicação pratica*. 3ª edição revista, corrigida e anotada. Maranhão: Livraria de Magalhães & C.

RIBEIRO, Julio. 1881. *Grammatica Portugueza*. São Paulo: Tip. Jorge Seckler.

MACIEL, Maximino de Araújo. 1902[1894]. *Grammatica Descriptiva baseada nas doutrinas modernas*. 3ª edição augmentada com muitas notas e resumos synopticos. Rio de Janeiro e Paris: H. Garnier Livreiro-Editor.

Fontes Secundárias

CAVALIERE, Ricardo. 2002. "Uma proposta de periodização dos estudos linguísticos no Brasil". *Revista Confluência*. n°23.

CLÉRICO, Geneviève. 1979. « Rhétorique et syntaxe. Une « figure chimérique » : l'énallage » In : *Revue Histoire et Épistémologie Langage* : Elipse et Grammaire. Tome 1, fascicule 2, 1979. pp. 3-25.

ELIA, Silvio. 1975. "Os Estudos Filológicos no Brasil" In: *Ensaio de Filologia e Linguística*. Rio de Janeiro: Grifo. 2ª ed. pp. 117-176.

NASCENTES, Antenor. 1939. “A filologia portuguesa no Brasil (esboço histórico)” In: _____. *Estudos Filológicos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. p. 21-45.

KEMMLER, Rolf. 2013. “A primeira gramática da língua portuguesa impressa no Brasil: a *Arte de Grammatica Portugueza* (1816) de Inácio Felizardo Fortes”. *Revista Confluência*, nº44/45.

PARREIRA, Andressa D. 2011. *Contribución a la historia de la gramática brasileña del siglo XIX*. Tesis Doctoral. Salamanca: Universidad de Salamanca. Faculdade de Filología.

POLACHINI, Bruna S. 2013. *O tratamento da sintaxe em gramáticas brasileiras do século XIX: estudo historiográfico*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.

SWIGGERS, Pierre. 2004. “Modelos, Métodos y Problemas en la historiografía de la lingüística”. *Nuevas Aportaciones a la historiografía lingüística*. Actas del IV Congreso Internacional de la SEHL. La Laguna (Tenerife), 22 al 25 de octubre de 2003. p.113-146.

O CONTATO ENTRE O PORTUGUÊS BRASILEIRO E AS LÍNGUAS AFRICANAS NA VISÃO DE MENDONÇA (1935[1933]) E RAIMUNDO (1933): UMA ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA⁵³

Patrícia Souza Borges
(CEDOCH - Universidade de São Paulo)

RESUMO: Este artigo tem como objetivo analisar o tratamento dado à questão do contato das línguas africanas com o Português Brasileiro, doravante PB, em duas obras consideradas como fundamentais dessa tradição de estudos desenvolvida no Brasil (Bonvini 2009; Petter 1998): *A influência africana no Português do Brasil* (1935[1933]) de Renato Firmino Maia de Mendonça [1912 - 1990] e *O elemento afro-negro na Língua Portuguesa* (1933) de Jacques Raimundo Ferreira da Silva [? - 1960?]. Considerados como textos de mesma natureza pela crítica, ambos defenderiam a hipótese da 'influência' das línguas africanas no português brasileiro, principalmente no domínio lexical (Bonvini 2009). Neste artigo ao contrário do que tem sido afirmado na literatura, buscamos evidenciar aspectos que diferenciam esses textos, por meio da análise do conceito de 'programa de investigação' proposto por Swiggers (1981a, 1991a, 2004).

ABSTRACT: This article aims to analyze the approaches given to linguistic contact between several African languages and Brazilian Portuguese, as seen in two groundbreaking books in this area of study (Bonvini 2009, Petter 2000): *A influência africana no Português do Brasil* (1935[1933]), by Renato Firmino Maia de Mendonça [1912-1990], and *O elemento afro-negro na Língua Portuguesa* (1933), by Jacques Raimundo Ferreira da Silva [?-1960?]. This literature adheres to a similar rationale; that is, both texts defend the hypothesis of influence from African languages on Brazilian Portuguese, mainly in the lexical domain (Bonvini 2009). In this article, however, we would like to affirm the opposite. We shed light on some aspects that differentiate the aforementioned books, by treating this phenomenon according to the concept of '(research) program' as proposed by Swiggers (1981a, 1991a, 2004).

1. INTRODUÇÃO

Analisamos neste artigo duas obras do século XX que exploraram a relação entre o PB e as línguas africanas: *A influência africana no Português do Brasil* (1935[1933]), de Renato Firmino

⁵³ Este artigo é parte de dissertação de mestrado intitulada "Línguas africanas e português brasileiro: análise historiográfica de fontes e métodos de estudos no Brasil (séc. XIX-XXI)", orientada pela Profa. Dra. Olga Ferreira Coelho, defendida em 2015, na Universidade de São Paulo.

Maia de Mendonça [1912 - 1990], e *O elemento afro-negro na Língua Portuguesa* (1933), de Jacques Raimundo Ferreira da Silva (? - 1960?). Ambos são frequentemente citados em textos da tradição brasileira de estudos sobre esse contato como seus ‘fundadores’, pois teriam sido os primeiros a realizar pesquisas aprofundadas sobre o tema (Bonvini 2009; Petter 1998)

Na retrospectiva histórica proposta por Bonvini (2009), Mendonça e Raimundo figuram como estudos prototípicos sobre a relação entre o Português Brasileiro (doravante PB) e as línguas africanas vista da perspectiva da ‘influência’. Essa vertente seria preponderante ao longo dos anos 1930 e buscaria defender as especificidades do PB frente às características do português europeu. Haveria uma ideologia nacionalista disseminada por diferentes circuitos intelectuais, que também permearia os estudos linguísticos: o Brasil independente buscava seu lugar em relação à antiga metrópole⁵⁴. Depois dessa fase, a hipótese da ‘crioulização’ teria sido discutida em um contexto em que se dava início a formação e a atuação mais especializada dos estudiosos da língua, com a fundação de faculdades de letras, cujas explicações de caráter mais interno ganharam destaque, em oposição à mobilização de dados extralinguísticos. Atuaram nesse sentido os estudiosos: Serafim Pereira da Silva Neto (1950), Gladstone Chaves de Melo (1946) e Sílvio Edmundo Elia (1940)⁵⁵.

Ao analisar a condução desses estudos, Bonvini critica alguns aspectos que teriam prevalecido, dentre eles aspectos que dizem respeito à natureza e ao tratamento das fontes e à metodologia de estudos empregada.

Com relação à natureza e ao tratamento das fontes, o africanista afirma que as hipóteses de trabalho foram formuladas sem apoio em

⁵⁴ Segundo Bonvini (2009), a questão do contato entre o PB e as línguas africanas foi retomada também em termos de “influência” por Castro (1976, 1980), indicando que, embora descontínua, tal vertente se mostraria recorrente ao longo da história.

⁵⁵ Segundo Bonvini (2009), mais recentemente, os pesquisadores estrangeiros Gregory Guy (1981, 1989), John Holm (1987) e Alan Baxter, em 1987/1988, retomaram o debate acerca da ‘crioulização’. Holm, por exemplo, considera o PB como um semicrioulo, a partir da comparação com crioulos de base ibérica, dados sociohistóricos e demográficos.

“fatos precisos, devidamente identificados e datados, suscetíveis de servir de “provas” históricas” (Bonvini 2009: 21). O que teria prevalecido, segundo Bonvini, seria uma constante repetição de suposições feitas sem consulta a fontes documentais precisas.

A crítica referente à metodologia empregada diz respeito à seleção preponderante de dados de natureza léxico-semântica ou morfossintática, recorte que ele julga inadequado para lidar quer com o conceito de ‘influência’, quer com o de ‘crioulização’.

Há poucos trabalhos que estabeleçam a história do tratamento do contato entre o PB e as línguas africanas no Brasil⁵⁶ e, por isso, muito se ha repetido sobre a natureza dos trabalhos sobre esse tema, aqui incluídos os textos de Mendonça e Raimundo, considerados ambos como centrados nos aspectos lexicais que as línguas africanas teriam contribuído na formação do português falado no Brasil.

Cientes de que para analisar e estabelecer aproximações entre diferentes produtos linguísticos é necessário ir além de rótulos mais aparentes, nos valem do conceito de ‘programa de investigação’⁵⁷ proposto por Swiggers (1981a, 1991a, 2004) que permitirá ressaltar a natureza interna dos trabalhos.

O conceito de ‘programa de investigação’ permite distinguir e agrupar pesquisas linguísticas, ainda que sejam realizadas de acordo com diferentes teorias, uma vez que o conceito de programa revela a maneira mais ampla de os estudiosos lidarem com um mesmo objeto de investigação (neste caso, a relação entre PB e línguas africanas).

Swiggers (1981a, 1991a, 2004) distingue ‘programas de investigação’ na história da linguística a partir de três parâmetros: ‘visão de língua’, ‘incidência de análise’ e ‘técnica’, que também empregaremos com o objetivo de ‘classificar’ internamente a produção que Mendonça e Raimundo. O autor entende que:

⁵⁶ Encontramos até o momento os textos de Sônia Queiroz (2002), Ana Stela Cunha e André P. Bueno (2004) e Dante Lucchesi (2012, 2009).

⁵⁷ Um programa de investigação “[...] is a complex cognitive system which makes possible some particular operations and results, while excluding other possibilities. One program subsumes several theories which despite technical and terminological differences, have the same concept of how the object of the discipline must be investigated. Both object method are defined intra-theoretically, but the unity of a program resides the similar conceptions of how a certain method must “deal with” the object of a particular discipline” (Swiggers 1981a: 12)

a) 'Visão de língua' diz respeito à maneira como a linguagem (ou as línguas, ou os grupos linguísticos) é considerada e aos modos de conceber as relações entre língua e realidade, língua e literatura, língua e sociedade, língua e cultura; também se inclui aqui a concepção do campo de investigação ou da disciplina.

b) 'Incidência de análise' diz respeito às formas linguísticas (por exemplo, morfema, item lexical, frase, conteúdo) e à natureza e função preferencialmente atribuídas a essas formas.

c) 'Técnica' corresponde ao conjunto de princípios e métodos descritivos adotados.

Segundo esses parâmetros, Swiggers delimita, ao longo da história dos estudos da linguagem no Ocidente, quatro programas fundamentais de investigação: o 'programa de correspondência', o 'programa descritivista', o 'programa sociocultural' e o 'programa de projeção'.

Nas linhas seguintes, procuramos contextualizar, analisar e, em certa medida, comparar os trabalhos de Mendonça e Raimundo, muitas vezes avaliados como semelhantes do seguinte modo: breve perfil biográfico dos autores e descrição das obras e análise da metodologia de estudos dos textos, aspecto criticado por Bonvini (2009) por meio do conceito de programa de investigação (Swiggers 1981a, 1991a, 2004): visão de língua, incidência da análise e técnica⁵⁸.

⁵⁸ Trata-se de uma análise parcial de dados de nosso projeto de mestrado intitulado: "Línguas africanas e português brasileiro: análise historiográfica de fontes e métodos de estudos no Brasil (séc. XIX-XXI)", que tem como objetivo mapear e analisar a produção que investigou o contato entre o português brasileiro e as línguas africanas no Brasil e propor uma 'periodização entrelaçada' (inter-relação entre aspectos internos e externos) para a história dessa produção, a partir do conceito de 'programa de investigação' proposto por Swiggers (1981a, 1991a, 2004). Nessa perspectiva, pretendemos sinalizar preponderâncias, ausências, semelhanças e distinções que auxiliem a melhor delimitar 'fases' – numa abordagem linear do tempo – além de permanências, rupturas, retomadas e apagamentos que se verifiquem entre as diferentes 'fases' nessa história.

2. A INFLUÊNCIA AFRICANA NO PORTUGUÊS DO BRASIL (1935[1933]) DE RENATO FIRMINO MAIA DE MENDONÇA [1912 - 1990]

Renato Firmino Maia de Mendonça [1912 - 1990] foi bacharel em Ciências e Letras pelo Colégio Dom Pedro II e professor de língua portuguesa no mesmo colégio. Foi diplomata, pesquisador e historiador. Nascido na cidade de Pilar (Alagoas) e falecido no Rio de Janeiro. Concorreu a cargo de diplomata pelo Instituto Rio Branco e empatou com Guimarães Rosa. (Sales; Rocha In Mendonça (2012[1935])). Fundou cátedras em universidades do exterior e recebeu muitos prêmios: aspectos que parecem informar que ele tenha sido um intelectual destacado e prestigiado em sua época.

A influência africana no português do Brasil foi publicada pela primeira vez em 1933. Há 6 edições posteriores da obra, o que sugere que a obra tem sido revisitada de tempos em tempos. Utilizamos, nessa análise, 2ª edição (255 páginas), de 1935, que, parece ser a edição consolidada pelo autor e com o maior número de reproduções.

É no capítulo “*Influência Africana no Português*” que Mendonça (1935[1933]) procura sistematizar as contribuições das línguas africanas ao português falado no Brasil. O autor explora os diferentes níveis de articulação: fonético, fonológico, morfológico, lexical e sintático.

Mendonça afirma que seu objetivo é apresentar “um trabalho que vem incorporar aos estudos sobre as alterações do português do Brasil e deseja ardentemente contribuir para a independência e cultura do idioma nacional” (Mendonça 1935[1933]: 16). Em seu texto, fazem-se presentes alguns temas relevantes no período como, por exemplo, o da denominação e do estatuto da língua portuguesa falada no Brasil (entre outros, Pinto 1978, 1981).

Segundo Mendonça, esse tema gerava polêmica, embora ninguém soubesse exatamente o que era a ‘língua brasileira’. Seu objetivo era criar uma ‘codificação’ (termo de Mendonça) das mudanças no PB que não fosse motivada pelo entusiasmo do nacionalismo brasileiro, “embora fosse para nós motivo de orgulho dizer, no estrangeiro, que temos uma literatura e uma língua

brasileira. Em suma que falamos brasileiro”. (Mendonça 1936: prefácio).

Enquanto escritores, filólogos e estudiosos prefeririam as denominações “nosso idioma”, “língua nacional” e “o idioma nacional”, Mendonça utiliza os termos “brasileiro”, “língua brasileira”, “português do Brasil” e “português brasileiro”.

Mendonça declara o interesse em divulgar os dados a que chegasse no empreendimento de ‘codificação’ de peculiaridades do PB às massas, uma vez que “nada possa interessar mais o nosso povo do que a sua própria língua”, e entendia que o desenvolvimento do PB apontava para a configuração de um novo idioma: “A expressão do brasileiro, a emissão dos sons, a pronúncia característica, o vocabulário corrente, a própria coordenação das palavras na frase representam a feição própria, cada vez mais acentuada, de um novo idioma.” (Mendonça 1936: prefácio).

2.1. ‘Programa de investigação’ de Mendonça (1935[1933])

2.1.1. ‘Visão de língua’:

Em Mendonça (1935[1933]), a língua é vista pela ótica das relações entre sociedade e cultura, ancoradas na noção de contato étnico e linguístico. Mendonça afirma que o PB constitui-se como um dialeto do PE e sofre um processo evolutivo de diferenciação em relação a ele. O “dialeto brasileiro”, também denominado “brasileiro”, “língua brasileira”, “português do Brasil”, “português brasileiro” apresentaria subdialeto, ou seja, variedades (sociais (“popular”, “culto”) e regionais (“caipira”, “da cidade”).

A diferenciação do ‘dialeto brasileiro’ não resulta apenas das coerções geográficas, mas também da contribuição indígena e africana: instaura-se uma perspectiva que considera o modo de constituição da história do povo como responsável pela mudança linguística. O autor considera esse aporte como fundamental e insuficientemente aprofundado, principalmente no que se refere ao papel das línguas africanas.

Quanto às línguas africanas faladas pelos sete milhões de negros escravizados vindos ao Brasil, segundo estimativa de Mendonça (1935[1933]: 73), ele enumera: “nagô ou iorubá”,

“quimbundo”, “gêge ou ewe”, “tapa ou nife” e “guruncis”. Sendo que atuaram como ‘línguas gerais’: “nagô ou iorubá” na Bahia e o “quimbundo” no norte e no sul do país; remetendo a posição de Nina Rodrigues e outros (1935[1933]:84). Os povos que teriam predominado em termos geográficos seriam os “nagôs” na Bahia, os “congós” em Pernambuco e “angolas” nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo.

Sobre a existência de línguas crioulas no Brasil, ele afirma: “No Brasil, deve ter havido dialetos crioulos em diversos lugares da colônia. Tiveram, porém, existência muito instável e cedo desapareceram” (Mendonça 1935[133]: 111).

Para Mendonça, o estudo das transformações linguísticas que provocavam a diferenciação do “dialeto brasileiro” em relação ao Português Europeu era urgente e constituía um programa de estudos de uma geração. Nesse sentido, critica a ausência de trabalhos de natureza dialetológica e a predominância de estudos que privilegiam a pesquisa de “assuntos lusitanos”, atrelados ao campo da filologia.

Um outro aspecto fortemente criticado pelo autor é a ausência de distinção entre fenômenos de origem indígena e africana, ou mesmo a atribuição de contribuições notadamente africanas às línguas nativas brasileiras. Segundo ele,

Isto resulta da proeminência indevida que se conferiu ao índio com prejuízo do negro na formação da nacionalidade brasileira. Há mesmo aí muita coisa influenciada pelo indianismo de Gonçalves Dias e Alencar. O negro que sua no eito e, esfalfado, trabalha sob o chicote, não oferece a mesma poesia do índio aventureiro, que erra pelas florestas. (Mendonça 1935[1933]: 109)

Tal constatação, no entanto, não faz o autor deixar de reconhecer a participação das línguas indígenas na formação do português brasileiro, que teria, no entanto, sido exageradamente valorizada pelos estudiosos em detrimento do contributo negro⁵⁹.

A “visão de língua” sustentada por Mendonça está em consonância com a hipótese de que é possível descrever e explicar a emergência e as mudanças no PB com recurso aos contatos étnicos e linguísticos, sendo a língua deles resultante um patrimônio da nação,

⁵⁹ Outras análises apontam que esta também era a percepção de Macedo Soares (Coelho 2012, por exemplo).

tal como boa parte da geração de estudiosos de seu tempo dedicou-se a refletir.

2.1.2. 'Incidência de análise':

No que concerne aos dados relativos ao contato do PB com as línguas africanas, as análises que Mendonça realiza reportam-se a usos linguísticos regionais (porque do "interior" do país) e socioculturais (porque relativos a estratos específicos), como o autor faz notar no trecho seguinte, em que menciona aspectos da morfologia do português do Brasil: "O vestígio mais notável acha-se no plural conservado pela linguagem dos caipiras e matutos, que deixando o substantivo invariável, dizem sempre: *as casa, os caminho, aquelas hora*." (Mendonça 1935[1933]: 119-120, *grifos do autor*)".

Também nas considerações de caráter mais geral, o autor privilegia determinadas variedades da língua, como a 'popular': "O negro influenciou sensivelmente a nossa linguagem popular. Um contato prolongado de duas línguas sempre produz em ambos fenômenos de osmose". (Mendonça 1935[1933]: 113)

Mendonça reconhece, no entanto, que esses usos linguísticos diferenciados devido ao contato com o elemento negro estão presentes também nas modalidades cultas, incluídos os literários, como nas seguintes passagens:

[a respeito do *r* do infinitivo dos verbos] mesmo na linguagem culta do Brasil, o *r* final soa levemente." (Mendonça 1935[1933]: 116)

[a respeito da redução dos ditongos] Em Pernambuco e Alagoas, mesmo a gente letrada só pronuncia *quêjo, mantêga, fêjão, dêxe* (M. Marroquim, *A língua do nordeste*)" (Mendonça 1935[1933]: 118-119) ⁶⁰.

Os traços seriam característicos da linguagem menos prestigiada, mas afetariam também os domínios de prestígio ("mesmo na linguagem culta", "mesmo a gente letrada").

⁶⁰ Marroquim, Mário. 1934 *A Língua do nordeste (Alagôas e Pernambuco)*. Companhia Editora Nacional.

Os níveis de articulação privilegiados na análise do PB – principalmente na modalidade popular, influenciado por línguas africanas – são o fonético-fonológico e o lexical.

Ao lado da contribuição genérica e imprecisa que deu o africano para o alongamento das pretônicas e a elocução clara e arrastada, deixou sinais bem seus nos dialetos do interior, principalmente”. (Mendonça 1935[1933]: 112)

Em Pernambuco e Alagoas, os negros deixaram certos adjetivos no dialeto local:

capiongo cassange
cafuçú ingangento
cangúlo macambuzio [...] (Mendonça 1935[1933]: 121)

A influência africana sobre a sintaxe e a morfologia do PB seriam, segundo o autor, menores:

Na morfologia o negro deixou apenas vestígios o que é explicável pela diferença profunda entre as línguas indo-europeias e africanas.” (Mendonça 1935[1933]: 119)

Na sintaxe, a influência africana é ainda menos sensível” (Mendonça 1935[1933]: 123)

2.1.3. ‘Técnica’:

Partindo da premissa de que contato motiva a mudança linguística, Mendonça tenta mapeá-la a partir de um conjunto de princípios e métodos descritivos que prevê a inserção do fato linguístico na perspectiva da evolução social.

Acompanhando dados da história social, o autor assinala que, à medida que a presença negro-africana cresce no Brasil, a indígena vai desaparecendo. Tal mudança no cenário “racial” nacional é acompanhada também de uma transformação na esfera linguística.

Esta transformação étnica reflete-se na esfera linguística, e a língua acompanha a raça na sua evolução. Língua e raça formam dois elementos que têm evolução paralela a ponto de serem muitas vezes confundidos. (Mendonça 1935[1933]: 110).

Essa perspectiva, segundo Protti (2001), era predominante no período entre 1920 e 1945 nos estudos linguísticos no Brasil, que consideravam o contato entre ‘raças’, termo do autor, como o principal motor da mudança linguística.

O método descritivo adotado por Mendonça visa demonstrar as modificações sofridas pelo PB, principalmente em suas modalidades mais populares, a partir do impacto das línguas africanas (com destaque para o quimbundo e o iorubá) em diferentes níveis linguísticos, mas com privilégio de dados fonético-fonológico e lexicais, como vimos anteriormente. Em geral, o autor propõe uma formulação geral (que leva em conta as dimensões social e linguística do fenômeno) e, em seguida, arrola uma série de exemplos comprobatórios daquilo que afirma:

REDUÇÃO

Os ditongos *ei* e *ou*, por influência africana, reduziram-se na língua popular do Brasil:

ei → *ê* – cheiro → *chêro*

Peixe → *pêxe*

Beijo → *bêjo*. (Mendonça 1935[1933]: 118, *grifos do autor*)

Há certas locuções que foram introduções vulgarizadas no português graças ao negro: *angu-caroco*, *angu-de-negro*, *banzé-de-cuia*, *bodum-azedo*, *azeite-de-dendê*, *dendê-de-cheiro*. (Mendonça 2012[1933]: 122, *grifos do autor*)

A metalinguagem privilegia termos que, embora também correntes em abordagens sincrônicas, são comuns em estudos diacrônicos, tais como: “redução”, “dissimilação”, “suarabacti”. Também a apresentação gráfica dos dados, com recorrente emprego de setas direcionadas da esquerda para a direita, reforça a pressuposição de comparação entre um estágio original (o português tal como falado na Europa e introduzido no Brasil) e um estágio modificado pela influência africana:

chegar → *chega*

ei → *ê* – cheiro → *chêro*

Com o mesmo intuito de mapear a origem de fatos de destaque no PB de sua época, Mendonça ainda realiza comparações com outras línguas, tais como:

- línguas crioulas na África: “A queda do *r* final aparece também nos dialetos crioulos da África: cabo-verdiano – onde às vezes cai: chegar → *chegá* da ilha de S. Tomé – onde às vezes cai: *cuié* em vez de colher [...]” (Mendonça 1935[1933]: 115, *grifos do autor*)

- línguas românicas: [*sobre a vocalização*] “romeno – a antiga consoante *l* molhado reduziu-se no Norte a *y* semivogal: *foais* → *folia*, *fiu* → *filiu*, *muiere* → *muliere*” (Mendonça 1935[1933]: *grifos do autor*)

- línguas africanas: [*sobre o suarabacti no quimbundo*] “Justifica esta nossa hipótese o tratamento semelhante que sofrem os grupos consonânticos entre os angolenses que falam o quimbundo: “Rodolfo → *Rodolofu* / Cristovão → *Kirisobo* / Cristina → *Kirixina*” (Mendonça 1935[1933]: 117, *grifos do autor*)

Em conjunto, os resultados da análise aqui apresentada parecem indicar que a obra de Mendonça se insere no ‘programa de investigação’ sociocultural, cuja ‘visão’ fundamenta-se na relação da língua com fatores externos - *o contato entre falantes de diferentes línguas gera a mudança linguística* e a variação linguística, cuja ‘incidência’ é sobre dados linguísticos do PB (especialmente das variedades menos prestigiadas (mas também das prestigiadas)) e dados sociais correlacionáveis à mudança, à variação linguística e à determinação dos usos linguísticos, cuja ‘técnica’ insere o fato linguístico na perspectiva da evolução social, vista como um conjunto de múltiplas coerções (as origens genéticas da(s) língua(s), as características do contato étnico e linguístico, seu contexto (social, étnico, linguístico) de desenvolvimento, sua preservação em grupos), e cujas ‘fontes-objeto’ são diversificadas, indo das literárias às do repertório popular tradicional. A reconstrução do ‘horizonte de retrospectão’, ancorado em obras e autores que também refletem tais preocupações, parece corroborar essa nossa classificação do texto⁶¹.

⁶¹ Não apresentamos aqui a análise dos autores e obras que compõem o ‘horizonte de retrospectão’ (Auroux 1992) por conta do espaço. Basta informar que são autores brasileiros atuantes na descrição do PB e suas variedades, tais como Mário Marroquim Mario Marroquim (Água Preta (PE), 1896 – Maceió (AL), 1975), Antônio Joaquim de Macedo Soares (Maricá (RJ), 1838 - Rio de Janeiro, 1905), Amadeu Ataliba Arruda Amaral Leite Penteado (Capivari (hoje Monte-Mor), 1875 — São Paulo, 1929), entre outros.

3. O ELEMENTO AFRO-NEGRO DA LÍNGUA PORTUGUESA (1933) DE JACQUES RAIMUNDO FERREIRA DA SILVA [?-1960?]

Jacques Raimundo Ferreira da Silva⁶² foi professor do Colégio Dom Pedro II e do Instituto de Educação, ambos no Rio de Janeiro, membro do Conselho Nacional de Ensino e da Academia Carioca de Letras. Segundo a *Revista da Academia Fluminense de Letras*⁶³ (Niterói, 1949-1976), teria sido dado como desaparecido em 09 de novembro de 1960. Foi também fundador do Botafogo Football Club, em 1904, no Rio de Janeiro, atuando como secretário na primeira diretoria, conforme informações do *site* oficial do clube.

Além de *O elemento afro-negro na língua portuguesa* (1933), Raimundo publicou *O negro brasileiro e outros escritos* (1936) e *A língua portuguesa no Brasil. (Expansão, penetração, unidade e estado atual)* (1941).

3.1. 'Programação de investigação'

3.1.1. 'Visão de língua':

À diferença de Mendonça (1933), que foca sua análise nas mudanças do português causadas pelas línguas africanas, a partir de um componente externo (o contato étnico), Raimundo não inclui aspectos contextuais em sua análise linguística. Ele menciona certos aspectos nas seções em que trata da história dos povos africanos e sua vinda para o Brasil. Ou seja, ele admite que o contato é o motivador da mudança linguística; no entanto, essa premissa não implica a consideração de fatores externos nas análises que realiza. A análise atém-se aos dados linguísticos, vistos como autônomos.

Segundo Raimundo, no início do século XIX, quase dois milhões de negros escravizados teriam vindo para o Brasil (Raimundo 1933: 28). Portugal e Brasil teriam recebido os mesmos povos africanos, que ele distribui em dois grupos: *guineano-sudanês* e *bantos*. Com segurança, de acordo com Raimundo, teriam vindo os seguintes

⁶² Ainda não localizamos muitas informações sobre esse autor.

⁶³ *Revista da Academia Fluminense de Letras*, volumes 11-14, 1960, p. 263.

povos: “iorubás”; “bornus ou caruris”; “haussás”; “tapas ou nifês ou nufês”; “efês ou evês”; “minas”; “mandingas ou mandês”; “sussus”; “crus”, “craos ou craôs”; ‘gibis ou queás’; “cameruns”; “adamauás”; “bassas ou baças”. As línguas (“idiomas”) que teriam tido maior impacto no português falado no Brasil seriam: “[...] o ioruba, de pronunciadas afinidades com o efé, e os do Congo, de Angola de Moçambique” (Raimundo 1933: 43).

Outro traço diferenciador entre esses dois textos contemporâneos é que a interferência do elemento negro na língua portuguesa é concebida, em Raimundo, como algo negativo; observemos, como exemplo, no trecho abaixo, em que Raimundo avalia o português falado pelos negros:

A sua meia-língua é uma sorte de geringonça ou jerga, em que os vocábulos de aquém mar se deturpam, se adulteram, se desfeitem, estropeando-se ou adiantando-se aos sons e sílabas, entrecortadas estas muitas vezes, permutados aqueles outras tantas, o amanho das frases, o regime dos verbos, a situação dos termos e das palavras tudo se altera. Com o tempo innovam-se ou criam-se vocábulos pelo conúbio de idiomas, como surdem(sic) outros afixos. (Raimundo 1933: 67-8)

3.1.2. ‘Incidência de análise’:

Com relação à análise do PB, há menos variedades mencionadas do que em Mendonça (autor que, como vimos, distingue usos marcados social e regionalmente); verificamos, em Raimundo, somente duas menções à ‘fala popular’ e à ‘frase popular’; seus contrapontos (‘fala culta’ / ‘frase culta’) não aparecem:

A escassez do documento escrito, a não ser limitado de modo sem dúvida imperfeito por autores de obras regionais, a remotidade da época da escravatura, não havendo sequer um remanescente afro-negro, empecem sobremaneira a eficácia da pesquisa e observação para se determinar a influência do escravo no foneticismo e na **fala popular**. Todavia, estamos certos de que o negro contribuiu grandemente para os modificar na América. (Raimundo 1933: 73; *grifo nosso*)

A influência das línguas sul-africanas não se restringiu apenas á copiosa importação de vocábulos primários e derivados; alargou-se ainda que escassamente á própria sintaxe, actuando de preferência no amanho da **frase popular** que resiste á polícia gramatical” (Raimundo 1933: 85; *grifo nosso*)

Afora essas duas ocorrências, menções às variedades específicas do PB (linguagem de caipiras e outros grupos) não estão presentes. Ao que parece, ele toma o PB como um bloco único, o que parece apontar para uma visão de língua mais condizente com a do ‘programa de investigação descritivista’ (ver mais adiante).

Mendonça restringe-se à análise do PB, mobilizando autores brasileiros que se dedicaram a estudá-lo; já Raimundo analisa também a influência de línguas africanas no Português Europeu e conta com a ajuda de pesquisadores estrangeiros⁶⁴, como vemos nos capítulos: “O afronegro no teatro quinhentista” e “Gramática de cassanjaria no século de quinhentos”, para tanto recorre a textos literários de Gil Vicente, considerados por ele como “documentação relevante para o apreço das alterações que experimentaria posteriormente o português do Brasil sob a influência imediata do negro” (Raimundo 1933: 15). O uso de textos literários na análise linguística contribui para assinalar a característica de estudo mais filológico e descritivo em Raimundo. Segundo ele, os textos de Gil Vicente são “[...] fiel o arremêdo da linguagem do negro, por exacto o registro dos vocábulos foneticamente e das construções solecizadas”. (Raimundo 1933: 17).

Ainda que o autor destaque a interferência africana no domínio lexical, a descrição de Raimundo, tal como a de Mendonça, procurará apontar fatos relativos a todos os níveis de análise linguística, porque ele também parece reconhecer a presença africana em todos eles, como se vê, por exemplo, na justificativa do estudo gramatical das línguas africanas como um todo:

O conhecimento, em resumo, do mecanismo gramatical das línguas afro-negras que mais cooperaram para o aumento do léxico português, fez-se necessário como prova que se sobreveste de importância. A sua fonética é de

⁶⁴ Como por exemplo: Cláudio Filipe de Oliveira Basto [1886 – 1945], etnógrafo e filólogo português, contemporâneo de Francisco Adolfo Coelho [1847 – 1919] e José Leite de Vasconcelos [1858 - 1941], autores de estudos literários, dialetológicos e de filologia portuguesa. Além disso, a obra é dedicada a Fernando Ortiz Fernández [1881-1969], caracterizado por Raimundo como “publicista, folclorista e afrinólogo cubano, ilustre sob todos os aspectos” (dedicatória), “eminente publicista, professora da Universidade de Havana, nosso amigo e nosso mestre” (p. 92), cuja produção intelectual dirigiu-se ao estudo da influência negra na cultura cubana, nas perspectivas linguística e antropológica.

tão grande interêsse como a do latim, fonte de sobrepujante cópia vocabular do idioma nacional. A morfologia ministra fundamentos valiosos para o esclarecimento da origem de muitos vocábulos em que aglutinaram dois ou mais elementos africanos, [...], mas não se sobreexerce tanto o trato com a sintaxe, cuja influência rara ou escassamente se faz sentir em boleios e giros da linguagem de entre o povo, avalassando em vez o meio familiar [...] O conhecimento do vocabulário é de suma relevância, estudado por classes e apontadas as novas criações conforme a índole e o modelo do vernáculo”. (Raimundo 1933: 43).

As formas linguísticas estudadas estão principalmente no domínio fonético-fonológico (o autor privilegia o estudo dos metaplasmos) e lexical (visto o “Vocabulário” apresentado com 90 páginas), mas ele procura também dar conta de fenômenos dos demais níveis de análise:

A influência das línguas sul-africanas não se restringiu apenas à copiosa importação de vocábulos primários e derivados alargou-se ainda que escassamente, à própria sintaxe, actuando de preferência no amanho da frase popular que resiste à polícia gramatical. [...] b) O uso generalizado do presente do indicativo no futuro do mesmo modo; c) o emprego preferencial de *estar com* por *ter*, que é vernáculo e clássico: aquela mulher está com (tem) febre, etc. [...]” (Raimundo 1933: 85)

Em outro trecho, a respeito do português falado pelos negros, também podemos observar a predileção de Raimundo pelos aspectos fonético-fonológicos: a “fonética” apresenta 26 apontamentos de modificações e somente 9 referentes à “Morfologia, sintaxe e registro de vocábulos”.

3.1.3. ‘Técnica’:

Com relação aos métodos descritivos adotados, Raimundo, mais afeito a uma análise baseada na abordagem histórico-comparativa, apega-se à apresentação de muitos exemplos, dados a partir da apresentação de uma característica mais ou menos geral: “Troca do *d* por *r*, possivelmente depois de permutado com *l*: riabo (diabo), reos (deos), condiro (escondido), firalgo (fidalgo), rinheiro (dinheiro), rise (disse), sapantaro, sesuro (sesudo), toro (todos), turo (tudo)”. (Raimundo 1933: 20).

A análise de Raimundo privilegia, como mencionamos, o apontamento de metaplasmos: “1. Troca do *o* pretónica em *u*: *nutiça*

(notícia), *fugar* (afogar). 2. Alargamento da vogal tônica ou craseada: *p'atrais* (para atrás), *ais vez* (às vezes)” (Raimundo 1933: 69, *grifos do autor*).

Tal como em Mendonça, a metalinguagem utilizada é aquela tradicionalmente usada em estudos diacrônicos; à diferença que em Raimundo, esse modo de apresentação e análise dos dados é mais farto e sistemático. Na seção destinada à descrição de línguas africanas, Raimundo adota a técnica de compará-las com o português, como no seguinte exemplo: “[sobre o ioruba] Há sete vogais: a, e, eh, i, oh, u. Usamos do *h* posposto, por nos faltarem sinais próprios ou melhor adequados; eh profere-se semelhante ao nosso *e*, acusado ou aberto, e *oh* entre o nosso *ó* ou ditongo *au*.[...]” (Raimundo 1933: 44, *grifos do autor*).

Em conjunto, a análise de ‘visão, incidência, técnica’ parece indicar que as preocupações de Raimundo são de cunho mais descritivista, se contrapondo aos interesses mais socioculturais observados em Mendonça. A questão da influência não está, neste segundo caso, sendo tratada da perspectiva de construção de valores nacionais ou pátrios e nem sendo desenvolvida a partir do estudo concomitante da língua e das questões de uma história etno-cultural brasileira. Assim, em Raimundo, a ‘visão’ parece indicar a percepção da língua como objeto autônomo. A ‘incidência’ recai sobre a estruturação das formas, com destaque para a concepção da língua como todo mais unificado do que diversificado (sem variedades sociais e regionais relevantes, não muito distinto do PE, como vemos, por exemplo, em seu estudo sobre a ‘gramática cassange’, a partir dos textos de Gil Vicente). Como ‘técnica’, o autor privilegia o estabelecimento de classificação para os fatos, a determinação de contextos, a segmentação e a comutação de unidades equivalentes. Quanto às ‘fontes’, são predominantemente de origem não informada. O ‘horizonte de retrospectão’ que conseguimos depreender revela-se diverso do de Mendonça 1935[1933].

4. SÍNTESE

As descrições e análises sobre as obras de Mendonça (1935[1933]) e Raimundo (1933) levam às seguintes considerações: Mendonça parece estar em diálogo direto com outros estudiosos da

linguagem brasileiros que, antes ou contemporaneamente a ele, se preocupavam em examinar a questão da formação do português do Brasil em uma perspectiva que levasse em conta o contexto. A análise permite afirmar que preocupações de caráter sociocultural predominam em sua obra, na qual o elemento externo, isto é, a mudança no panorama étnico e social, é gerador da mudança linguística. Sua abordagem põe em destaque que a alegada 'influência' africana não se restringe ao léxico, mas se estende a todos os níveis linguísticos, ainda que em menor grau, sendo observada nos fenômenos de concordância nominal, invariabilidade de gênero e número e em mudanças fonético-fonológicas. Sua obra denota que as fontes documentais para a pesquisa foram, ainda que se possam fazer ressalvas, variadas.

Quanto à obra de Raimundo, nota-se que não há um apelo à causa dialetológica nacional e o 'horizonte de retrospeção' parece contemplar estudos produzidos fora do Brasil (Portugal, Cuba), além dos já prestigiados estudos de Nina Rodrigues e João Ribeiro. Do ponto de vista da incidência, predomina preocupação com a descrição dos fenômenos linguísticos, tomados autonomamente, como, por exemplo, na explicitação de mudanças fonéticas mais ou menos sistemáticas. Tal como Mendonça, Raimundo explora dados de todos os níveis de articulação linguística ao desenvolver seu estudo.

Resumidamente, desejamos ressaltar que reconhecemos aspectos que parecem diferenciar esses dois textos que têm sido considerados como da mesma tradição. A sua forma de lidar com o contato entre o português e as línguas africanas é distinta, até mesmo numa perspectiva geográfica: no caso de Raymundo, é clara a ênfase sobre o que teria se processado em Portugal, sendo o que aconteceu no Brasil uma espécie de decorrência. Também é preciso dizer que os textos de Mendonça e Raymundo têm sido classificados como excessivamente lexicalistas na exploração da relação entre o PB e as línguas africanas em termos de 'influência'; nossa análise, contudo, não confirma esse traço.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUROUX, Silvain. 1992. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: Editora da Unicamp.

BONVINI, Emilio. 2009. “Línguas africanas e português falado no Brasil”. In: FIORIN, José Luiz; PETTER, Margarida (Orgs.). *África no Brasil: a formação da língua portuguesa*. São Paulo: Contexto, p. 15-62.

BONVINI, Emilio; PETTER, Margarida. 1998. Portugais du Brésil et langues africaines. *Langages*. Paris, n. 130. p. 68-83.

BORGES, Patrícia de Souza. 2014. *Línguas africanas e português brasileiro: análise historiográfica de fontes e métodos de estudos no Brasil (séc. XIX-XXI)*. 2014. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

CASTRO, Yeda Pessoa de. 1980. África descoberta: uma história recontada. *Revista de Antropologia* (São Paulo), São Paulo, v. 23, p. 135-140.

CASTRO, Yeda Pessoa de. 1976. *De l'intégration de apports africains dans les parlers de Bahia au Brésil*. Lubumbashi. Tese (Doutorado em línguas e literaturas africanas). Université Nationale du Zaïre, 2v. Universidade Federal da Bahia.

CHAVES DE MELO, Gladstone. 1946. *A língua do Brasil*. Rio de Janeiro: Padrão.

COELHO, Olga Ferreira. 2012. O Português do Brasil em Macedo Soares (1938-1905). *Límite. Revista de estudos portugueses y de lusofonia*, v. 6, p. 199-215, 2012.

CUNHA, Ana Stela de Almeida; BUENO, André. 2004/2005. Situações Linguageiras favorecedoras da difusão do português: A África na Historiografia Linguística Brasileira. *Língua, Linguística & Literatura*, João Pessoa, vol. 2, nº 1/2, p. 33-48.

ELIA, Sílvio. 1960[1940]. *O problema da língua brasileira*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do livro/MEC.

GUY, Gregory. 1989. On the nature and the origins of popular Brazilian Portuguese. *Estudios sobre Español de América y Lingüística Afroamericana*. Bogotá: Instituto Caro y Cuervo, p. 227-245.

GUY, Gregory. 1981. *Linguistic variation in Brazilian Portuguese: aspects of phonology, syntax and language history*. PhD. Dissertation. University of Pennsylvania. Ann Arbor: University Microfilms Internacional.

HOLM, John. "Creole influence on popular Brazilian Portuguese". In: GILBERT, G. (ed.). *Pidgin and Creole Languages*. Honolulu: University of Hawaii Press, p. 406-429.

LEITE, Serafim. 1938. *História da companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro.

LUCCHESI, Dante. 2012. A diferenciação da língua portuguesa no Brasil e o contato entre línguas. *Estudos de Linguística Galega*, v. 4, p. 45-65.

LUCCHESI, Dante. 2009. História do Contato entre Línguas no Brasil. In: LUCCHESI; Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza. (Org.). *O Português Afro-Brasileiro*. 1ª ed. Salvador: EDUFBA v. 1, p. 41-73.

MARROQUIM, Mário. 1934. *A Língua do nordeste (Alagôas e Pernambuco)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

MENDONÇA, Renato. 1936. *O português do Brasil: origem, evolução, tendências*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

MENDONÇA, Renato. 1935[1933]. *A influência africana no português do Brasil*. Prefácio de Rodolfo Garcia. São Paulo: Companhia Editora Nacional. Série V Brasileira, Volume XLVI, 2ª edição ilustrada com mapas e gravuras.

MENDONÇA, Renato. 2012[1933]. *A influência africana no português do Brasil*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão.

PETTER, Margarida. 1998. A presença de línguas africanas no português do Brasil. *Estudos Lingüísticos* (São Paulo), São José do Rio Preto, v. XXVII, p. 777-783.

PINTO, Edith Pimentel. 1981. *O português do Brasil: textos críticos e teóricos, 1920-1945, fontes para a teoria e história*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

PINTO, Edith Pimentel. 1978. *O português do Brasil: textos críticos e teóricos, 1820-1920, fontes para a teoria e história*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

QUEIROZ, Sônia. 2002. Remanescentes culturais africanos no Brasil. *Aletria*, Belo Horizonte, p. 48-60.

RAIMUNDO, Jacques. 1933. *O elemento afro-negro da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Renascença Editora.

SILVA NETO, Serafim da. 1950. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Presença.

SWIGGERS, Pierre. 2004. Modelos, métodos y problemas en la historiografía de la lingüística. Nuevas aportaciones a la historiografía lingüística. *Actas del IV Congreso Internacional de la SEHL*. La Laguna (Tenerife), 22-25 octubre de 2003, ed. Corrales Zumbado, C; Dorta Luis, J. et al. Madrid: Arco Libros, p. 113-145.

SWIGGERS, Pierre. 1991a. L'historiographie des sciences du langage: intérêts et programmes. *International Congress of Linguistics*, 14, 1987 (August 10 – August 15), Berlin/GDR, Proceedings, Berlin: Akademie-Verlag, p. 2713-2716.

SWIGGERS, Pierre. 1981 a. The History-writing of Linguistics: A Methodological Note. *General Linguistics* 21, v.1, p.11-16.

UMA BREVE REVISÃO DOS ANTECEDENTES HISTÓRICOS DA PRESSUPOSIÇÃO DE DOIS NÍVEIS DA LINGUAGEM NA SINTAXE DAS GRAMÁTICAS RACIONALISTAS PORTUGUESAS DO FINAL DO SÉCULO XVIII

Alessandro Jocelito Beccari

(Faculdade de Administração, Ciências, Educação e Letras)

Ednei de Souza Leal

(Universidade Federal do Paraná)

RESUMO: Este trabalho visa investigar alguns dos antecedentes históricos de um pressuposto epistemológico implícito no entendimento da oração nas gramáticas racionalistas, também conhecidas como gramáticas filosóficas, produzidas no final do século XVIII. Nessas gramáticas, as orações são entendidas como estruturas proposicionais que refletem o pensamento e correspondem a segmentos constituídos por apenas três elementos básicos, a saber, *sujeito*, *cópula* e *atributo*. Essa estrutura proposicional segue o modelo tradicional racionalista, que diferencia sintaxe de construção. Gramáticas da tradição racionalista em língua portuguesa costumam incluir um capítulo denominado *fraseologia*, em que essa distinção é assumida como princípio. Assim, nessas gramáticas, as discussões sobre fraseologia partem da proposta de dois níveis da linguagem: um profundo, lógico, de caráter universal e inato, que é chamado de *sintaxe*; e outro caracterizado pelo uso, chamado de *construção*. Este artigo propõe dois caminhos de investigação complementares dessa distinção: 1) um mapeamento dos antecedentes mais importantes da dicotomia “sintaxe-construção” na história dos estudos da linguagem desde a Antiguidade; 2) uma investigação da recepção dos preceitos racionalistas na tradição gramatical em língua portuguesa. O objetivo é demonstrar que a oposição “sintaxe-construção”, na tradição luso-brasileira, tem como pressuposto fundamental o inatismo linguístico e, além disso, que as noções que constituem esse conceito de inatismo são historicamente anteriores ao racionalismo moderno.

ABSTRACT: This work aims to investigate some of the historical antecedents of an epistemological assumption implicit in the understanding of the sentence in the rationalist grammars (also known as philosophical grammars) produced in the end of the 18th century. In these grammars, sentences are seen as propositional structures which reflect thought and correspond to segments consisting of only three basic elements, namely subject, copula and attribute. This propositional structure follows the traditional rationalist model, which differentiates syntax from construction. Grammars of the Portuguese rationalist tradition usually include a chapter called *fraseologia* in which such distinction is assumed as a principle. Therefore, in these grammars, discussions on phraseology start with the proposal of two levels of language: a logical, profound level, endowed with a universal and innate character, which is called *sintaxe*, and a superficial one, characterized by use, called *construção*. This article proposes two complementary venues of research of this distinction: 1) a

mapping of some of the most important antecedents of the dichotomy "syntax-construction" in the history of language studies since Antiquity; 2) an investigation of the reception of the rationalist precepts in the grammatical tradition in Portuguese. The objective is to demonstrate that the opposition "syntax-construction" in the Luso-brazilian tradition has as its fundamental assumption linguistic innateness and, moreover, that the notions which constitute this concept of innateness are historically prior to modern rationalism itself.

1. INTRODUÇÃO

Nossa pretensão neste trabalho é mostrar algumas noções que foram importantes nas chamadas Gramáticas Racionalistas. Através de um rápido mapeamento historiográfico-epistemológico desde a Antiguidade, procuraremos demonstrar como a distinção entre “sintaxe” e “construção” se relacionam com a cara noção de “inatismo linguístico”, noção que volta a ganhar importância na segunda metade do século XX. Em seguida, faremos uma associação com Gramáticas Racionalistas da tradição iluminista de Portugal, isso para atestar a recepção das noções de “sintaxe” e “construção” em gramáticas em língua portuguesa. Dessa forma, procuramos sugerir com tais considerações o quanto a linguística moderna é tributária dos modelos racionalistas, flagrantes no caso da Gramática Gerativa Transformacional, explicitada pelo próprio Noam Chomsky em *Cartesian Linguistics* (1966). Obra na qual Chomsky procura associar os conceitos da então novíssima Gramática Gerativa Transformacional às noções basilares já presentes nos modelos racionalistas de gramática. Por outro lado, Chomsky tenta dissociar a ideia de que a Linguística nasceu apenas no século XIX.

Edward Lopes (1986) aponta como principais características de uma Gramática Filosófica (doravante GF):

Por *filosófica* compreenda-se, desde logo, baseada nos princípios da filosofia iluminista, do racionalismo clássico que inspirou a *Grammaire Générale et Raisonnée* (1660) de Port Royal, de Arnault e Lancelot, seu mais direto modelo e fonte de toda a Linguística Cartesiana dos séculos XVII e XVIII; por *raisonnée*, que SB ora traduz por “filosóficas”, mesmo, ora por “razoada”, atenda-se uma teoria que explana seus pontos de vista a partir de dado entendimento das relações lógicas que articulam o pensamento e as línguas naturais [...] (Lopes 1986: 67).

Para além desse famoso atestado de paternidade, procuraremos discorrer brevemente sobre como o modelo racionalista teria sido

influenciado por intuições linguísticas anteriores, como as gramáticas modistas da Idade Média.

Embora, até o momento, a historiografia não tenha estabelecido uma cronologia ou periodização mais exata, é notória a existência de uma tradição lógico-filosófica nos estudos da linguagem. Em uma visão retrospectiva, essa tradição começa em Aristóteles e nos estoicos, passa por Prisciano, na Antiguidade Tardia, retorna nos carolíngios na Alta Idade Média, ressurgue com os modistas do Medievo Tardio, passa por um período de hibernação no Renascimento das belas-letas e volta à tona no pensamento de Sanctius, no século XVI, e, sobretudo, nos trabalhos dos religiosos da abadia de Port-Royal (Robins 1983). Duas observações gerais podem ser feitas a respeito dessa corrente de pensamento lógico-filosófico: internamente, está quase sempre ligada aos estudos de sintaxe; externamente, sempre é antecedida e sucedida por períodos de descontinuidade, em que a corrente principal dos estudos linguísticos passa a se interessar mais pelos dados da linguagem do que por aspectos teóricos (Koerner 1989).

Tanto gramáticas portuguesas como brasileiras sofreram influência da GF até fins do século XIX, mais propriamente no caso do Brasil até 1881, quando se deflagra o início da chamada era da “Gramática Científica” (Cavaliere 2001), agora com base nos estudos “científicos” encetados, principalmente, pelos métodos histórico-comparatistas. Alguns gramáticos, tendo maior lucidez sobre o fazer gramatical, distinguem o sistema da sintaxe exposto na GF em oposição a um sistema presente em gramáticas de língua inglesa e alemã, é o caso de Ernesto Carneiro Ribeiro (ver *Serões Gramaticais* de 1890 em comparação com sua terceira edição de 1919), e também de Julio Ribeiro (para tal, confronte-se as edições de 1881 e de 1884 da sua *Grammatica Portuguesa*).

Este artigo propõe uma investigação que vá além das noções gerais encetadas pelas Gramáticas Racionalistas, como a questão da Gramática Universal, já tão debatida, e concentre-se no pressuposto teórico-metodológico nos capítulos sobre sintaxe dessas obras, que buscam associar a sintaxe à lógica, mais precisamente: fazem distinção entre um nível lógico profundo, universal e inato, e outro superficial e particular no fenômeno linguagem. Disso resulta que alguns gramáticos diferenciem “sintaxe” de “construção”.

Ao longo da história, a lógica e a sintaxe sempre tiveram uma estreita associação: “o aparecimento dos tratados de lógica redigidos no vernáculo acompanham globalmente a gramaticização (...)” (Auroux, 1992: 12). As gramáticas, em verdade, sempre buscaram na lógica seus conceitos sintáticos mais precisos. Aqui buscaremos, então, mapear esse pressuposto teórico, e de que forma ele é recepcionado na Ilustração portuguesa, por meio de duas gramáticas da tradição lógico-filosófica, produzidas em Portugal. Além disso, examinaremos seu percurso anterior. Esse pressuposto, que é visível desde a Antiguidade, já na Idade Média está muito próximo da tradição universalista de que essas gramáticas em língua portuguesa também fazem parte.

A definição de Gramática Universal, ao que tudo indica, aparece pela primeira vez em 1250, concomitantemente à primeira proposta de um método experimental no Ocidente: um franciscano inglês, que viveu há mais de 700 anos, Roger Bacon (ca. 1220-1292), foi autor tanto da definição de uma gramática universal quanto da proposição de uma ciência baseada em experimentos empíricos. Na introdução de sua gramática do grego (ca. 1250), Roger Bacon assim resume a noção de Gramática Universal: “*grammatica una et eadem est secundum substantia in omnibus linguis, licet accidentaliter varietur*” (“a gramática é a mesma em todas as línguas, embora varie acidentalmente”) ⁶⁵ (Bacon, 1902 [ca. 1250]). Essa é a primeira definição explícita de uma gramática universal na história intelectual do Ocidente de que se tem notícia. Cerca de vinte anos mais tarde, gramáticos da França e do norte da Europa, posteriormente chamados de modistas devido ao título comum de seus tratados (*tractatus de modis significandi*, i.e. “tratado sobre os modos de significar”), partirão da definição de Roger Bacon e de ideias de

⁶⁵ Considerada a primeira formulação explícita de uma noção de gramática universal na história dos estudos da linguagem, Roger Bacon assim a expressa: [...] *grammatica una et eadem est secundum substantiam in omnibus linguis, licet accidentaliter varietur* [...] “[...] a gramática é substancialmente a mesma em todas as línguas, embora varie acidentalmente [...]” (*Grammatica graeca*, II, 1, 2). A *Gramática grega* de Roger Bacon é dividida em partes que se subdividem em *distinctiones*, “distinções”, e estas em capítulos. Este trecho encontra-se no segundo capítulo da primeira distinção da segunda parte. A edição aqui empregada é a de Nolan e Hirsch (1902).

linguístas do final do século XII e início do século XIII, para criar as primeiras gramáticas de dependências sintáticas da história da linguística europeia: gramáticas cujos pressupostos procuram submeter-se aos princípios da lógica e da metafísica aristotélicas.

2. MÉTODOS DE PESQUISA EMPREGADOS NESTE TRABALHO

Os métodos de pesquisas empregados neste trabalho foram baseados nos modelos encetados pela *Historiografia Linguística*, especialmente aqueles preconizados por Koerner (1989) e Swiggers (2004). Da contraparte epistemológica, nos valem de leituras, tais como Auroux (1993) e Borges Neto e Dascal (2004).

Como levantamos aqui uma discussão epistemológica com o auxílio da *Historiografia Linguística*, este trabalho não visa meramente enumerar uma ou mais escolas de pensamento sobre a linguagem humana, mas sim auxiliar, ainda que modestamente, num ponto específico que foi, no nosso entendimento, crucial para a dinâmica da História sobre os estudos linguísticos: a distinção entre um nível universal e inato e outro particular e mutável na linguagem. Dito de outra forma: não é praxe da *Historiografia Linguística* enaltecer esta ou aquela orientação teórica sobre a linguagem, mas antes investigar, de maneira mais isenta possível, intuições sobre a linguagem humana para que, dessa forma, se possa expor de maneira precisa, o percurso seguido pela Linguística. No nosso caso, em particular, investimos mais propriamente naquilo que concerne à epistemologia de duas obras para, dessa forma, podermos associá-las a algumas generalizações, pressupondo que as chamadas Gramáticas Filosóficas influenciaram fortemente obras subsequentes.

3. A GRAMÁTICA FILOSÓFICA NA TRADIÇÃO GRAMATICAL EM LÍNGUA PORTUGUESA

Já na tradição em língua portuguesa, surgem gramáticas aos moldes racionalistas desde o início do século XVIII, com a ascensão da Ilustração em Portugal – há quem diga, e Carlos Assunção (2007) é um deles, que o *Método Gramatical para Todas as Línguas* de Amaro

de Roboredo, surgido em 1643, seria já uma Gramática Racionalista. Mas é em 1783 que surge uma GF de grande impacto em Portugal, e que servirá mesmo como modelo para obras posteriores: a *Gramática Filosófica e Ortografia Racional da Língua Portuguesa* de Bernardo de Lima e Melo Bacelar.

Esta gramática, segundo estudiosos como Amadeu Torres (2001), que inclusive a reeditou, é obra basilar para o período racionalista. Dentre outros aspectos, segundo o mesmo Amadeu Torres, Bacelar valorizou a definição semântica das categorias gramaticais; definiu língua como expressão do pensamento e, ao mesmo tempo, não perdeu de vista a função comunicativa; desenvolveu extraordinariamente os estudos sintáticos da linguagem portuguesa; buscou seriamente uma filiação genética entre as línguas; deu vasão aos modernos estudos da Filosofia da Linguagem e mesmo da Pragmática; dentre outros aspectos relevantes de cunho pedagógicos, inclusive. Ainda segundo Torres, mesmo que a gramática de Bacelar tenha sido editada posteriormente às *Regras da língua portuguesa, espelho da língua latina* de Jeronymo Contador de Argote, editada em 1721, e *A arte da grammatica da Língua Portuguesa*, de António José dos Reis Lobato, editada em 1770, ela teria sido a primeira gramática autenticamente filosófica na tradição portuguesa.

Por outro lado, a já amplamente citada *Gramática Filosófica da Língua Portuguesa* de Jerônimo Soares Barbosa é tida por muitos estudiosos – ver Moura Neves (2002), Mattos e Silva (1986), entre outros – como a mais bem acabada gramática produzida durante o Iluminismo português. Esta obra, além de trazer inúmeras discussões de cunho filosófico sobre a língua humana, foi responsável por introduzir na tradição gramatical um sistema de análise gramatical que seria a base daquilo que ainda hoje é usado em gramáticas pedagógicas. Dessa forma, o que dessa obra se destaca é sua sintaxe, justamente por introduzir novos termos e, sobretudo, a noção de que a proposição é o espelho do pensamento. Nesse sentido, a gramática de Soares Barbosa segue fielmente o modelo da *Gramática de Port-Royal*, pois esta também associa a faculdade da linguagem a um aspecto quase exclusivamente inato:

[...] as palavras [são]: sons distintos e articulados, que os homens

transformaram em signos para significar seus pensamentos. É por isso que não se pode compreender bem os diversos tipos de significação que as palavras contêm, se antes não se tiver compreendido o que se passa em nossos pensamentos, pois as palavras foram inventadas exatamente para dá-las a conhecer.” (Port-Royal [1660]: 29).

E é justamente nesse sentido que Soares Barbosa divide a matéria que trabalha com a “proposição” em Sintaxe e Construção:

Nestas duas orações: *Alexandre venceo a Dario*, e *A Dario venceo Alexandre*, as construcções são contrarias; porém a syntaxe he a mesma. Ambas ellas em quanto conduzem para a maior ligação das ideias e clareza da enunciação, são do foro da Grammatica em geral, e da Lingua Portuguesa em especial, que entre os signaes das relações conta tambem a construção local dos vocabulos (Soares Barbosa 1822: 362-363).

Tal como na *Grammaire*:

A construção das palavras se distingue geralmente da conveniência, em que as palavras devem convir entre si, e da do regime, quando um dos dois causa uma variação no outro. A primeira, em sua maior parte, *é a mesma em todas as línguas, porque se trata de uma sequência natural daquilo que está em uso por toda a parte*, para melhor distinguir o discurso. (Port-Royal: 125 – grifos nossos).

Soares Barbosa também chama a construção de “Caráter Real” da língua, justamente por dizer respeito à fala (autorizada pelo uso). Já a Sintaxe seria a outra faceta, concernente agora à escrita, que Soares Barbosa chama de “Caráter Nominal”: “A *Grammatica* (...) não foi ao principio outra couza, senão a sciencia dos caracteres, ou *Reaes*, representativos das couzas, ou *Nominaes*, significativos dos sons e das palavras.” (Soares Barbosa 1822: I).

4. DA HISTÓRIA

Entendemos aqui por linguística toda reflexão sobre a linguagem que, no caso do Ocidente, teve seu início já na Antiguidade pré-socrática. Já se discute naquela época a aparente oposição entre *natureza* ou *convenção* da linguagem. A partir desse entendimento, procuraremos, de maneira breve, fazer uma associação horizontal dos filósofos gregos ao século XVII, século este que viu surgir justamente as gramáticas racionalistas. Mais precisamente, e tomando como historicamente patente que a primeira gramática

desse modelo seja a *Gramática de Port-Royal*, editada em 1660 (*Grammaire générale et raisonnée contenant les fondemens de l'art de parler, expliqués d'une manière claire et naturelle*, no original em francês), situaremos aí o ponto de convergência de nossa discussão histórica.

Aristóteles foi quem primeiramente procurou sistematizar não apenas os estudos sobre a linguagem humana, mas muitos outros, como aqueles que posteriormente ficaram conhecidos como “ciências exatas”. Foi também provavelmente o mesmo Aristóteles o primeiro a inculcar a matéria que hoje chamamos de Lógica no âmbito dos estudos gerais. Mais propriamente aquilo que se convencionou chamar de “lógica de base aristotélica”, e que continua com seu mesmo modelo até, praticamente, fins do século XIX.

A associação da lógica com os fenômenos linguísticos, especialmente a sintaxe, foram realizados antes mesmo dos modistas na Idade Média. Essa associação já é observável em Anselmo de Aosta, ou da Cantuária (ca. 1033-1109), que ataca um problema seminal para os estudos da linguagem posteriores em seu diálogo *De grammatico* (*O gramático*) (1979 [ca. 1059]: 172-97). Nessa obra, Anselmo questiona-se: a palavra “gramático” faz referência a alguma coisa que é possuída por algo ou alguém, i.e. uma qualidade (propriedade), ou é uma substância independente? (De Libera 1998: 295). Anselmo explica que, embora “gramátic-o” e “gramátic-a” diferenciem-se apenas por letras, que equivalem a suas desinências de gênero (Prisciano), correspondem também a termos que se diferenciam logicamente (Aristóteles), porque “gramática” significa sempre um sujeito e “gramático” pode significar duas coisas: diretamente, um predicado (um termo acidental concreto) i.e. “ser um conhecedor de gramática”; indiretamente, “gramático” significa uma substância (sujeito) ou o possuidor desse predicado: “um conhecedor de gramática”. De acordo com Anselmo, “gramático” não pode significar, logicamente, o sujeito de uma proposição de maneira direta porque é impossível pensá-lo sem o estatuto de predicado: alguém pode ser chamado de “gramático”, como em “O gramático faz gramática”, mas o significado lógico (primeiro) do termo “gramático” é sempre o de um predicado. Portanto, no *De grammatico*, Anselmo separa significado lógico de gramaticalidade:

o sujeito gramatical pode equivaler ao predicado lógico ou não. As preocupações semânticas de Anselmo abrem caminho para uma tradição na filosofia da linguagem que procurará esclarecer a diferença entre pensamento gramatical e pensamento lógico: os nominalistas foram os principais representantes dessa tradição no contexto medieval (Beccari 2013: 95).

Com a Renascença, e, com esta, a redescoberta dos textos platonônicos, a sintaxe de base lógica perde seu sentido, dando lugar a uma sintaxe de base estilística.

Pensar a gramática como sendo ou não regida por um conjunto de regras ou *princípios universais* ou *naturais* parece ser o ponto de ruptura que nos permite entender a principal diferença entre o paradigma medieval e humanista para os estudos da linguagem. O proto-humanismo tem uma perspectiva visivelmente oposta à dos modistas com respeito à possibilidade de estabilização do conhecimento sobre uma língua por meio de regras universais ou naturais (Beccari 2013: 182). Vejamos, por exemplo, um excerto do *Convivio* de Dante (II, XIII, 10⁶⁶), em que o célebre poeta florentino fala sobre a natureza da gramática:

E queste due proprietadi hae La Gramatica: ché, per la sua infinidade, li raggi de la ragione in essa non si terminano, in parte spezialmente de li vocabuli; e luce or di qual à in tanto quanto certi vocabuli, certe declinazioni, certe costruzioni sono in uso che già non furon, e molte già furono che ancor saranno: si come Orazio nel principio de la Poetria quando dice: ‘Molti vocabuli rinasceranno che già caddero’ (“E estas duas propriedades tem a Gramática; pois que, pela sua infinidade, os raios da razão não logram penetrá-la inteiramente, em especial no que ao léxico se refere; e luz ora de aqui ora de ali, na medida em que certos vocábulos, certas declinações, certas novas construções que antes não existiam se acham em circulação, e muitos que já foram voltarão a ser, tal com diz Horácio no princípio da Arte Poética, quando diz: ‘Renasceram muitos vocábulos caídos em desuso’”)

⁶⁶ Os números “II, XIII, 10”, referem-se, na ordem inversa, ao 10º parágrafo do 13º capítulo do 2º

tratado do texto original do *Convivio* de Dante Alighieri. Utiliza-se aqui a tradução para o português de Soveral (1992). As referências ao *De vulgari eloquentia* seguirão o mesmo método.

Vê-se no excerto acima que as “regras”, que os modistas identificam como naturais ou universais, são, para Dante Alighieri, cambiantes, mutáveis, até mesmo imprevisíveis. A essa fluidez das regras gramaticais observadas por Dante se acrescentará uma valorização cada vez maior da sonoridade da linguagem em detrimento de sua natureza interna, lógica, sintática. Isso porque o humanismo está muito mais interessado na reconstrução dos valores estéticos da Antiguidade do que nas explicações lógico-filosóficas da linguagem típicas da Escolástica dos séculos XIII e XIV.

Do ponto de vista dos humanistas, a base teórica dos modistas, especialmente no que concerne à sintaxe, havia tomado tal complexidade a ponto de se fazer contraproducente e pouco elucidativa para a imitação do estilo dos autores latinos. Além disso, os mesmos humanistas, com as redescobertas dos tesouros literários da Antiguidade, voltaram a valorizar a beleza, traduzida através da literatura clássica greco-romana. É dessa forma, também, que a linguagem dos clássicos volta a ser o parâmetro do bom uso da língua. Com o desinteresse pela lógica e a metafísica aristotélicas, as questões lógicas, nos estudos da linguagem, foram praticamente esquecidas até meados do século XVII.

Com a ascensão do racionalismo filosófico, retornam as pesquisas linguísticas num âmbito, diríamos hoje, mais formal, flagrantemente com inspiração nas velhas gramáticas modistas. Também suscitada da modística medieval, mas agora com um enfoque bastante diferente, discute-se a natureza da língua sob o aspecto de sua construção. Ora, volta-se, novamente, a se discutir o suposto inatismo da língua, como atestado em Bacelar:

Começarão os homens a traficar, e comunicar se mais, e mais, e para este fim inventarão copia de sons. Destes e dos innatos derivarão outros e determinando as leis de os collocar vierão desta sorte a ter huma perfeita *lingua de comunicação*, cujo arrazoado, ou discursado regulamento, se chama *Grammatica Philosophica*. (Bacelar 1783: 6).

Ou seja, para Bacelar, a gramática é um livro que descreve leis, muitas das quais inatas. A associação da aquisição da língua com o inatismo humano trouxe consequências definitivas sobre a confecção das chamadas Gramáticas Tradicionais: ainda hoje, em compêndios escolares, a sintaxe é praticamente toda de base lógico-aristotélica.

5. EPISTEMOLOGIA DA SINTAXE

Em 1660, na abadia jansenista de *Port-Royal*, nas proximidades de Paris, surge aquela que seria a obra modelar para todas as gramáticas racionalistas subsequentes: a *Gramática de Port-Royal* de Antoine Arnauld e Claude Lancelot. Trata-se de uma obra de cunho pedagógico, mas que não deixa de salientar preceitos – posteriormente basilares – de uma visão bastante particular da linguagem humana. Assim, ao mesmo tempo em que havia em Port-Royal essa preocupação latente com a educação, houve lá também uma inegável contribuição na reformulação de noções até então esquecidas. Como no caso da “expropriação” do conhecimento encetado pela GF no século XX, também em Port-Royal houve uma busca profunda de conceitos então praticamente esquecidos. É mais um caso a comprovar que um conhecimento produzido nem sempre tem consequências lineares:

[...] nem sempre o que está em evidência é o mais relevante [...] a pesquisa historiográfica não precisa seguir uma linearidade temporal, principalmente quando constrói uma história de “problemas” (a ser) enfrentados pela disciplina. (Coelho e Hackerot 2003: 390).

Possivelmente um dos preceitos mais peculiares na Gramática de Port-Royal diz respeito a que todas as línguas teriam aspectos pontuais em comum – o que mudaria, na verdade, seriam o léxico e algumas regras sintáticas. Nesse nível duplo (geral-particular), aquilo que será chamado de sintaxe diz respeito a um conjunto de leis que rege a ordem das palavras numa dada oração, enquanto aquilo que se denominará “construção” é a contraparte sobressaliente da sintaxe, esta última comum a todas as línguas. Segundo Soares Barbosa, a sintaxe é a parte lógica da gramática que se diferencia de dos aspectos automáticos das línguas (fonéticos e ortográficos) que ele chama de *Mechanica*:

A grammatica he pois, que não outra couza, segundo temos visto, senão a *Arte*, que ensina a pronunciar, escrever, e falar corretamente qualquer Lingua, tem naturalmente duas partes principaes; huma *Mechanica*, que considera as palavras como mero vocabulos e sons articulados, ja pronunciados, ja escriptos, e como taes sujeitos ás leis physicas dos corpos sonoros, e do movimento; outra *Logica*, que considera as palavras, não ja como vocabulos, mas como signaes artificiaes da ideias e suas relações, e como taes sujeitos

ás leis psychologicas, que nossa alma segue no exercicio das suas operações e formação de seus pensamentos: as quês leis sendo as mesmas em todos os homens de qualquer nação que sejam ou fossem; devem necessariamente comunicar ás Linguas, pelas ques se desenvolvem e exprimem estas operações, os mesmos principios e regras geraes, que as dirigem (...) (Soares Barbosa 1822: XI)

O jansenismo, movimento religioso de posições teológicas contrárias seja aos preceitos calvinistas seja aos jesuíticos predominantes no século XVII, é combatido já em fins deste mesmo século. Como resultado disso, a gramática, a lógica e praticamente todos os ensinamentos de *Port-Royal* foram esquecidos por décadas. Todavia, foram posteriormente recuperados por grandes estudiosos como Condillac, que chegou mesmo a fazer escola na França: Du Marsais e Chessang foram alguns de seus discípulos.

Como foi visto anteriormente, as noções de uma gramática universal e inata, de distinção entre lógica e gramática e, com consequência, de uma intuição de diferentes níveis e tipos de análise já estavam presentes na Antiguidade e foram desenvolvidos na Idade Média. Essas noções encontraram oportuno eco no século XVII. Como vimos, tanto a base filosófica cartesiana, quanto seus correspondentes gramaticais tomam a pressuposição do inatismo como axiomático ao ser humano. Ainda que outros modelos concorrentes na sintaxe tenham surgido, eles jamais conseguiriam livrar-se da lógica de base aristotélica. Ou seja, o modelo tripartido é exemplar em toda GF:

As partes essenciaes da *Grammatica* são tres. A primeira he o *som*, que representa o *Agente*, ou Nominativo a segunda o *som*, que mostra a *Acção*, ou verbo e a terceira o *som*, que faz as vezes de *Accionado*, paciente, ou caso, porque todas as Nações comunicam a todas as mais o essencial do que virão, ouvirão, ou idearão (isto he os seus conceitos) com os sobreditos tres unicos sons, e faltando-lhe algum delle, nada comunicação em termos. E porque esses unicos tres sons compõem a *Oração*, (ou são a proposição) que he a unica couza, que o Grammatico pretende fazer. (Bacelar 1783: 12)

E assim, a exemplo da Gramática de Port-Royal:

O julgamento que fazemos das coisas, como quando digo “A Terra é redonda”, se chama PROPOSIÇÃO; e assim toda proposição encerra necessariamente dois termos: um, chamado *sujeito*, que é aquilo de que se afirma algo, como *terra*; o outro, chamado *atributo*, que é o que se afirma algo, como *redonda* –

além da ligação entre esses dois termos: *é*. (Port-Royal: 30).

De todo modo, fica patente a associação entre lógica e língua, porque fica igualmente evidente para os racionalistas a associação entre linguagem e pensamento.

No século XIX, no Brasil, assim como já havia ocorrido em boa parte da Europa central (Portugal, França, Espanha, Inglaterra, Itália e Alemanha), há uma paulatina desvalorização dos preceitos racionalistas em favor da pretensa cientificidade promovida pelos métodos histórico e comparativo. No entanto, por se concentrarem quase que exclusivamente no léxico – graças aos avanços dos estudos filológicos – a sintaxe de base racional ainda persiste e influencia, ainda que discretamente, a produção gramatical ao longo do século XIX. Uma alternativa constatada nas gramáticas portuguesas e brasileiras foi a adoção de uma sintaxe que tinha em sua base filosófico-epistemológica os preceitos do Empirismo inglês. Nele, a noção de inatismo é praticamente suprimida em favor da experiência e, assim, não há mais sentido em se falar em universalismo da língua, mas no parentesco entre as línguas, que, com métodos empíricos, pode comprovar as verdadeiras relações entre as línguas:

Hoje todo o estudo da grammatica a que não acompanham as observações sobre a historia da lingoa em sua evolução progressiva, como um organismo vivo, e que não se pode subtrahir ás leis a que está sujeito tudo o que vive, é incompleto e repellido para o puro dominio dos estudos abstractos e metaphysicos [...] (Carneiro Ribeiro 1890: 1).

Afirmção semelhante encontra-se também em Julio Ribeiro:

As antigas grammaticas portuguezas eram mais dissertações de metaphysica do que exposições dos usos da lingua [...] Abandonei por abstractas e vagas as definições que eu tomára [anteriormente], preferi amoldar-me ás de Whitney [...] O systema de syntaxe é o systema germanico de Becker, modificado e introduzido na Inglaterra por C. P. Mason, e adoptado por Whitney, por Bain [...] (Julio Ribeiro 1884: I-II)

Ainda que tais afirmações convivam com: “*Logicamente* considerada, compõem-se a proposição de tres partes ou membros: **sujeito, verbo e attributo**” (Carneiro Ribeiro 1919: 504). Ainda que o mesmo autor estivesse já admitindo uma mudança na forma de se enxergar a análise gramatical e, em consequência, seus pressupostos epistemológicos permanecem inalterados: “**Proposição** ou **oração**,

a que os gramáticos ingleses chamam também **sentença** (*sentence*), outra coisa não é que a enunciação de um juízo.” (Carneiro Ribeiro 1919: 504). Ou seja, no Brasil, assim como na mesma época possivelmente em Portugal, a análise lógica de base racionalista aparentemente perdia sua influência graças aos estudos então “científicos” de base positivista.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nem tudo começa com Descartes. Diferentemente daquilo que referenciara Chomsky em seu *Cartesian Linguistics* (1966), algumas das intuições mais basilares expostas nas gramáticas racionalistas, sobretudo as noções em que o inatismo é defendido, alguns casos expostos claramente na sintaxe das gramáticas racionalistas, já estavam postas muito antes da edição de 1660 da *Grammaire*. Desde os modistas medievais, o modelo sintático associado à Lógica aristotélica é debatido, depois é retomado em Sanctius e, apenas posteriormente em *Port-Royal*. A ideia de que Port-Royal deve tudo a Descartes não é propriamente verdadeira, é preciso rever essa afirmativa, justamente a partir de seus antecessores e do espírito da época, juntamente com suas respectivas necessidades. A tradição gramatical já tem 2.500 anos, e, por isso, não se podem atribuir dicotomias precipitadas a essa tradição tão diversificada. Nesse sentido, ao procurarmos em qual ponto da história das gramáticas nascem os pressupostos fundamentais da GF, vemos seu surgimento na Antiguidade e, na Idade Média, um aprofundamento das questões, conforme argumentamos aqui. No caso das gramáticas da tradição em língua portuguesa, o modelo da GF foi de suma importância em fins do século XVIII não apenas para a educação formal, mas ainda para todo um conjunto de necessidades intelectuais de que carecia Portugal naquele instante. Com relação às gramáticas produzidas no Brasil, a GF teve influência direta, sendo seu modelo praticamente abandonado após a chegada dos preceitos “científicos”, sobretudo a partir de 1881, com a publicação da *Grammatica Portuguesa* de Julio Ribeiro, marco inaugural da chamada “gramática científica” no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALIGHIERI, D. 1992. *Convívio*. Tradução: SOVERAL, C. Eduardo de. Lisboa: Guimarães editores.

ANSELMO, SANTO. 1979. "O gramático". In: NUNES, R. A. da Costa. (Trad.). *Os pensadores: Santo Anselmo de Cantuária: monólogo, proslógio, a verdade, o gramático; pedro abelardo: lógica para principiantes, história das minhas calamidades*. São Paulo: Abril, p. 172-97.

ARNAULD, Antoine; LANCELOT, Claude. 2001 [1660]. *Gramática de Port-Royal, ou, Gramática geral e razoada: contendo os fundamentos da arte de falar, explicados de modo claro e natural; as razões daquilo que é comum a todas as línguas e das principais diferenças ali encontradas etc.* 2. ed. São Paulo: Martins Fontes.

ASSUNÇÃO, Carlos; GONÇALO Fernandes. 2007. "Amaro de Roboredo, gramático e pedagogo português seiscentista, piomeiro na didática das línguas e nos estudos linguísticos" In: ROBOREDO, Amaro de. *Methodo Grammatical para todas as Linguas* (Edição facsimilada, prefaciada por ASSUNÇÃO, Carlos e GONÇALO Fernandes). Trás-os-Montes. Vila Real, Centro de Estudos em Letras Universidade Trás-os-Montes e Alto Douro.

AUROUX, Sylvain. 1992. *A Revolução Tecnológica da Gramatização*. Campinas: Editora da Unicamp.

_____. 1993. *Filosofia da Linguagem*. Campinas: Editora da Unicamp.

BACELAR, Bernardo de Lima e Melo. 1783. *Grammatica Philosophica e Orthographia Racional da Lingua Portuguesa*. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira. [versão eletrônica: coleção particular].

BACON, Roger. ca. 1250. "Grammatica graeca". In: NOLAN, E.; HIRSCH, S. A. (Ed.). 1902. *The greek grammar of Roger Bacon and a fragment of his hebrew grammar*. Cambridge: Cambridge University Press,.

BARBOSA, Jerônimos Soares. 1822. *Gramática Philosophica da Lingua Portuguesa*. Lisboa: Tipographia da Academia de Sciencias, [versão eletrônica, disponível em

<<http://purl.pt/128/1/P391.html>> . Acesso em 08 de Dezembro de 2013].

BECCARI, Alessandro Jocelito. 2013. *Uma tradução da Grammatica Speculativa de Tomás de Erfurt para o português*: acompanhada de um estudo introdutório, notas e glossário. 2013. 500f. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Letras. Defesa: Curitiba, 26 de Março de 2013.

BORGES NETO, José e DASCAL, Marcelo. 2004. “De que trata a lingüística, afinal?” In: BORGES NETO, J. *Ensaio de filosofia da lingüística*. São Paulo: Parábola. p. 31-65.

CARNEIRO RIBEIRO, Ernesto. 1890. *Serões Gramaticaes ou Nova Grammatica Portuguesa*. 1ª edição. Bahia: Imprensa Popular.

_____. 1919. *Serões Gramaticaes ou Nova Grammatica Portuguesa*. 3ª edição. Bahia: Imprensa Popular.

CAVALIERE, Ricardo. 2001. “Uma proposta de periodização dos Estudos Linguísticos no Brasil”. *Alfa*. v.4 5., n.1. p. 49-69.

CHOMSKY, Noam 2009 [1966]. *Cartesian linguistics: a chapter in the history of rationalist thought*. Third Edition. New York: Harper & Row. Third Edition, edited with a new introduction by James McGilvray, Cambridge University Press.

KOERNER, E. F. K. 1989. “Models in linguistic historiography”. In: KOERNER, E. F. K. (Org.). *Practicing linguistic historiography: selected essays*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company.

OCKHAM, W. of. 1979. “Seleção de obras”. In: MATTOS, Carlos L. de (Trad.). *Os pensadores: Tomás de Aquino, Dante, Duns Scot, Ockham: seleção de textos*. São Paulo: Abril. p. 345-410.

QUINTILIANO. 1944. *Instituições oratórias*. São Paulo: Edições Cultura.

FARACO, Carlos Alberto. 2008. *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola.

MATTOS E SILVA, Rosa Virginia. 1989. *Tradição gramatical e gramática tradicional*: [fundamentos da gramática tradicional, leitura crítica das gramáticas escolares, análise da sintaxe do português]. São Paulo: Contexto.

NEVES, M. H. de M. 2001. *A gramática: história, teoria e análise, ensino*. São Paulo: UNESP.

ROBINS, R. H. 1979. *Pequena História da Linguística*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico.

SWIGGERS, Pierre. 2004. “Modelos, métodos y problemas en la historiografía de la Lingüística”. In: *Nuevas aportaciones a la hiistoriografia lingüística*, v.4: 2003, La Laguna. Actas de La Laguna: Arco libros, S. L., p. 113-145.

TRINDADE, Patrícia de Castro. 1989. *As estruturas mentais de um português do século XVIII*: Jerônimo Soares Barbosa. 1989. ix, 137 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Paraná. Curso de Pós-Graduação em Letras. Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Defesa : Curitiba.

TORRES, Amadeu. 2004. “O contributo conceptual das gramáticas filosóficas para a história da língua portuguesa”. In: BRITO, Ana Maria; FIGUEIREDO, Olívia e BARROS, Clara (orgs.). 2004. *Linguística Histórica e História da Língua Portuguesa: Actas do Encontro em Homenagem a Maria Helena Paiva, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 5-6 de Novembro de 2003*. Secção de Linguística do Departamento de Estudos Portugueses e Estudos Românicos da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 385-395.

DOIS MODOS SUBJUNTIVOS AO MODO DE ANDRÉS BELLO

Luizete Guimarães Barros
(Universidade Estadual de Maringá)

RESUMO: Em *Análisis ideológico de los tiempos de la conjugación castellana* (1810) e na *Gramática de la lengua castellana destinada al uso de los americanos* (1847), Andrés Bello apresenta uma proposta de divisão do subjuntivo em dois modos: subjuntivo comum e subjuntivo hipotético. O subjuntivo comum abarca as formas de presente e passado do subjuntivo (*ame/haya amado; amara/hubiera amado*) e o subjuntivo hipotético se reserva às formas em "-re", conhecida como futuro do subjuntivo (*amare/hubiere amado*), empregada em orações condicionais: "Si *aconteciere* X, ocurrirá Y". A inovação desta teoria se deve à inclusão do futuro do subjuntivo como forma do sistema temporal espanhol, ponto que recebeu críticas na época dessas publicações pelo fato de que certos gramáticos consideravam já em desuso formas em futuro do subjuntivo. Nosso estudo discute a corrente à qual tal classificação se filia, assim como investiga dados da expressão escrita hispano-americana que explicitam a ocorrência das formas em "-re".

ABSTRACT: In *Análisis ideológico de los tiempos de la conjugación castellana* (1810) and in *Gramática de la lengua castellana destinada al uso de los americanos* (1847), Andrés Bello proposes the division of the subjunctive in two ways: the common subjunctive and the hypothetical one. The common subjunctive mood covers the present and past form of the subjunctive (*ame/haya amado; amara/hubiera amado*), while the hypothetical mood is circumscribed to the forms in "-re" (*amare/hubiere amado*), known as the future subjunctive and used in conditional clauses, such as "Si *aconteciere* X, ocurrirá Y". The innovation of this theory is the inclusion of the future subjunctive mood as a form of verbal tense systems in the Spanish language, a view that was criticized at the time of those publications due to the fact that some grammarians considered the future subjunctive mood as obsolete. This paper discusses the approach from this classification. It also researches data from the Hispanic American writing to explain the event of the forms in "-re".

Estoy dispuesto a oír con docilidad las objeciones que se hagan a lo que en esta gramática pareciere nuevo; aunque si bien se mira, se hallará que en eso mismo algunas veces no innovo, sino restauro
(Bello 1984 [1847]: 29)

1. INTRODUÇÃO

Iniciamos este artigo com esta epígrafe retirada do prólogo da *Gramáticade la lengua castellana destinada al uso de los americanos* (Bello 1984 [1847]), que ilustra dois de nossos objetivos primeiros: especifica o emprego, no espanhol hispano-americano do século XIX, de um caso com as formas em “-re” (“*pareciere*”, neste exemplo), e questiona sobre a inovação ou tradição teórica a que essa obra se vincula.

Explicamos também que a inquietação que inspira este trabalho nasce do fato de que vários livros de gramática espanhola destinam o mesmo espaço à conjugação de verbos no futuro do subjuntivo – *cantare, cantares, cantare, cantáremos, cantareis, cantaren* – que o espaço reservado ao presente do subjuntivo, por exemplo: *cante, cantes, cante, cantemos, cantéis, canten*⁶⁷. Isso faz que o leitor-brasileiro, aluno de espanhol como língua estrangeira, tire duas conclusões iniciais: a) que o futuro do subjuntivo faz parte do sistema verbal espanhol, e b) que são numerosos os exemplos das formas subjuntivas em “-re” no espanhol escrito e oral da América hispânica e da península.

E como nossa inquietação provém do confronto entre línguas como espanhol e português, iniciamos nossa abordagem pela menção a uma gramática do espanhol como língua estrangeira, para depois passarmos à revisão do tratamento gramatical em espanhol.

2. GRAMÁTICA DE ESPANHOL COMO LÍNGUA ESTRANGEIRA

A obra de Vicente Masip (2010) traz a conjugação verbal do futuro do subjuntivo nas duas línguas, português e espanhol, e inclui na parte referente à morfossintaxe o esquema verbal do subjuntivo

⁶⁷ Damos como exemplo as publicações da Real Academia Espanhola, o *Esbozo de la nueva gramática de la lengua española – GRAE* (Madrid: Espasa-Calpe, 1975: 263-268), assim como o dicionário eletrônico *DRAE – Diccionario de la Real Academia Española* – www.rae.es. E também a *Gramática de la lengua española*, de Alarcos Llorach (Madrid: Espasa-Calpe, 1994: 171 - 177), e a *Gramática española para brasileños*, de Vicente Masip (2010: 148-150; 162-176), são algumas das inúmeras obras que trazem a conjugação do futuro do subjuntivo espanhol.

com as formas em presente, pretérito e futuro (Masip 2010: 148 - 151; 162 - 176).

Nossa pesquisa detalha, no entanto, que esse parece ser um dos poucos autores a apresentar, na seção da sintaxe espanhola, a razão para a consideração sobre a morfologia das formas em “-re”. Isso porque ao apresentar a tradução de frases portuguesas, Masip (2010:236) diz que as formas em futuro do subjuntivo são teoricamente corretas, mas “anquilosadas” – isto é, “enrijecidas, sem atividade”.⁶⁸

Masip (2010) apresenta os princípios que regem a sintaxe espanhola, ditados pela *consecutio temporum* latina, segundo a qual:

La gramática latina llamaba *consecutio temporum* a la correspondencia de los tiempos entre indicativo y subjuntivo; ocurría cuando el verbo principal expresaba sentimientos subjetivos o simplemente negaba mediante subordinación.

La *consecutio temporum* no sólo se ha conservado en portugués y español, sino que se ha perfeccionado, especialmente en portugués, que posee y usa con propiedad el futuro de subjuntivo (del que carecía el latín). El español ha consentido que, a lo largo de los siglos, se atrofiaran sus futuros del subjuntivo. El resultado es lingüísticamente desastroso, pues han sido sustituidos por el presente y pretérito perfecto de subjuntivo, lo que acarrea grandes problemas a los hablantes de portugués, que poseen en su código la correlación perfecta (Masip 2010:236)

É importante notar o objetivo didático ao destacar o problema de correspondência espanhol-português nesta obra que ressalta que o futuro do subjuntivo se atrofiou em espanhol. Por essa razão, na página seguinte a esta citação, o autor explica este esquema por frases em que o tempo da oração principal em indicativo coincide com o da subordinada em subjuntivo, em paralelismo entre presente, pretérito e futuro nos dois modos verbais, nas duas línguas. A ilustração desta simetria obedece aos padrões sintáticos que as línguas neolatinas aperfeiçoam a partir do latim, que não dispunha da forma em futuro do subjuntivo, segundo o professor de espanhol da universidade de Pernambuco - UFPE.

⁶⁸ Ver “ancilosar, anquilosar” em *Dicionário online de português*, in <http://www.dicio.com.br/ancilosar/>, consultado em 2/01/2014.

Copiamos, no extrato a seguir, as formas em português entre parênteses, seguidas da tradução ao espanhol, em que grifamos os dados em futuro de subjuntivo, apresentados como segunda possibilidade de tradução ao espanhol. Há de ressaltar que o português serve de base a esse quadro, pois apresenta o futuro do subjuntivo como forma recorrente que ilustra, portanto, a simetria:

Diagrama de la *consecutio temporum*

INDICATIVO

PRESENTE E IMPERATIVO

(Desejo
Deseo
(Duvido
Dudo
(Tenho dito
He dicho
(Diga-lhe
Dígale

SUBJUNTIVO

PRESENTE

que venha)
que vengas
que tenha feito uma boa viagem)
que haya hecho buen viaje
que fique calada)
que te calles
que desapareça [para desaparecer])
que desaparezca

FUTURO

(Jantarei
Cenaré
(Jantarei
Empezaré
(Terei adormecido
Me habré dormido
(Terei adormecido
Me habré dormido
terminado)

FUTURO

quando você chegar)
cuando llegues (llegares)
quando você tiver começado)
cuando hayas empezado (hubieres empezado)
quando você se deitar)
cuando te acuestes (acostares)
antes de você ter terminado)
antes que hayas terminado (hubieres

PRETÉRITO

(Desejava tanto
Deseaba tanto
(Chegou a duvidar
Llegó a dudar
(Dissera-lhe
Le había dicho
(Pedi
Le pidió
(MASIP 2010:237)

PRETÉRITO

que a filha fizesse um bom casamento)
que la hija se casara bien.
que passasse na prova)
que aprobara el examen.
que fosse embora [para ir embora])
que se fuera.
que comprasse um carro [para comprar...])
que comprara un coche.

Esse resumido quadro demonstra que as formas em “-re” ocorrem em orações subordinadas adverbiais temporais – iniciadas por “*cuando, antes que*” – seguindo principal em futuro. Aparecem

como segunda opção (entre parênteses), porque são preteridas no espanhol de hoje pelas correlatas em presente de subjuntivo. Há que destacar a predominância de subordinadas substantivas nos outros exemplos em presente e pretérito. Recordamos, portanto, que a inclusão deste esquema se deve ao fato de que Masip (2010) considera perfeito o paralelismo sintático ditado pela *consecutio temporum* em português, que mantém vivo as formas do futuro do subjuntivo, e, em espanhol, considera o mesmo paralelismo imperfeito, pela falta de correspondência em futuro.

A falta de correspondência temporal entre espanhol e português explica a importância desse tema aos que se dedicam ao ensino de espanhol como língua estrangeira no Brasil e a relevância desse tópico em cursos de linguística construtiva. Há que destacar também que o paralelismo temporal ditado pela *consecutio temporum* tem sido a forma como as gramáticas vêm explicando a correlação verbal em espanhol.

3. GRAMÁTICA DO ESPANHOL

Começamos a expor a visão teórica do tema do subjuntivo pela perspectiva oficial da *Gramática* da Real Academia Espanhola – (GRAE), que ilustra a correlação temporal entre indicativo e subjuntivo da seguinte forma:

INDICATIVO

PRESENTE

Creo que viene Juan

Creo que vendrá Juan

Creo que ha venido Juan

Creo que habrá venido Juan

PRETÉRITO

Creí que llegaba Juan

Creí que llegaría Juan

Creí que llegó Juan

Creía que había llegado Juan

Creía que habría llegado Juan

(GRAE 1975: 477)

SUBJUNTIVO

PRESENTE

No creo que venga Juan

No creo que haya venido Juan

PRETÉRITO

No creí que llegara Juan

No creí que llegase Juan

No creía que hubiera llegado Juan

No creía que hubiese llegado Juan

A simplificação do quadro extraído da *GRAE* demonstra que o espanhol apresenta a *consecutio temporum* em presente e passado. Para a complementação em futuro, a explicação é outra, a saber:

Trataremos en párrafo aparte de los futuros (*llegare y hubiere llegado*) en la lengua clásica y de sus supervivencias en el uso moderno, ya que esas formas no guardan hoy correspondencia alguna con los futuros de indicativo. (*GRAE* 1975:477)

A exclusão do futuro do subjuntivo do sistema verbal espanhol encontra respaldo em outras páginas da *gramática* da academia espanhola, que em longa tradição de edições recentes vem difundindo o seguinte parecer que reproduzimos de acordo com a edição de 1975:

Hoy solo se usa, aunque poco, en la lengua literaria y en algunas frases hechas conservadas en el habla coloquial, como “sea lo que *fuere*”; “venga de donde *viniere*”; “Adónde *fueres*, haz lo que *vieres*” (refrán). (*GRAE* 1975: 482)

Convém lembrar que essa citação é retirada da terceira parte da obra, dedicada à sintaxe. Na parte anterior, destinada à morfologia, a mesma publicação inclui a conjugação do futuro (*cantare*) e do futuro perfeito (*hubiere cantado*) do modo subjuntivo, sem atentar para o detalhe da contradição de manter a conjugação de uma forma verbal dita ultrapassada em outros extratos da mesma obra (Ver *GRAE* 1975:262-268)

Além dessa contradição, há de recordar que essa obra traz a terminologia oficial de chamar “*amaba*” e “*amaría*” de pretérito imperfeito e condicional. E informa também que a teoria de Bello chama as formas em questão de “*co-pretérito*” e “*pos-pretérito*”, respectivamente. Para o sistema temporal de Andrés Bello, o pretérito imperfeito corresponde ao “*co-pretérito*” e é representado pela fórmula CA, em que C representa a concomitância e A a anterioridade, isto é, concomitante ao passado; e o condicional é chamado de “*pos-pretérito*” e é representado pela fórmula PA, em que P representa a posterioridade e A a anterioridade, isto é, posterior ao passado. Desta forma, a academia difunde a teoria temporal do gramático sul-americano ao lado da nomenclatura oficial, que divulga os nomes de “*pretérito imperfecto*” e “*condicional*”, respectivamente (*GRAE* 1975: 262-268).

A *gramática* de Alarcos Llorach (1994) também apresenta a terminologia temporal de Andrés Bello, e sobre a vigência das formas de futuro de subjuntivo na expressão oral e escrita em espanhol não discrepa das afirmações anteriores, já que para ele:

Del esquema anterior se ha descartado la forma *cantares* que hoy, salvo en alguna zona conservadora, es mero arcaísmo de la lengua escrita. Perdura en fórmulas sueltas como *Sea lo que fuere, adonde fueres, haz lo que vieres, etc.*, o en usos de la tradicional lengua jurídica y administrativa: “*Si alguien infringiere esta disposición, será obligado a pagar la indemnización que hubiere lugar.*” Aparece esporádicamente en la lengua literaria con regusto arcaizante: “*Dejé la perezosa fantasía vagar a su antojo, llevando el pensamiento por donde ella fuere.*” (Alarcos Llorach 1994: 160)

No entanto, Alarcos Llorach (1994: 160) dá sequência a este texto, conferindo a Bello um espaço especial neste assunto, por reconhecer sua opinião particular, que tratamos a seguir.

4. GRAMÁTICA DE BELLO

Como já destacamos anteriormente, a gramática espanhola vem reproduzindo a teoria verbal do venezuelano Andrés Bello (nascido em Caracas 1781 – morto em Santiago de Chile – 1865), exposta inicialmente em *Análisis ideológico de los tiempos de la conjugación castellana (AIT)*, artigo publicado em 1810 (reproduzido na versão de 1979), e reformulada em *Gramática de la lengua castellana destinada al uso de los americanos (GCA)*, de 1847 (reproduzido na edição de 1984). Nossa pesquisa constata a vigência desta teoria temporal na história gramatical espanhola, pelo fato de que obras posteriores ao século XIX, como a de Alarcos Llorach, por exemplo, trazem a terminologia de Bello que chama o pretérito mais que perfeito de “*ante-co-pretérito*” – cuja fórmula ACA significa anterior e concomitante ao passado –, e o pretérito anterior de “*ante-pretérito*” – cuja fórmula AA significa anterior ao passado –, como nomenclatura primeira, seguida da oficial, apresentada entre parênteses (Ver Alarcos Llorach 1994:170-177)

Há de destacar também que aventamos, neste artigo, a hipótese de que o nome do primeiro tratado verbal de Andrés Bello faz menção à corrente filológica ao qual se filia. A saber, o título *Análisis*

ideológico se refere à ‘ideologia’, uma corrente filosófica de iluministas tardios, que se inspiram nos princípios racionalistas da *Encyclopedie* e da *Gramática* de Port-Royal (1660), conforme defendem Yllera (1981) e Danna (2014:59). Em páginas posteriores de sua dissertação de mestrado, Stela Danna (2014: 67-68) afirma, no entanto, que ainda que Bello rechace as ‘abstrações ideológicas’, ele parece aceitar e dar continuidade à tradição do gramático espanhol Sanchez de las Brozas, tanto que reproduz certos termos característicos da produção racionalista, tais como: *atributo*, *elipsis*, *proposición*, entre outros. Por outro lado, Yllera (1981) parece questionar a tendência geral do trabalho verbal de Andrés Bello, ainda que pareça reconhecer em sua *obrita* inicial resquícios claros de racionalismo, ideia sobre a qual voltaremos posteriormente.

Antes, porém, importa ressaltar que apesar da ampla aceitação da teoria temporal de Andrés Bello, um tema de sua proposta verbal não costuma ser reproduzido em obras posteriores: a divisão dos modos verbais em dois tipos de subjuntivo – o comum e o hipotético. E o fato de que seja postulado por primeira vez o subjuntivo hipotético como modo à parte na história da gramática espanhola pode ser apontado como fator de inovação, o que nos leva a recordar as palavras da epígrafe inicial “*no innovo, sino restauro*”, no sentido de ponderar para qual lado tende esta parte desta *gramática*.

Expomos, de maneira resumida, a seção modal que nos interessa, principiando pelo subjuntivo comum.

4.1. Subjuntivo comum

O subjuntivo comum compreende as formas do presente (*cante/ haya cantado*) e pretérito do subjuntivo (*cantara ~ cantase/ hubiera cantado ~ hubiese cantado*), e é estabelecido por paralelismo temporal entre os verbos da oração principal em presente e passado do indicativo e o verbo da oração subordinada em presente e pretérito em subjuntivo, em esquema que copiamos do parágrafo 457 de *GCA* que apresenta um gráfico, que resumimos assim:

SUBJUNTIVO COMÚN

INDICATIVO

PRESENTE

Quiero

Deseo

Ruego

Te encargo

PRETÉRITO

Quise

Deseé

Te rogué

Te encargué

SUBJUNTIVO

PRESENTE

que estudies el Derecho

PRETÉRITO

que estudiases o estudiaras el Derecho

(Bello GCA§ 457:160)⁶⁹

Para Andrés Bello, a seleção dos modos se faz por condicionamento sintático, no qual o regime desempenha papel primordial. O interessante dessa teoria está em que não só o subjuntivo se vê como modo regido por verbos de suposição ou dúvida. O indicativo também pode estar regido por verbos como “*afirmar, saber*”, aparentes ou subentendidos. Aí reside a uniformidade de sua teoria que não classifica apenas o subjuntivo como modo da oração subordinada – como no exemplo: “*dudo que tus intereses prosperen*” –, mas também o indicativo que pode estar manifesto em exemplos como “*Afirmo que tus intereses prosperan*” (Bello *GCA* § 451:58).

Nós relacionamos a elisão do verbo principal que condiciona o indicativo ao tratamento que Alicia Yllera (1981:492-493) confere aos outros modos verbais, isto é, ao subjuntivo e imperativo. Na passagem a seguir, essa autora afirma que correntes linguísticas do século XX reprovam o tratamento que Bello dá aos modos verbais por considerá-los de acordo com formas implícitas, isto é, de maneira análoga ao que faz Lakoff (1969: 344) com os verbos abstratos:

El estructuralismo reprochó a Bello, como en general a la gramática general, el explicar las formas *presentes* en el discurso a partir de formas sobrentendidas; por el contrario, ciertas corrientes de la gramática generativa y transformacional, partiendo de presupuestos distintos, llegan a análogas conclusiones. Así, se ha puesto en relación su teoría de los verbos elípticos que rigen subjuntivo o imperativo con los verbos abstractos de George

⁶⁹ As duas obras gramaticais de Bello – *AIT* e *GCA* – estão organizadas em parágrafos, cuja numeração tem sido respeitada em publicações diversas. Por esse motivo, reproduzimos a abreviatura da edição consultada – *GCA* –, seguido do parágrafo – § 457 – e da página correspondente – 160 –, da maneira como se segue: (Bello *GCA* § 457:160).

Lakoff y Robin Lakoff y se ha apuntado que ciertas investigaciones llegarían a considerar también al indicativo independiente como subordinado a un verbo principal elíptico. (Yllera 1981:492- 493)

Essa consideração retoma a discussão geral sobre a orientação teórica de nosso autor. No artigo *El verbo en Andrés Bello: originalidad y tradición*, Yllera aponta resquícios de tradição na definição do imperativo *¡Venga!* como forma abreviada de “*Yo le ordeno (a usted) que usted venga*”. O verbo da oração principal “ordenar” está omitido nesta construção com optativo imperativo, de acordo com essa explicação gramatical de ranço generalista. Essa autora, assim como M. L. Rivero (1977), postula que o comportamento teórico de estudar a língua não apenas pelos elementos aparentes, mas reconhecer verbos abstratos e formas elípticas se deve à tradição racionalista de Port-Royal, que repercute no século XX nos encaminhamentos da gramática gerativa, mencionada no fragmento citado. Por essa razão, na divisão dos modos verbais de Andrés Bello, há modos, como o imperativo, que se explicam por uma subordinação apagada.

E retomamos a questão modal recordando que, para Bello, os modos verbais são cinco, porque tanto subjuntivo quanto o optativo se desdobram. Desta forma, são modos verbais em espanhol: o indicativo (com subordinante explícito ou implícito), subjuntivo comum (com subordinante explícito), subjuntivo hipotético (que ocorre basicamente na subordinada condicional), optativo imperativo (com subordinante implícito) e optativo comum (com subordinante explícito). Para este trabalho importa a divisão do subjuntivo.

4.1.1. Valores temporais do subjuntivo comum

Compreendido, portanto, que Bello considera tanto indicativo como subjuntivo como modos subordinados, passamos a expor a maneira como Bello atribui valor temporal às formas subjuntivas. Por paralelismo entre os dez valores temporais estabelecidos às formas indicativas, classificam-se dados em subjuntivo comum conforme se vê em:

PRESENTE – C - Ame/amo: “Paréceme que alguien habla en el cuarto vecino”
“No percibo que alguien hable en el cuarto vecino”

FUTURO – P - Ame/amaré: “Es seguro que llegará mañana el correo”
“Es dudoso que legue mañana el correo”(Bello AIT §81:430; GCA §654:206)

Por comutação entre indicativo/subjuntivo, Bello estabelece mais de um significado temporal à forma “*ame*”, que recebe os significados de presente – classificado como C, concomitância – e de futuro – classificado como P – posterioridade.

Como a forma simples de presente do subjuntivo tem dois valores temporais de presente e futuro – C e P –, a forma composta correspondente “*haya cantado*” tem o mesmo número de valores temporais, pois o traço de anterioridade é acrescido aos significados temporais da forma simples correlata. Desta forma, o acréscimo do traço de anterioridade – A – aos valores temporais anteriores explica, portanto, os significados de *ante-presente* – AC, e *ante-futuro* – AP, conforme se vê em:

ANTE-PRESENTE –AC - “Bien se echa de ver que ha pasado por aquí un ejército”

“No se echa de ver que haya pasado por aquí un ejército”

ANTE-FUTURO –AP – “Puedas estar cierto que para cuando vuelvas se habrá realizado tu encargo”

“Puede ser que para cuando vuelvas se haya realizado tu encargo” (Bello AIT §81: 430, GCA §654:206)

Em esquema similar, Bello se vale do paralelismo entre formas em indicativo e em subjuntivo para explicar os valores temporais das formas do pretérito imperfeito do subjuntivo. Três significados temporais de passado envolvem seu emprego, a saber: o de passado – visto como A – Anterior, o de co-passado – visto como CA, concomitante ao anterior -, e o de pós-passado, – visto como PA – pós-anterior, conforme se vê nos pares que evidenciam o raciocínio deste autor que opera por oposição:

PRETÉRITO – A – Amara/amé:

“Muchos historiadores afirman que Rómulo fundó Roma”

“Hoy no se tiene por auténtico que Rómulo fundara Roma”

CO-PRETÉRITO – CA – amara/amaba: “Parecióme que hablaban en el cuarto vecino”

“No percibí que hablaran en el cuarto vecino”

POS-PRETÉRITO – PA – amara/amaría:

“Se anunciaba que al día siguiente llegaría la tropa”

“Por improbable se tenía que al día siguiente llegara la tropa” (Bello AIT §81:430, GCA §654:206)

E assim como à forma composta em presente “*haya amado*” é atribuído dois valores temporais – AC e AP, em que a anterioridade é acrescida aos valores C e P da forma simples “*ame*”, em pretérito também opera a mesma correlação. De maneira que à forma simples em pretérito, três valores são atribuídos: A, CA e PA. Portanto, à forma composta correlata são atribuídos também três valores – AA, ACA e APA, conforme se vê em:

ANTE-PRETÉRITO – AA: *hubiese amado/hube amado*: Ø

“Como no hubiese recibido aviso de que le buscaban, trató de ocultarse”

ANTE-CO-PRETÉRITO – ACA: *hubiese amado/había amado*:

“Bien se echaba de ver que había pasado por allí un ejército”

“No se echaba de ver que hubiese pasado por allí un ejército”

ANTE-POS-PRETÉRITO – APA: *hubiese amado/habría amado*:

“Te prometieron que cuando volviese se habría ejecutado tu encargo”

“Procurábamos que para cuando volvieras se hubiese ejecutado tu encargo”

(Bello AIT §81:430, GCA §654:206)

Há que mencionar que, embora não se apresente nenhum dado em indicativo com a forma de *ante-pretérito* para exemplificar a correlação temporal indicativo/subjuntivo, isso não é motivo para inviabilizar o sistema pautado na simetria. As dez formas verbais do indicativo – cinco formas simples (*amo, amé, amaré, amaba, amaría*) e cinco formas compostas (*he amado, hube amado, habré amado, había amado, habría amado*) – equivalem cada uma a um valor temporal representado por uma fórmula. Sendo assim, as cinco formas simples – *amo, amé, amaré, amaba, amaría* – correspondem cinco fórmulas temporais: C, A, P, CA, PA. E o valor temporal das cinco formas compostas – *he amado, hube amado, habré amado, había amado, habría amado* – é estabelecido pelo acréscimo do traço de anterioridade em relação à forma simples correspondente: AC, AA, AP, ACA, APA. Essa é a lógica do sistema temporal das formas do indicativo, que se compõe de dez valores temporais, a saber: C, A, P, CA, PA, AC, AA, AP, ACA, APA, conforme se vê no esquema que AIT reconhece como os valores temporais das formas simples e compostas do indicativo:

Valores Fundamentais dos Tempos do Indicativo	
FORMA SIMPLES	FORMA COMPOSTA
C - Presente – <i>amo</i>	AC - Ante-presente – <i>he amado</i>
P - Futuro – <i>amare</i>	AP - Ante-futuro – <i>habré amado</i>
A - Pretérito – <i>ame</i>	AA - Ante- pretérito – <i>hube amado</i>
CA - Co-pretérito – <i>amaba</i>	ACA - Ante-co-pretérito – <i>había amado</i>
PA - Pós-pretérito – <i>amaria</i>	APA - Ante-pos-pretérito – <i>habría amado</i>

Alicia Yllera critica a correlação entre formas simples e compostas do indicativo, dizendo que Bello:

“buscaba (...) representar un sistema armónico de los tiempos verbales castellanos, convencido de que dicha armonía existe en la lengua – como en el pensamiento – y de que su descubrimiento es prueba del acierto de la explicación. (Yllera 1981: 506)

O subjuntivo não apresenta dez formas discretas. Morfologicamente, quatro são as formas do subjuntivo comum, duas simples – *ame/amara* ~ *amase* – e duas compostas – *haya amado* / *hubiera amado* ~ *hubiese amado*. Cumpre lembrar que é possível alternância de formas no pretérito imperfeito do subjuntivo, isto é, formas que em português equivalem à terminação *-sse*, em espanhol equivalem às terminações *-se* e *-ra*. E cada uma dessas formas recebe mais de um valor temporal, sendo que a forma simples de presente do subjuntivo – *ame* – apresenta dois valores temporais – C e P; e as duas formas simples de expressão do pretérito imperfeito do subjuntivo – *amara* ~ *amase* – manifestam três valores temporais – A, CA, PA, sendo que a posterioridade é característica comum às formas de subjuntivo comum.

E em processo similar à atribuição de valor temporal às formas compostas em indicativo, em subjuntivo também o traço de anterioridade é acrescido ao da forma simples correlata, sendo assim a forma composta *haya amado* corresponde a dois valores temporais – AC e AP, e as duas formas compostas de pretérito imperfeito do subjuntivo, *hubiera amado* ~ *hubiese amado* equivalem a três valores temporais – AA, ACA, APA. Ilustramos, a seguir, a interpretação do sistema temporal do subjuntivo comum:

Valores dos Tempos Simples e Compostos do Subjuntivo Comum	
FORMA SIMPLES	FORMA COMPOSTA
C - Presente - <i>ame</i>	AC - Ante-presente - <i>haya amado</i>
P - Futuro - <i>ame</i>	AP - Ante-futuro - <i>haya amado</i>
A- Pretérito - <i>amara</i>	AA - Ante-pretérito - <i>hubiera amado</i>
CA - Co-pretérito - <i>amara</i>	ACA - Ante-co-pretérito - <i>hubiera amado</i>
PA - Pos-pretérito - <i>amara</i>	APA - Ante-pos-pretérito - <i>hubiera amado</i>

E dessa forma se classificam as quatro formas (*ame/haya amado, amara/hubiera amado*) com dez valores temporais que configuram o modo verbal do subjuntivo comum: A, C, P, AC, AP, CA, PA, AA, ACA, APA.

4.2. Subjuntivo hipotético

No capítulo XXI, referente aos modos do verbo, Bello (*GCA*, § 469 - 470:163) define o modo hipotético como característico do espanhol, porque não existe em latim nem em outras línguas romances. Cumpre lembrar, no entanto, que nosso autor não considera o português, visto que, em capítulo posterior, Bello especifica o francês e o italiano como as línguas romances às quais se refere (Ver *GCA*, Cap. XXVIII, § 658:207)

O fato de ser uma forma exclusiva do espanhol coloca-se como dificuldade, tanto que o autor acrescenta ao parágrafo 470 uma nota, cujas palavras importam recordar e que o fazemos grifando partes que merecem comentários:

Estas formas introducen en la conjugación castellana algunos embarazos y dificultades de que yo hubiera podido desentenderme siguiendo el ejemplo de otros; pero el uso que se ha hecho de las ediciones anteriores de esa "gramática" para dar ciertas reglas sobre la materia, aunque pocas veces con la exactitud y precisión necesarias, me hacen creer que mis trabajos en esa parte no han sido del todo infructuosos, y me alienta ahora a dilucidarlos y mejorarlos en lo posible. (Bello *GCA*§ 470:163)

Nesta nota, o autor alerta sobre a dificuldade de sua classificação, que não é encontrada em outros gramáticos. Nesta parte, ressaltamos o fato de que essa categorização modal parece ter se mostrado como novidade na história da gramática espanhola, já que

não encontra parâmetros em gramáticos anteriores, cuja descrição do espanhol está calcada em exemplos retirados do modelo da tradição latina. E nesta nota, o gramático venezuelano do século XIX adverte também que, por ver imperfeições, está burilando sua definição dos modos verbais, entre os quais não descarta a subdivisão do subjuntivo.

Segundo Bello, o modo hipotético não desempenha a função de oração principal, não é regido por verbos que regem o subjuntivo comum, e não tem sentido optativo: desta forma se sabe o que esse modo não é, de acordo com a nota XI (BELLO, *GCA*:165-166) Resta saber, então, o que esse modo é.

Bello (*GCA* §469:163) define o subjuntivo hipotético por seu significado constante de “*condición o hipótesis*”. E dado que o subjuntivo comum pode também expressar hipótese, em “*es posible que llueva hoy*”, sobra a condição como característica semântica do modo hipotético, que tem como emprego um uso retirado de Cervantes, que escreveu *El Quijote* em 1605-1615:

“Señor Caballero, nosotros no conocemos a esa senõra; mostrádnosla, que si ella fuere tan hermosa como decís, de buena gana y sin apremio alguno confesaremos la verdad.”(CERVANTES, citado por Bello AIT §88: 431-432)

Este é um caso prototípico do emprego do subjuntivo hipotético e traz a oração condicional com “*si*”, seguida de principal em futuro, como: “*Si ella fuere tan hermosa..., confesaremos la verdad*”.

E como esse uso data do século XVII, e não é forma usual no espanhol de hoje em que predomina “*si ella es tan hermosa...confesaremos la verdad*”, discorremos a seguir sobre a viçência dessa forma na expressão oral e escrita hispânica.

4.2.1. Emprego do futuro do subjuntivo em espanhol

Ainda que sejam escassos os exemplos de emprego das formas em “*-re*” em castelhano, nos valemos da obra de Bello para mostrar dois outros dados de construção similar à anterior, retirados do prólogo de *GCA*:

Los he señalado con diverso tipo y comprendido los dos en un solo tratado, no sólo para evitar repeticiones, sino para proporcionar a los profesores del primer curso el auxilio de las explicaciones destinadas al segundo, si alguna vez las necesitaren. (Bello 1984 [1847]: 31)

Si todo lo que propongo de nuevo no pareciere aceptable, mi ambición quedará satisfecha con que alguna parte lo sea y contribuya a la mejora de un ramo de la enseñanza, que no es ciertamente el más lúcido, pero es uno de los más necesarios. (Bello 1984 [1847]: 34)

Deste modo, “*si necesitaren*” e “*si pareciere*” ilustram o modelo de condicional usado pelo escritor. No entanto, esse não é o único emprego desta forma verbal. Há um dado no prólogo da *gramática* que evidencia o emprego em oração adjetiva, em exemplo como:

Por este medio queda también al arbitrio de los profesores el añadir a las lecciones de la enseñanza primaria todo aquello que de las del curso posterior les pareciere a propósito, según la capacidad y el aprovechamiento de los alumnos. (Bello GCA:31)

Caso análogo faz parte do prólogo dos *Principios de Ortología y métrica*, a saber:

El profesor o maestro que adoptare mi texto para sus lecciones ortológicas, tiene a su arbitrio el hacer en él las modificaciones que guste, y acomodarlo a sus opiniones particulares en esos puntos variables, que afortunadamente ni son muchos, ni de grande importancia. (Bello 1979 [1835]: 550)

Não é nosso objetivo enumerar todos os casos de emprego da forma em questão. Queremos registrar, apenas, que essa forma parece ter sido frequente na expressão de Andrés Bello (1979: 686), que era também jurista e foi um dos autores do primeiro Código Civil do Chile, de 1855. E apesar dos dados anteriores extraídos de sua produção bibliográfica, apresento também um emprego retirado de carta a um amigo, escrita por ocasião da morte de sua filha, encontrado em visita recente a um museu em Caracas, que diz: *Usted me habla de corazón, si así no fuere no hallarían las palabras de usted tan fácilmente el camino del mío.* (Andrés Bello – Parte de afiche en la Casa de Bello – Caracas – 8/7/2013)

A linguagem coloquial de missiva a um amigo se distancia um tanto da fórmula burocrática à qual é comum circunscrever o emprego do futuro do subjuntivo em espanhol. Autores de obras didáticas sobre o tema do subjuntivo explicam esse uso da maneira como se lê em:

las formas del futuro (formas en -re): apenas se utilizan en el habla cotidiana, y su uso se restringe en la lengua escrita a ciertos casos muy especiales (fórmulas jurídicas, refranes, frases hechas, etc.) o a autores que

deliberadamente buscan un estilo arcaizante, solemne o burocrático.(Borrego, Ascencio, Prieto 1985: 13)

Esse tom pode ser demonstrado por exemplos extraídos de Camilo José Cela (1916-2002), romancista espanhol, ganhador do Prêmio Nobel de Literatura em 1989, que num artigo anterior a esse prêmio, intitulado “*Alrededor de los premios literarios*” (1987), escreve em forma deliberadamente solene, três dados em que o terceiro traz a forma condicional que nos ocupa. São eles:

“Yo me permito rogar al que leyere que se detenga, no más que muy breves instantes, a considerar que el problema, en su esencia, es muy otro.”

“Mateo Alemán, en su Guzmán de Alfarache, aconseja no entrar donde no se pudiere, libremente, salir.”

“Alguien se encargará de dar aire, si mereciere la pena dárselo.”(CELA citado por Barros 1991: 144)

Em *Sintaxis hispanoamericana*, Kany (1969:225) diz que o futuro do subjuntivo vigorou como forma frequente na literatura dos séculos de Ouro até o século XIX, sobrevivendo ainda em algumas regiões da América Hispânica. E há uma passagem em Bello (1984 [1847] § 470:163) que reitera o uso dessa forma verbal “*va cundiendo sobre todo entre los americanos*”.

Alarcos Llorach (1994: 160) afirma também “*Ya Andrés Bello consignaba el desuso de cantares y apuntó sus equivalencias*.” Sobre essas equivalências, há pontos a considerar.

4.2.2. Regra para o emprego das formas em “-re”

Como continuação à citação anterior, Alarcos Llorach (1994: 160) oferece dois casos para os quais Bello apresentou equivalências. São eles: “*Si alguien llamare (llama) a la puerta, le abriré; Estamos apercebidos para lo que sobreviniere (sobrebenga)*”, e o primeiro deles merece as seguintes observações de Bello:

Para que se aprecie lo que ello importa, obsérvese que en muy estimables escritores se confunden a veces la forma en “ase”, “ara”, “ese”, “era”, del subjuntivo común, con la en “eré”, “are” del hipotético, diciendo, por ejemplo: Si alguien llamase a la puerta, le abrirás; Si llegase a tiempo, le convidaré. [...]Podemos dar a los lectores menos instruidos una regla que los preservará de caer en una confusión de Modos y tiempos, que va cundiendo sobre todo

entre los americanos: “Siempre que a la forma “ase”, “ese” vemos que consiente la lengua sustituir la forma en “are”, “ere” (acerca de la cual no cabe error en los que tengan por lengua la castellana), podemos estar seguros que esta segunda es la forma propia.” (Bello 1984 [1847] nota al § 470:163-164)

Vê-se, portanto, que parecia vigorar a coexistência entre as formas do pretérito imperfeito e do futuro do subjuntivo em condicionais com “*si*” seguidas de principal em futuro. E neste particular, Bello dita uma regra baseado nos escritores clássicos e ensina que a forma em “-*re*” prevalece no caso em questão. Cumpre frisar que Bello fala aos menos instruídos, com o objetivo professoral de quem defende um modelo de língua clássica, que perdure como a voz da América Espanhola.

Há que mencionar também que a aplicação dessa regra parece simples aos falantes do castelhano: fator que desfavorece a nós, falantes do português. E nos parágrafos seguintes – § 471, § 472 –, o autor discorre sobre formas em indicativo e subjuntivo que se classificam no modo hipotético. Mas como nosso assunto se circunscreve às formas em *-re*, nos limitamos a exemplificar seus valores temporais, na medida que expomos a seguir.

4.2.3. Valores temporais do subjuntivo hipotético

Bello confere quatro valores temporais às formas do hipotético: P, AP, PA e APA.

Começamos a expor sua explicação, pelos valores temporais das formas em *-re*, que são dois: P – para a forma simples, e AP para a composta correspondente. A saber:

FUTURO - P - “Señor Caballero, nosotros no conocemos a esa senõra; mostrádnosla, que si ella fuere tan hermosa como decís, de buena gana y sin apremio alguno confesaremos la verdad.” (CERVANTES, citado por Bello AIT § 88:431- 432)

A forma simples em “-*re*” tem o significado futuro, e o exemplo de Cervantes ilustra este caso.

A forma composta “*hubiere cantado*”, por sua vez, recebe o valor de *ante-futuro* – AP – pelo acréscimo do traço de anterioridade ao valor temporal da forma simples correspondente. Damos como exemplo um dado de AIT forjado por Bello:

ANTE-FUTURO – AP - “Cuando se hubiere preparado la casa, pasaremos a habitarla.”(Bello ATT § 91:432)

Na gramática, há outro exemplo de *ante-futuro*: “*Si para fines de semana hubiere llegado el correo*” (Bello GCA§ 662:209) também criado por ele, isto é, não é citação de nenhum extrato retirado de obra falada ou escrita em espanhol. Repare como se trata de uma expressão solta, em que não se expõe a sequência, isto é, a consequência lógica do enunciado condicional. Esse fato nos leva a concluir que mesmo a linguagem literária e jurídica fazendo parte do universo do autor, Bello não apresenta exemplos autênticos da forma composta, mas traz alguns dados da forma simples retirados dos séculos clássicos da literatura espanhola.

Ainda que seja difícil estabelecer a data de vigência em espanhol das formas em *-re*, a Gramática da Real Academia constata que o futuro perfeito do subjuntivo desapareceu da língua coloquial e literária, fazendo parte, apenas, de alguns poucos exemplos da linguagem jurídica, como:

“Podrán exigir...si no hubiere obtenido el beneficio de pobreza, el abono de los derechos, honorarios e indemnizaciones...”(Ley del enjuiciamiento criminal, tit. XIX, art. 242).”(GRAE 1975: 482)

Para Andrés Bello, no entanto, parece não ser relevante a constatação dos dados via um *corpus* determinado, mas a implementação de casos de maneira tal que justifique a configuração de um modo verbal. As formas exclusivas do modo hipotético são duas: a simples *amare* e a composta *hubiere amado*. E dois são os valores temporais do modo hipotético: a posterioridade - P - que abarca a forma simples *amare*; e AP – ante-futuro – que abarca a forma composta *hubiere amado*.

Chamo a atenção para o detalhe de que a posterioridade é traço comum às fórmulas do subjuntivo hipotético, cujas formas exclusivas desse modo – formas em *-re* – foram expostas anteriormente. Falta explicar ainda os outros dois valores temporais do modo hipotético: PA – pos-pretérito e APA – ante-pos-pretérito.

Para a expressão dos dois valores temporais do subjuntivo hipotético – PA e APA –, Bello se vale de formas do subjuntivo comum, e apresenta outros exemplos pela anteposição de formas verbais que modificam os fragmentos anteriores. Para expor sobre o

pos-pretérito - PA, Bello modifica o extrato de Cervantes, antepondo-lhe uma forma verbal em passado, e assim ilustra outro valor temporal do subjuntivo hipotético que se realiza pela forma simples do subjuntivo comum *fuese*:

POS-PRETÉRITO – PA – “Dijéronle que le mostrase aquella senõra, que si ella fuese tan hermosa como su merced significaba, de buena gana confesarían la verdad.”(AIT § 89:432)

E para expor sobre o ante-pos-pretérito - APA, Bello apresenta o exemplo com a forma composta do subjuntivo comum *hubiese reparado*:

ANTE-POS-PRETÉRITO – APA – “Se determinó que cuando se hubiese reparado la casa, pasásemos a habitarla.”(AIT § 92:432)

Dessa forma, apresentamos pelo menos um exemplo dos quatro valores temporais atribuídos ao subjuntivo hipotético. E para a melhor compreensão desse assunto, apresentamos outro modo verbal específico dessa teoria verbal que parece não encontrar precedentes na história da gramática espanhola: os valores secundários do indicativo. Por ser essa uma categoria importante para a compreensão do subjuntivo hipotético, expomos, à continuação, os dois modos de maneira paralela, já que compreendemos que se trata de estágios paralelos do mesmo assunto.

4.2.4. Subjuntivo hipotético/ valores secundários do indicativo

Além do subjuntivo hipotético, Bello cria uma categoria própria que chama de “*valores secundarios de las formas indicativas*” (AIT – § 57 a 69: 426 - 428), e de “*significados secundarios de los tiempos del indicativo*”. (GCA - § 669 – 676: 211 - 213). Trata-se das formas indicativas empregadas em orações que seguem uma subordinada temporal ou condicional com sentido prospectivo, cujo emprego prototípico se encontra no parágrafo 59 de AIT, como se vê em:

“Cuando percibas que mi pluma se envejece (dice el Arzobispo de Granada a Gil Blas); cuando notes que se baja mi estilo, no dejes de advertírmelo...De nuevo te lo encargo: no te detengas un instante en avisarme cuando observes que se debilita mi cabeza” [...] no te detengas en avisarme” (Bello AIT § 59:426)

Apresentam-se, no exemplo anterior, três formas em presente de indicativo – C – “*se envejece*”, “*se baja*” e “*se debilita*” – que sucedem oração temporal com “*cuando*”, cujo sentido de “*aprehensión futura*” justifica o acréscimo do valor temporal futuro – P – à fórmula anterior, conhecida como C – concomitante. Desta feita, esta teoria postula que CP – *co-futuro* representa o valor temporal das formas indicativas sublinhadas, em que o presente do indicativo – C – recebe sentido prospectivo devido ao condicionamento sintático dado pela oração temporal que antecede seu emprego.

Os valores secundários do indicativo compreendem as quatro formas indicativas compostas pelo traço da concomitância, a saber: *amo* – C; *amaba* – CA; *he amado* – AC, *había amado* – ACA, que têm seu valor temporal alterado, dada sua posição em contexto de sequência à oração temporal prospectiva.

São duas formas simples: presente - *amo* – C; co-pretérito - *amaba* – CA. E a essas duas se antepõe a anterioridade nas duas formas compostas correspondentes, a saber: ante-presente – *he amado* – AC, e ante-co-pretérito - *había amado* – ACA.

Ao significado temporal fundamental dessas quatro formas indicativas lhe é acrescentado o traço de posterioridade, de maneira que o valor primitivo se transforma em secundário, quando em ambiente prospectivo. Dessa forma, o quadro a seguir mostra que no contexto sintático de um “*si*” prospectivo, os valores fundamentais da coluna da esquerda se transformam em posteriores na coluna da direita, conforme se vê em:

Valor Secundário do Indicativo			
<i>Si+</i>	C - Presente – <i>amo</i>	se faz ⇒	CP - <i>Co-Futuro</i>
	CA - <i>Co-pretérito</i> – <i>amaba</i>	⇒	CPA - <i>Co-pós-pretérito</i>
	AC - <i>Ante-presente</i> - <i>He amado</i>	⇒	ACP - <i>Ante-co-futuro</i>
	ACA - <i>Ante-co-pretérito</i> <i>Había amado</i>	⇒	ACPA - <i>Ante-co-pós-pretérito</i>

A tabela mostra o processo de atribuição de valor temporal às formas indicativas, que Bello explica como o “*presente se convierte en co-futuro*”, o co-pretérito “se transforma” em pós-pretérito, assim

como o ante-presente “passa a” ante-futuro e o ante-co-pretérito “se converte” em ante-co-pós-pretérito. A similaridade das palavras entre aspas e o vocabulário gerativo faz que Yllera (1981: 485-486) afirme que nos encontramos diante de regras que poderiam ter sido formuladas dentro do marco da gramática gerativa e transformacional.

E esta regra que envolve os valores secundários do indicativo se mostra como um dos estágios para a compreensão do modo hipotético, que compreende a oração com “*si*”, cujo exemplo damos a seguir:

FUTURO - P - “Allí tomará vuestra merced la derrota de Cartagena, donde se podrá embarcar con buena ventura y si hay viento próspero, mar tranquilo y sin borrasca, en poco menos de nueve años se podrá estar a la vista de la gran laguna Meótides”(CERVANTES, citado por Bello AIT § 94:432- 433)

Há que notar que no parágrafo 98 de AIT, Bello afirma que “*si hay*” pode considerar-se como uma elipse de “*si sucediere que hay*” (Bello AIT § 98:433). Desta forma, demonstramos como o valor secundário da forma de presente de indicativo “*hay*” se manifesta como posterior, isto é, co-futuro – CP – ou concomitante à posterioridade, dado que segue um subjuntivo hipotético da condicional “*si sucediere que*” em que há a elipse de “*sucediere que*”, cujo valor temporal se resume à posterioridade – P -, isto é, futuro, conforme demonstra tabela a seguir.

Desta maneira, num primeiro estágio que compreende os valores secundários, a posterioridade é acrescida a fórmulas com concomitância, conforme expusemos na tabela anterior, e a seguir a concomitância é retirada da fórmula atribuída ao modo hipotético, conforme se vê em:

Modo Subjuntivo Hipotético			
<i>SI+</i>	CP = <i>Co-Futuro</i>	se faz ⇒	P = <i>Futuro</i>
	CPA = <i>Co-pós-pretérito</i>	⇒	PA = <i>pós-pretérito</i>
	ACP = <i>Ante-co-futuro</i>	⇒	AP = <i>Ante-futuro</i>
	ACPA = <i>Ante-co-pós- pretérito</i>	⇒	APA = <i>Ante-pós-pretérito</i>

Bello compreende os valores secundários como um estágio para o estabelecimento dos valores temporais do subjuntivo hipotético, de maneira que o traço de posterioridade é acrescido aos valores fundamentais de formas indicativas que se compõem com a concomitância, e, a seguir, a concomitância é subtraída para a caracterização do modo hipotético, como se vê em tabela que ilustra os três estágios assim sistematizados:

MODO SUBJUNTIVO HIPOTÉTICO			
INDICATIVO	VALOR PRIMÁRIO	VALOR SECUNDÁRIO	SUBJUNTIVO HIPOTÉTICO
<i>Presente</i>	C	CP- <i>co-futuro</i>	P- <i>futuro</i>
<i>Co-pretérito</i>	CA	CPA- <i>co-pós-pretérito</i>	PA – <i>pós-pretérito</i>
<i>Ante-presente</i>	AC	ACP- <i>ante-co-futuro</i>	AP- <i>ante-futuro</i>
<i>Ante-co-pretérito</i>	ACA	ACPA- <i>ante-co-pós-pretérito</i>	APA- <i>ante-pós-pretérito</i>

Dessa forma, o subjuntivo hipotético se configura, a partir do valor primário do indicativo, em valor secundário pelo acréscimo do traço da posterioridade, e na eliminação do traço de concomitância no terceiro estágio do modo hipotético.

5. Considerações finais

A divisão do subjuntivo em dois modos verbais – o comum e o hipotético – depende da consideração do futuro do subjuntivo (*amare/hubiere amado*) como forma expressiva do sistema espanhol. O gramático venezuelano Andrés Bello inova ao incorporar essas formas como exclusivas do modo hipotético, característica de construções condicionais prospectivas, como “*Si sucediere X, ocurrirá Y*”.

Tal definição não encontra seguidores nas gramáticas posteriores, devido ao fato de que as formas em “-re” entraram em desuso no espanhol do século XIX, conservando-se em alguns clichês e em linguagem jurídica e rebuscada: opinião de alguns historiadores do castelhano.

Essa explicação parece não convencer, no entanto, ao jurista e legislador Andrés Bello, que a empregava vez por outra, inclusive o prólogo de sua *gramática* atesta o seu uso.

Outra explicação para a eliminação desse ponto em estudos gramaticais posteriores se deve ao fato de que tal comentário se pauta em elementos elididos. Concordamos, portanto, com A. Ylera (1981) que reconhece traços de racionalismo na *gramática* de Andrés Bello, por postular o modo subjuntivo hipotético de acordo com um conjunto de regras que se aplicam de maneira que incluem um estágio compreendido pelos valores secundários do indicativo. A semelhança entre essa ideia e os pressupostos da teoria chomskiana do século XX mostra como a *gramática* de Bello recupera elementos cartesianos. E atesta também como Andrés Bello explica em seu primeiro estudo – *Análisis ideológico de los tiempos de la conjugación castellana* – partes que são reproduzidas posteriormente na *gramática*, e como este autor constrói um tratado de orientação generalista, que considera a língua como cópia do pensamento, e postula que a explicação de uma língua serve às demais, já que todas as línguas refletem o entendimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALARCOS LLORACH, Emilio. 1994. *Gramática de la lengua española*. Madrid: Espasa - Calpe.

ARNAULD, Antoine; LANCELOT, Claude. 1980 [1660]. *Gramática general y razonada de Port-Royal*. (Traducción, estudio preliminar – R. Morillo-Velaverde Pérez), Madrid: SGEL.

_____. 1992 [1660]. *Gramática de Port-Royal*. São Paulo: Martins Fontes.

BARROS, Luizete Guimarães. 1991. Alrededor del futuro de subjuntivo, *Anais do IV Congresso de Professores de Espanhol*. Leonilda Ambrozio, Nair Takeuchi (orgs), APEEPR: Curitiba, p. 141-146.

_____. 1998. *Tradição e inovação na teoria verbal da gramática de Andrés Bello*. Tese de Doutorado, UFRJ, Rio de Janeiro

BELLO, Andrés. 1979 [1810]. Análisis ideológica de los tiempos de la conjugación castellana, *Obra literaria*. Caracas: Ayacucho, p. 415-459.

_____. 1984[1847] *Gramática de la lengua castellana destinada al uso de los americanos*. Madrid: EDAF.

BORREGO, J.; ASCENCIO, J. C.; PRIETO, E. 1985. *El subjuntivo – valores y usos*. Madrid: SGEL.

CELA, Camilo José. 1987. “Alrededor de los premios literarios”. In *Revista Nuevas de España*. n. 13: 87, São Paulo.

DANNA, Stela Maris Detregiacchi Gabriel. 2014. *Metalinguagem e ‘escolha retórica’ em Bello (1853[1847]) e Said Ali (1919[1908]): faces dos estudos gramaticais da América do Sul*. Dissertação de Mestrado, USP, São Paulo.

KANY, Charles E. 1976. *Sintaxis hispanoamericana*. Madrid: Gredos.

LAKOFF, Robin. 1969. “Review of **Grammaire générale et raisonnée**”. In *Language*. v. 45, june 1969, p. 344.

MASIP, Vicente. 2010. *Gramática española para brasileños*. São Paulo: Parábola Editorial.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. 1975. *Esbozo de una nueva gramática de la lengua española*. Madrid: Espasa-Calpe.

RIVERO, María Luisa. 1977. La concepción de los modos en la gramática de Bello y los verbos en la gramática generativa, In: *Estudios de gramática generativa de español*. Madrid; Cátedra, p. 69 - 85.

YLLERA, Alicia. 1981. El verbo en Andrés Bello: originalidad y tradición, In: *Bello y Chile: tercer congreso del bicentenario*. Caracas: Fundación La Casa de Bello, t. I, p. 477-514.

INOVAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ARTIGOS E PRONOMES NA GRAMÁTICA (1853[1847]) DE ANDRÉS BELLO

Stela Maris Detregiacchi Gabriel Danna
(CEDOCH - Universidade de São Paulo)

RESUMO: Este trabalho tem o objetivo de apresentar os resultados de um estudo acerca de continuidades e rupturas propostas por Andrés Bello (Venezuela, 1781 – 1865) na *Gramática de la lengua castellana destinada al uso de los americanos* (1853[1847]) pela análise da ‘metalinguagem’ gramatical utilizada ao tratar o estatuto de *pronomes* e *artigos* do castelhano. Para tanto, a análise metalinguística se baseia na metodologia desenvolvida para o *Projeto Documenta, Gramaticae et Historiae* (Altman & Coelho 2006 – atual), que contempla quatro parâmetros: (i) significante; (ii) significado; (iii) exemplos; (iv) taxionomia. Sabendo-se que os estudos linguísticos são realizados por sujeitos que interagem entre si, com um contexto sócio-político-cultural contemporâneo a eles e com uma tradição científica passada (Swiggers 2005[2004]: 116) apresentamos, neste artigo: (a) informações de ordem externa ao autor e à obra; (b) e dados de ordem ‘interna’, como as definições de *pronome* e *artigo* encontradas em Bello (1853[1847]) e em obras gramaticais pertencentes à tradição hispânica de descrição linguística, tais como as de Salvá (1852[1830]) e da *Gramática* da Real Academia Española (1771). Os resultados apontam para a existência de continuidades e descontinuidades entre as obras, destacando-se, entre as rupturas empreendidas por Bello, a exclusão de pronomes e artigos das classes de palavras, a singularidade dos pronomes pessoais de primeira e segunda pessoa e o caráter transfrasal de suas análises.

ABSTRACT: This paper aims to present the results from the study regarding the existence of continuities and discontinuities proposed by Andrés Bello (Venezuela, 1781 – 1865) on the *Gramática de la lengua castellana destinada al uso de los americanos* (1853[1847]), by analyzing the grammatical “metalanguage” applied for the treatment of the relation between Spanish pronouns and articles. In this sense, the metalanguage analysis is based on the methodology developed for the *Projeto Documenta, Gramaticae et Historiae* (Altman & Coelho 2006 – atual), which comprehends four parameters: (i) signifier, (ii) signified, (iii) examples, (iv) taxonomy. Knowing that the metalinguistic studies are made by subjects who interact with each other, in a contemporaneous socio-political-cultural context and a past scientific tradition (Swiggers 2005[2004]: 116), it is presented on this paper: (a) data that are “external” to the author and his work; and (b) data that are “internal”, such as the definitions of pronoun and article found in Bello (1853 [1847]) and in grammatical works belonging to the Hispanic tradition of linguistic description, as in RAE (1771), Garcés (1791) and Salvá (1835[1830]). The results point to the existence of some continuities and significant ruptures launched by Bello, such as the exclusion of pronouns and articles from the parts of speech, the singularity of the first and second person personal pronouns and the transphrasal character of his analysis.

0. INTRODUÇÃO

Este trabalho⁷⁰ tem o objetivo de investigar continuidades e descontinuidades metalinguísticas relacionadas ao tratamento dado aos *artigos* e *pronomes* na *Gramática de la lengua castellana* (1853[1847]) de Andrés Bello (1781 – 1865). A escolha deste tema deve-se à grande polêmica que gira em torno da definição e estatuto de tais categorias no esquema gramatical do gramático venezuelano, merecedora de diversas reflexões posteriores (Alarcos Llorach 2009[1999]; Carreter s/d; Martínez, 1989; entre outros) que apontaram ora ‘inovação’, ora ‘conservação’ nos estudos de Bello.

A análise metalinguística da qual partimos baseia-se na metodologia do *Proyecto Documenta, Grammaticae et Historiae*⁷¹ (Altman & Coelho 2006–atual), que contempla a observação de quatro categorias:

- a) Significante: isto é, expressão metalinguística empregada para tratar de um dado/fenômeno da língua-objeto.
- b) Significado: a definição proposta pelo autor para aquele tipo de dado/fenômeno.
- c) Exemplos: os dados linguísticos apresentados, sua natureza e status dentro do sistema, segundo os próprios autores.
- d) Taxonomia: isto é, a rede terminológica a que cada termo selecionado estava vinculado.

Para atingirmos o objetivo traçado, averiguamos as continuidades e rupturas por meio do cotejo entre as sistematizações presentes em Bello (1853 [1847]) e aquelas presentes nas obras que ele

⁷⁰ A presente investigação está vinculada à dissertação de mestrado, intitulada *Metalinguagem e ‘escolha de retórica’ em Bello (1853[1847]) e Said Ali (1919[1908]): faces dos estudos gramaticais na América do Sul* na qual buscamos verificar, em linhas gerais, os diálogos que Andrés Bello (Venezuela, 1781 – 1865) e Manuel Said Ali Ida (Brasil, 1861 – 1953) estabeleceram com tradições, europeias e americanas, de estudos da linguagem, nas obras *Gramática de la lengua castellana destinada al uso de los americanos* (1853[1847]) e *Difficuldades da Língua Portuguesa* (1919[1908]).

⁷¹ O *Proyecto Documenta, Grammaticae et Historiae: Projeto de Documentação Linguística e Historiográfica* realizado pelos pesquisadores do CEDOCH (Centro de Documentação em Historiografia Linguística), propõe constituir um banco de dados que reúna: (a) versões eletrônicas de textos gramaticais representativos da tradição iberoamericana; (b) um conjunto de dados que contextualizem esses textos; e (c) o mapeamento da metalinguagem que tem caracterizado esta tradição.

cita no prólogo como bases para a elaboração da *Gramática de la lengua castellana*, a saber: *Gramática de la lengua castellana* (1771), da Real Academia Española; *Fundamento del vigor y elegancia de la lengua castellana expuesto en el propio y uso vario de sus partículas*, de Gregorio Garcés (1733 – 1805); e a *Gramática de la Lengua Castellana según ahora se habla* (18305[1830]), de Vicente Pérez Salvá (1786 – 1849).⁷²

1. BELLO E A GRAMÁTICA DE LA LENGUA CASTELLANA (1853[1847])

Considerando que os estudos linguísticos são realizados por sujeitos que interagem entre si, com um contexto sócio-político-cultural contemporâneo a eles e com uma tradição científica passada (Swiggers 2005[2004]: p. 116), acreditamos na importância de comentarmos, brevemente, informações de ordem ‘contextual’ isto é, pertencentes às dimensões social, política e cultural (designada também como ‘dimensão externa’) de Bello, sua obra, e do *clima de opinião* (Koerner 1996).

Andrés Bello foi político, professor, jurista e gramático. Viveu em diferentes países: na Venezuela, na Inglaterra e no Chile. Neste último país, contribuiu para o crescimento da recém-criada Universidade do Chile. As diferentes atividades que exerceu e os distintos lugares em que residiu possibilitaram-lhe entrar em contato com correntes intelectuais europeias, em especial as francesas e inglesas (Velleman 1976), e a estabelecer amizade com renomados estudiosos, tais como Jeremy Bentham (1748 – 1832), James Mill (1773 – 1836), John Stuart Mill (1806 – 1873), José María Blanco White (1775 – 1841), Antonio Puigblanch (1775 – 1840), Vicente Salvá (1786 – 1849), entre outros

Publicou em 1847 a primeira edição da *Gramática de la lengua castellana destinada al uso de los americanos*, considerada - até certo ponto - uma continuadora da tradição gramatical espanhola (cf. Trujillo 1988; Lliteras 2000; Arnoux 2008), por conter referências

⁷² Não incluímos em nossa análise a obra *Opúsculos gramático-satíricos* (1832[1823]), de Juan Antonio Puigblanch (1775 – 1840), por não conter material significativo a respeito da relação entre pronomes e artigos.

explícitas⁷³ a textos gramaticais ibéricos, tais como: *Gramática de la lengua castellana* (1771), da Real Academia Española; *Fundamento del vigor y elegancia de la lengua castellana expuesto en el propio y uso vario de sus partículas*, de Gregorio Garcés (1733 - 1805); *Opúsculos gramático-satíricos* (1832[1823]), de Juan Antonio Puigblanch (1775 - 1840); *Gramática de la Lengua Castellana según ahora se habla* (18305[1830]), de Vicente Pérez Salvá (1786 - 1849).

Não obstante, esta gramática também foi percebida por alguns analistas como inovadora e influente no contexto latino-americano. As novidades propostas pelo gramático hispano-americano seriam esperadas, considerando-se o momento histórico-ideológico em que sua *Gramática* foi publicada, marcado pelos movimentos de emancipação das colônias hispano-americanas e pela consequente reorganização política e social destes novos países. Nesse contexto, segundo a literatura crítica específica, Bello teria dado uma nova direção aos estudos linguísticos da América por enxergar no idioma um emblema nacionalista; assim, seria, para ele, importante descrever a língua castelhana em suas particularidades locais.

Neste sentido, uma das inovações da *Gramática de la lengua castellana* reconhecida pelas crônicas históricas posteriores teria sido a inclusão da linguagem oral dos americanos (Barros 2000: 54). Arnoux (2008: 215) indica, ainda, como inovadoras, a ideia de garantir uma autonomia às línguas⁷⁴ e a valorização de certas variantes linguísticas americanas do castelhana. Por sua vez, Luján identifica nesta *Gramática* traços precursores de um Programa Minimalista, ao propor que Bello, por exemplo, eliminaria a distinção entre as categorias de nome e adjetivo (este seria uma subclasse do nome) (Luján 1999).

Há, ainda, estudiosos que, sem especificar temáticas, dizem considerar não só a *Gramática*, mas o próprio autor, como um exemplo de “transusão cultural” e “balance final” entre uma Espanha dos séculos XVI, XVII e XVIII e um “estilo” hispano-americano próprio de se proceder (Baquero 1989: p. 139).

⁷³ Ou, segundo Koerner (1996a), poderíamos dizer “influências explícitas” (p. 61)

⁷⁴ Por meio da adoção de um modelo específico - e não geral, aplicado a vários idiomas - de descrição linguística.

2. OS PRONOMES E ARTIGOS EM BELLO (1853[1847])

O estatuto que Andrés Bello atribui aos *pronomes* e *artigos* é um dos temas que repercutiu nos estudos posteriores, por ser ora considerado inovador, ora conservador. Detendo-nos na sistematização que propõe na *Gramática de la lengua castellana destinada al uso de los americanos* (1853[1847]), verificamos que os *pronomes* seriam, para Bello, “nombres que significan primera, segunda ó tercera persona, ya expresen esta sola idea, ya la asocien con otra” (1853[1847]: 47). Não fariam parte das sete classes de palavra da língua castelhana⁷⁵ e dividir-se-iam em: (i) *personais*, (ii) *possessivos* e (iii) *demonstrativos*.

Dentre estas subcategorias, os *pronomes pessoais* tomariam a posição de sujeito (*yo, tú, nosotros, vosotros*), de complemento (*me, te, nos, vos*) ou de término (*mí, ti, nosotros, vosotros*) e indicariam primeira, segunda ou terceira pessoa. Contudo, os exemplos oferecidos pelo gramático englobam apenas os pronomes que identificaríamos como de primeira ou segunda pessoa, a saber: *yo, tú, nosotros* e *vosotros*. A exclusão dos pronomes de terceira pessoa (*él, ella, ellos* e *ellas*) ficaria notória no seguinte fragmento: “La misma indeterminación de persona se encuentra aun en los adjetivos *él* y *aquel*, que se tienen por de la tercera.” (Bello 1853[1847]: 48).

O gramático indica a diferença entre os pronomes pessoais do *caso nominativo* utilizados nos ‘exemplos’, isto é, os pronomes de primeira (*yo* e *nosotros*) e segunda pessoa (*tú* e *vosotros*) e os pronomes de terceira pessoa que, por seu caráter de indeterminação⁷⁶, estariam mais próximos dos *demonstrativos*. Por sua vez, pronomes de primeira e segunda pessoa, como *yo* e *tú*, assinalariam especificamente as pessoas do momento de fala.

Já os *pronomes possessivos* indicariam possessão ou pertença em primeira, segunda ou terceira pessoa. Teriam como formas: *mío*,

⁷⁵ Para Bello, as sete classes de palavras incluem: *substantivo, adjetivo, verbo, advérbio, preposição, conjunção* e *interjeição*.

⁷⁶ A indeterminação se daria pela ausência de outro dado que especificasse o sentido. Em outras palavras, Bello indica que os pronomes de primeira e segunda pessoa teriam a especificidade *de per se*, enquanto os pronomes de terceira pessoa – assim como os *demonstrativos* – necessitariam vincular-se a outros dados para possuírem um significado determinado no que se refere a pessoa.

tuyo, nuestro, vuestro, suyo e derivados. As formas que antecederiam substantivos – tais como *mi(s), tu(s), su(s)* – seriam resultantes de apócopos nas primeiras.

Os pronomes demonstrativos teriam a função de “mostrar los objetos, señalando su situación respecto de determinada persona” (Bello 1853[1847]: 53). De acordo com a proximidade ou distância do objeto com relação à primeira ou segunda pessoa, os dados linguísticos relacionados a essa ‘definição’ são assim divididos: (a) os que indicam proximidade do objeto em relação à primeira pessoa – ex. *este, esta, estos, estas*; (b) os que indicam proximidade do objeto em relação à segunda pessoa – ex. *ese, esa, esos, esas*; (c) os que indicam distância do objeto em relação à primeira e segunda pessoas – ex. *aquel, aquella, aquellos, aquellas*.

Separado do capítulo dos pronomes, porém sucedendo-o, encontramos um texto sobre os artigos definidos que, nas palavras do gramático venezuelano, se assemelhariam aos demonstrativos:

El *la* es por consiguiente un demostrativo como *aquella*, y *esta*, pero que demuestra ó señala de un modo mas vago, no expresando mayor ó menor distancia. **Este demostrativo, llamado ARTÍCULO DEFINIDO**, es adjetivo, y tiene diferentes terminaciones para los varios géneros y números *la casa, los campos, las casas*.” (Bello 1853[1847]: 55-56 [itálicos do autor; negritos meus])

Conforme depreendemos da citação, Bello demonstra cap-tar forte relação entre as unidades linguísticas correspondentes a pronomes demonstrativos e artigos definidos. O gramático considera os artigos apenas os definidos e os aproxima dos pronomes *él, ella, ellos, ellas*.

Entende, ainda, que as formas pronominais teriam dado origem às formas articulares: “debemos pues mirar las formas *el, la, los, las*, como abreviaciones de *él, ella, ellos, ellas*, y estas últimas como las naturales y primitivas del artículo. (Bello 1853[1847]: 57-58 [itálicos do autor]). A diferença de uso entre os artigos abreviados (*el, la, los, las*) e os íntegros (*él, ella, ellos, ellas*) dependeria da existência ou conhecimento do substantivo a ser especificado. Na sua presença ou conhecimento, empregar-se-ia a forma encurtada; na sua ausência ou desconhecimento, a forma completa.

A categorização das formas não-abreviadas parece ser uma dificuldade para o gramático. Pela história, origem e determinados usos, seriam artigos; porém, estas formas também compartilham propriedades dos pronomes pessoais, como a declinação por casos e sua vinculação ao verbo da proposição. Esta questão polêmica mereceu o acréscimo de uma nota específica em edições posteriores, na qual Bello afirma que:

La idea que doy del artículo definido en el capítulo XIV, me parece fundada en observaciones incontrastables, que sin metafísicas ni sutilezas manifiestan pertenecer esta palabra a la familia de los pronombres demostrativos. (Bello 1988[1853]: 794 – notas [negritos nossos])

Si se imputase haber sostenido que el artículo era un pronombre demostrativo, o que cierto pronombre que se llama comúnmente personal era un artículo, se habría dicho la pura verdad. (Bello 1988[1853]: 795 – notas [itálicos do autor; negritos nossos])

Os fragmentos acima parecem indicar o posicionamento do gramático a favor da inclusão dos *artigos* dentro da subclasse *pronombres demostrativos*. Ao mesmo tempo, Bello adverte que *artigos* e *pronombres pessoais* seriam distintos, porém também reconhece que as obras gramaticais anteriores vêm oscilando ao categorizar as formas *él*, *la*, *ellos* e *ellas* ora como *artigos*, ora como *pronombres pessoais*. Além disso, Bello recupera os termos *primeira*, *segunda* e *terceira pessoa* e, em apenas um único momento de sua *Gramática*, inclui as formas integrais como *él* entre as partículas pronominais:

La declinacion por casos es exclusivamente propia de los pronombres yo, tú, él (en ambos números y géneros), y del sustantivo derivado *ello*; pero aunque los otros nombres no la tienen, pues que su estructura material no varia, ya sean sugetos, complementos ó términos, podemos designar en ellos tres casos bajo una sola forma: nominativo, complementario acusativo, y terminal. (Bello 1853[1847]: 61 [itálicos do autor])

Foi justamente a dificuldade de categorização de *artigos* e *pronombres*, vista acima, que suscitou interpretações divergentes a respeito da compreensão que Bello tinha do tema. Para Carreter (s/d: 367), por exemplo, o *artigo*, em Bello, seria uma variedade do *pronome demonstrativo*, ao passo que Martínez (1989), por sua vez,

interpreta que os *artigos* são concebidos por Bello como *demonstrativos* – e não *pronomes* – por derivarem dos chamados *demonstrativos* latinos.

Afinal, essa dificuldade já estava presente nas obras que ele diz tomar por base? Em outras palavras, retomamos a nossa pergunta principal: Bello conserva ou inova ao apontar essa dificuldade? Em que medida? O que ela pode nos revelar sobre o caráter inovador ou conservador de sua obra?

Perseguindo o nosso objetivo, expomos então, o exame das ‘definições’, ‘termos’ e ‘rede terminológicas’ relacionados ao tema dos *pronomes* e *artigos*, encontradas nas obras que Bello diz seguir no prólogo da *Gramática de la lengua castellana* (1853[1847]).

3. O TRATAMENTO DADO AOS PRONOMES E ARTIGOS NAS OBRAS DE BASE

3.1. A Gramática da RAE (1771)

De acordo com a *Gramática de la Real Academia Española*, cuja primeira edição data de 1771, obra mais antiga dentre as que Bello diz tomar como base, *pronomes* e *artigos*, separadamente, integrariam as nove partes da oração da língua castelhana, junto do *nome, verbo, participio, advérbio, preposição, conjunção* e *interjeição*.

O *pronome* é entendido, nesta obra, como “palabra, ó parte de la oracion que se pone en lugar del nombre” (RAE, 1771: 34) e se subclassificaria em *pessoal, demonstrativo, possessivo* e *relativo*.

Os *pronomes pessoais*, que indicam o agente que realiza um ofício, são divididos em primeira (ex. *yo, mi, me, nosotros, nos*), segunda (ex. *tú, ti, a ti, vosotros, vos/os*) e terceira pessoa (ex. *él, le, la, lo, ello, se, si, consigo*). Os *pronomes demonstrativos* antecederiam *nomes* e teriam a função de demonstrar ou indicar a proximidade/distância de uma pessoa ou objeto, assumindo como parâmetro os interlocutores do *momento de fala*. Os *pronomes possessivos* atribuiriam a posse de um ente a uma pessoa e compartilhariam as formas e significações dos adjetivos. Já as partículas reunidas sob o ‘significante’ *pronomes relativos* fariam a “*relación á persona, ó cosa que ya se ha dicho*” (RAE, 1771: 47).

No Quadro 1, reunimos sinteticamente as subclassificações dos pronomes presentes nesta gramática e na de Bello para uma melhor visualização.

RAE (1771)	Pessoal	Demonstrativo	Possessivo	Relativo
Exemplos lingüísticos	<i>Yo, mi, me, tu, te, él, le, lo, etc.</i>	<i>Este, ese, aquel, aquello, etc.</i>	<i>Mío, mi, tuyo, tu, nuestro, vuestro, etc.</i>	<i>Que, quien, qual, cuyo, etc.</i>
Bello (1853[1847])	Pessoal	Demonstrativo	Possessivo	-
Exemplos lingüísticos	<i>Yo, tú, nosotros, vosotros, me, te, etc.</i>	<i>Este, ese, aquel, aquello, etc.</i>	<i>Mío, tuyo, mi, tu, nuestro, vuestro, etc.</i>	

Quadro 1. As subcategorias do Pronome (RAE-Bello)

Por sua vez, o *artigo* é definido como a parte da oração que tem como finalidade distinguir os gêneros dos nomes. Os *artigos* se diferenciariam facilmente do *pronome* de acordo com o elemento gramatical que o antecederia ou sucederia:

quando son artículos, se ponen siempre ántes de nombres, como: *el hombre, la muger, los hombres, lo bueno, lo fácil*; **pero quando son pronombres, se ponen siempre ántes, o después del verbo**, como: *él habló, ó habló él: la dixeron, ó dixéronla: la castigaron, ó castigáronla [...]* (RAE, 1771: 37 [itálicos do autor]).

Verificamos que há, em geral, a conservação de ‘significantes’, com respeito aos *pronomes*, nas duas obras, assim como a existência de critérios semânticos, sintáticos e pragmático-discursivos para a subclassificação das *partículas pronominais*. Diferentemente de Bello, que inclui os *pronomes relativos* no grupo dos *demonstrativos*, a *Gramática* da RAE entende que estes dados lingüísticos constituiriam outra subclasse. Vemos que esta divergência taxonômica deriva das distintas ‘definições’ atribuídas a estas duas subclasses. Com relação aos *artigos*, observamos que ali estariam reunidos apenas os *definidos*, assim como em Bello. Entretanto, ressaltamos que a obra espanhola não menciona nenhum tipo de discussão, nem revela falta de clareza ao definir e/ou categorizar dados lingüísticos entre os *pronomes* e os *artigos definidos*.

3.2. Os Fundamentos de Garcés (1791)

A obra *Fundamentos del vigor y elegancia de la lengua castellana* (1791), escrita por Gregorio Garcés, embora não ofereça ao leitor uma sistematização clara e hierarquizada da língua castellana, trata das partes constituintes deste idioma, que incluem os *artigos* e os *pronomes*.

Apesar de o autor não apresentar uma definição ou divisão dos *pronomes*, pela leitura da obra, conseguimos distinguir as seguintes subcategorias dos *pronomes*: (i) *primitivos* (ex. *yo, tu, él, nosotros, nos vosotros, vos, si, se, le* etc.), divididos em primeira, segunda e terceira pessoa, que teriam a propriedade de se declinarem por casos (*nominativo* ou *oblíquo - acusativo e dativo*); (ii) *possessivos* (ex. *mi, tu, su, mio, tuyo, suyo, cuyo* etc.); (iii) *demonstrativos* (ex. *este, aqueste, ese, aquel*), cujo uso dependeria da proximidade do objeto em relação à primeira, segunda ou terceira pessoa; (iv) *relativos* (ex. *tal*); (v) *indeterminados* (ex. *alguno*); e (vi) *distributivos* (ex. *otro...otro; uno...otro*).

O quadro abaixo apresenta um contraste entre as subdivisões dos pronomes proposta Bello (1853[1847]) e as subcategorias que inferimos da leitura de Garcés (1791).

Garcés	Primitivo	Demonstrativo	Possessivo	Relativo	Indeterminado	Distributivo
Exemplos lingüísticos	<i>Yo, tu, él, nosotros, nos, vosotros, se, le, etc.</i>	<i>Este, ese, aquel, aqueste, etc.</i>	<i>Mío, mi, tuyo, tu, nuestro, vuestro, cuyo, etc.</i>	<i>Tal, etc.</i>	<i>Alguno, etc.</i>	<i>Otro...otro, Uno...uno</i>
Bello (1853 [1847])	Pessoal	Demonstrativo	Possessivo	-	-	-
Exemplos lingüísticos	<i>Yo, tú, nosotros, vosotros, me, te, etc.</i>	<i>Este, ese, aquel, aquello, etc.</i>	<i>Mío, tuyo, mi, tu, nuestro, vuestro, etc.</i>			

Quadro 2. As subcategorias do Pronome (Garcés-Bello)

Podemos dizer, portanto, que houve conservação de alguns ‘significantes’ relativos ao *pronome* entre as obras de Garcés e Bello, embora o primeiro indique mais subclasses pronominais, incluindo,

nestas subcategoriais, outros ‘dados’ linguísticos não citados por Bello.

Com efeito, os *artigos* são definidos nos *Fundamentos* pela sua função de “determinar, y distinguir la persona ó cosa con quien se acompaña” e “expresa, pues, lo tres géneros en singular así: *el* cielo, *la* tierra, *lo* profundo” (Garcés, 1791: 1 [itálicos do autor]). Vemos que assim como na *Gramática* de la RAE, Gregorio Garcés não cita as formas identificadas como *artigos indefinidos*.

É interessante observar que no capítulo sobre *artigo*, este autor menciona o que ele chama de *vozes le, los, las, les, etc.*, advertindo que estas seriam casos oblíquos relacionados ao pronome *él* e não *artigos*. Não obstante, no capítulo dos *pronomes*, o religioso explicita a dificuldade de classificar as partículas presentes nas expressões *la de* e *el de*, em frases como *el de los muchos trabajos*⁷⁷, entre *artigos* ou entre formas equivalentes aos *pronomes demonstrativos*. Apenas a explicitação do sujeito, como em *el héroe de los muchos trabajos*, poderia sanar esta confusão.

Apesar de não apresentar uma sistematização gramatical e enfocar traços de estilo a respeito do uso, por exemplo, de determinados artigos ou elisões, constatamos que Garcés e Bello coincidem ao classificar e tratar os chamados *artigos definidos*. Por sua vez, o espanhol indica a complexidade de classificar certos dados linguísticos como *pronome* ou *artigo* devido ao seu contexto específico de uso.

3.3. A Gramática de Salvá (1835[1830])

Vicente Salvá, na sua *Gramática de la lengua castellana según ahora de habla* (1835[1830]), concebe estas duas categorias gramaticais como autônomas, embora as comente também em um mesmo capítulo, intitulado “Del artículo y del pronombre”. Ambas integrariam as nove partes da oração junto do *nome, verbo, participío, preposição, advérbio, interjeição e conjunção*.

Salvá define o *pronome* como “un signo que indica las personas que intervienen en la conversacion” (Salvá 1835[1830]: 49). Considerando que em uma conversação poderia haver até três

⁷⁷ Exemplo presente nos *Fundamentos* (1791).

pessoas, os *pronomes pessoais* se dividiriam em três: primeira pessoa (*yo, nosotros*), segunda pessoa (*tu, vosotros*) e terceira pessoa (*él, ella, ellos, ellas*). Além dos *pessoais*, Salvá comenta a existência dos chamados *pronomes demonstrativos* (*este, ese, aquel* e derivados); *pronomes indefinidos* ou *indeterminados* (*ninguno, alguien, etc.*); *pronomes possessivos* (*mío, tuyo, suyo, etc.*); e, finalmente, os *pronomes relativos* (*cuyo, cual, quien, que*). Estes últimos seriam, mais propriamente, adjetivos.

Em contraste com a sistematização de Bello (1853[1847]), os pronomes em Salvá (1835[1830]) podem ser representados e contrapostos conforme apresentamos no Quadro 3.

Salvá (1835[1830])	Pessoal	Demonstrativos	Indefinido ou Indeterminado	Possessivo	Relativo
Exemplos linguísticos	<i>Yo, tú, él, ella, vos, nos, me, te, etc.</i>	<i>Este, ese, aquel, aqeste, aqese, etc.</i>	<i>Ninguno, alguien, otro, etc.</i>	<i>Mío, Tuyo, suyo, nuestro, vuestro, etc.</i>	<i>Cuyo, cual, que, quien, etc.</i>
Bello (1853[1847])	Pessoal	Demonstrativo	-	Possessivo	-
Exemplos linguísticos	<i>Yo, tú, nosotros, vosotros, me, te, etc.</i>	<i>Este, ese, aquel, aquello, etc.</i>		<i>Mío, tuyo, mi, tu, nuestro, vuestro, etc.</i>	

Quadro 3. As subcategorias do Pronome (Salvá-Bello)

Observamos, portanto, que Salvá subdivide os *pronomes* em cinco categorias, ao passo que Bello reconhece apenas três delas. Em geral, as categorias presentes em ambas as esquematizações englobam os mesmos fenômenos linguísticos, exceto a classe dos *pronomes pessoais*. Salvá não expõe dúvidas ao classificar *él, ella* e seus plurais nesta categoria, enquanto Bello oscila. Contudo, ambos parecem identificar os pronomes – em especial, os pessoais – com os actantes da conversação.

O *artigo* – englobando nesta classe, ao contrário de Bello, tanto os *definidos* (*el, la, los, las*) como os *indefinidos* (*un, una, unos, unas*) – seria caracterizado pela função que exerce na oração. Em linhas gerais, serviriam para: (i) indicar a espécie do objeto; (ii) determinar

o indivíduo de que se fala; (iii) apontar o gênero e número do nome que o sucede.

Segundo o estudioso espanhol, *artigos definidos e indefinidos* se diferenciariam pela propriedade de particularização: os primeiros particularizariam o objeto ou ente de que se fala, enquanto o segundo, não. Salvá indica, ainda, que os *artigos definidos* conteriam uma força demonstrativa, isto é, atuariam como *demonstrativos*. Por este motivo, objetos ou entes únicos (como, por exemplo, a palavra *Dios*⁷⁸ [Deus], nomes próprios, etc.) não necessitariam de *artigos definidos*, pois implicitamente já estariam particularizados.

Sinteticamente, verificamos, portanto, que Salvá acrescenta a subcategoria *indefinido* aos *definidos* – que, em Bello, seriam os verdadeiros *artigos*. Ambos os conjuntos de dados teriam uma mesma função geral, porém os *artigos definidos* se diferenciariam dos *indefinidos* pela capacidade de particularizar um ente ou objeto. Esta particularização poderia converter-se em um poder de demonstração ou identificação, levando Salvá a identificar uma *força demonstrativa* nesta classe de *artigos*.

3.4. Síntese

A análise detalhada, exposta acima, acerca dos ‘significantes’, das ‘definições’, dos ‘exemplos’ e da ‘rede taxonômica’ propostos pela RAE (1771), por Gregório Garcés (1791), Vicente Salvá (1835[1830]) e Andrés Bello (1853[1847]) pode ser esquematizada no Quadro 4.

⁷⁸ Exemplo apresentado por Salvá (1835[1830]: 143).

	Partes da oração	Limite entre pronomes e artigos	Subcategorias dos pronomes	Subcategoria dos artigos
RAE (1771)	<ul style="list-style-type: none"> • nome • verbo • pronome • artigo • participípio • advérbio • preposição • conjunção • interjeição 	Bem nítido	<ul style="list-style-type: none"> • pessoal • demonstrativo • possessivo • relativo 	-
Garcés (1791)	-	Nítido em alguns contextos e pouco nítido em outros.	<ul style="list-style-type: none"> • primitivo • demonstrativo • possessivo • relativo • indeterminado • distributivo 	-
Salvá (1835[1830])	<ul style="list-style-type: none"> • nome • verbo • pronome • artigo • participípio • preposição • advérbio • interjeição • conjunção 	Nítido	<ul style="list-style-type: none"> • pessoal • demonstrativo • indefinido ou indeterminado • possessivo • relativo 	<ul style="list-style-type: none"> • definido • indefinido
Bello (1853[1847])	<ul style="list-style-type: none"> • substantivo • adjetivo • verbo • advérbio • preposição • conjunção • interjeição 	Pouco nítido	<ul style="list-style-type: none"> • pessoais • possessivos • demonstrativos 	<ul style="list-style-type: none"> • definido (íntegros? e abreviados)

Quadro 4. *Pronome e artigos* nas quatro obras analisadas

4. NUANCES DE ‘CONSERVAÇÃO’ E ‘INOVAÇÃO’ METALINGUÍSTICAS EM BELLO (1853[1847])

Ao longo da análise empreendida, pudemos perceber algumas manutenções que Bello operou em sua gramática, por exemplo: (i) as categorias pronominais, tais como os *pronomes possessivos* e *demonstrativos*, estão presentes nas quatro gramáticas; (ii) Salvá e Bello apresentam semelhanças na definição e sistematização dos pronomes pessoais: eles representariam os actantes da conversação;

(iii) Bello considera como *artigos* apenas os *definidos*, assim como a *Gramática* da RAE e os *Fundamentos* de Garcés.

Poderíamos também observar algumas nuances de continuidades e descontinuidades. Referimo-nos, por exemplo, (i) à pontual dificuldade que Garcés demonstra em classificar as formas *él, la, los, las* em determinados contextos linguísticos, que poderia ter auxiliado Bello em sua reflexão sobre os pontos de contato entre *pronomes* e *artigos*; e (ii) à propriedade demonstrativa do *artigo*, apontada também por Salvá, embora o espanhol classifique *pronomes* e *artigos* em categorias distintas.

Contudo, também foi possível detectar fortes rupturas em Bello (1853[1847]). A primeira que citamos é a exclusão dos *pronomes* e *artigos* dentre as classes de palavra da língua castelhana. A segunda seria a não-inclusão das formas *él, ella, ellos, ellas* nos exemplos dos *pronomes pessoais*. A terceira seria a inclusão dos *artigos definidos* dentro da subclasse (*pronomes?*) *demonstrativos*, explícita em nota acrescentada em edição posterior.

Essas rupturas revelam que Bello identifica uma especificidade na primeira e segunda pessoa que as diferenciaria da chamada terceira pessoa. Esta intuição do gramático caraquenho, no entanto, não aparece detalhadamente formalizada. Na verdade, evidencia uma análise além da frase, que considera o momento de fala. Sabemos que apenas um século depois, Émile Benveniste sistematizou a categoria pessoa no capítulo “A natureza dos pronomes” da obra *Problemas de lingüística geral I* (2005[1966]), considerando o momento de enunciação. De acordo com Benveniste, a singularidade do pronome *eu* e, conseqüentemente, de *tu/você*, estaria ligada ao fato de que “*não constituem uma classe de referência, uma vez que não há ‘objeto’ definível como eu*” (Benveniste 2005[1966]: 278).

Quanto à taxionomia, as unidades pronominais caracterizadas por Bello como correspondentes à terceira pessoa – *él, ella* e seus plurais – aparecem estritamente ligadas aos *artigos definidos el, la, los, las* e aos *pronomes demonstrativos*. Bello é, portanto, o único a excluir – dentre os materiais de análise consultados – a terceira pessoa dos ‘exemplos’ de *pronomes pessoais* e a vincular esses dados diretamente aos *artigos* e *pronomes demonstrativos*, sem definir a qual destes *ofícios* pertenceriam.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados analisados apontam, assim, tanto para inovações significativas, quanto para algumas conservações entre Bello e os autores que o caraquenho diz tomar como base. Estes autores, naturais da Espanha, ex-metrópole das recém-independentes nações latino-americanas, estiveram presentes na formação erudita de Bello. Dessa forma, era de se esperar que o sistema gramatical do venezuelano tivesse pontos de contato com essas obras.

Com efeito, Bello parece adaptar os conhecimentos que adquiriu aos problemas que investigou. Essas adaptações estão relacionadas à sensibilidade que este estudioso revelou ao interpretar e aplicar com pertinência os conhecimentos a que teve acesso, identificando a importância do contexto transfrasal na reflexão que faz a respeito do caráter demonstrativo do artigo e da singularidade da terceira pessoal pronominal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALARCOS LLORACH, Emilio. 2009[1999]. *Gramática de la lengua española*. Real Academia Española, Colección Nebrija y Bello. Madrid: Espasa Calpe.

ALTMAN, Cristina & COELHO, Olga. 2006-Atual. *Documenta, Gramaticae et Historiae. Projeto de documentação lingüística e historiográfica*. (Projeto integrado/ CEDOCH-DL/USP, CNPq). Endereço eletrônico: <http://www.fflch.usp.br/dl/documenta/>

ARNOUX, Elvira N. de. 2008. *Los discursos sobre la nación y el lenguaje en la formación del Estado (Chile 1842 – 1862)*. Estudio glotopolítico. 1ª ed. Buenos Aires: Santiago Arcos editor.

BAQUERO, G. 1989. Andrés Bello. *Cuadernos Hispanoamericanos*. Nº 464. Madrid, feb., p. 136 – 139.

BARROS, L. G. 2000. “Lengua y nación en la *Gramática* de Bello”. *Anuario brasileiro de estudios hispánicos*. 10, p. 47 – 56.

BELLO, Andrés. 1853 [1847]. *Gramática de la lengua castellana destinada al uso de los americanos*. Madrid: Imprenta de la biblioteca económica de educación y enseñanza.

_____. 1988[1847]. *Gramática de la lengua castellana destinada al uso de los americanos*. Madrid: Arco Libros.

BENVENISTE, E. 2005[1966] *Problemas de linguística geral I*. Tradução de Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. Campinas: Pontes editores.

CARRETER, Fernando Lázaro. s/d. “El problema del artículo en español: una lanza por Bello”. *Homenaje a la memoria de don Antonio Rodríguez-Moñino 1910-1970*. Valencia: Crystalia, p. 347 – 371.

DANNA, S. M. D. G. 2014 *.Metalinguagem e ‘escolha de retórica’ em Bello (1853[1847]) e Said Ali (1919[1908]): faces dos estudos gramaticais na América do Sul*. 218 páginas. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo.

GARCÉS, Gregorio. 1791. *Fundamento del vigor y elegancia de la lengua castellana expuesto en el propio y uso vario de sus partículas*. Madrid: Imprenta de la viuda de Ibarra.

RAE. 1771. *Gramática de la Lengua Castellana compuesta por la Real Academia Española*. Madrid: D. Joachin de Ibarra. Disponível em cervantesvirtual.com e em archive.org (28/08/2013).

KOERNER, K. 1996. “Questões que persistem em Historiografia Linguística”. *Revista da Anpoll*, nº2.

LLITERAS, M. 2000. “La gramática de Bello y sus fuentes hispánicas”. SCHMITT, Christian; CARTAGENA, Nelson (eds.). *La Gramática de Andrés Bello (1847-1997)*. Bonn: Romanistischer Verlag, p. 82 – 102.

LUJÁN, Marta. 1999. “Minimalist Bello: Basic Categories in Bello’s Grammar”. GUTIERREZ-REXACH, J.; MARTÍNEZ-GIL, F. (eds.). *Advances in Hispanic Linguistics*. Somerville, MA: Cascailla Press

MARTÍNEZ, M.^a Ángeles Álvares. 1989. *El pronombre I*. Madrid: Arco/Libros.

PUIGBLANCH, J. A. 1832[1828]. *Opusculos gramatico-satiricos del Dr. D. Antonio Puigblanch contra el Dr. D. Joaquin Villanueva, escritos en defensa propia, en los que también se tratan materias de interes comun*. Londres: Imprenta de Vicente Torras.

SALVÁ, Vicente. 1835[1830]. *Gramática de la lengua castellana segun ahora se habla*. 2ª edición. París: Librería de los SS. Don Vicente Salvá e hijo/Valencia: Libreria de los Mallen y Berard.

SAID ALI, Manuel. 1919. *Difficuldades da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica [1908; 2ª edição - revista pelo autor].

SWIGGERS, P. 2005 [2004]. "Modelos, métodos y problemas en la historiografía de la lingüística. Nuevas aportaciones a la historiografía lingüística". *Actas del IV Congreso Internacional de la SEHL*. La Laguna (Tenerife), 22-25 octubre de 2003, ed. Corrales Zumbado, C.; Dorta Luis, J. Et Al. Madrid: Arco Libros, p. 113-145.

TRUJILLO, R. 1988. Aspectos Generales. BELLO, Andrés. *Gramática de la lengua castellana destinada al uso de los americanos*. Madrid: Arco libros, p.7 - 145.

O TRATAMENTO DO METATERMO VOZ EM GRAMÁTICAS PORTUGUESAS DO SÉCULO XIX⁷⁹

Julia de Crudis Rodrigues
(CEDOCH, Universidade de São Paulo)

RESUMO: O estudo da tradição gramatical portuguesa nos revela que, apesar de sua aparente estabilidade terminológica e conceptual ao longo dos séculos, é possível verificar mudanças significativas no modo de descrição e organização do sistema linguístico português. Buscamos, nesse artigo, expor as mudanças ocorridas a partir da análise de voz, metatermo chave dessa tradição no que diz respeito ao tratamento da fonética, da fonologia e da ortografia presente nas gramáticas do português. A partir desse estudo pudemos notar que um metatermo que se mostrava polissêmico no início da tradição gramatical portuguesa foi se especificando ao longo dos séculos para, finalmente, perder seu viés mais especializado e metalinguístico e passar a ser utilizado simplesmente como um termo da linguagem corrente.

ABSTRACT: The study of grammatical portuguese tradition reveals that, despite its apparent terminological and conceptual stability over the centuries, it is possible to notice significant changes in the description and organization of the Portuguese language system. In this article, we intended to show the changes occurred from the analysis of voice, fundamental metatherm for this tradition with regard to the treatment of phonetics, phonology and spelling found in Portuguese grammars. From this study, we found that a metatherm that we considered polysemous at the beginning of the Portuguese grammatical tradition, had been specified itself through the centuries to, finally, lose its most specialized and metalinguistic characteristic and turned to be used simply as a term in everyday speech.

1. INTRODUÇÃO

A partir da análise da metalinguagem utilizada por autores de gramáticas portuguesas para tratar da fonética, da fonologia e da ortografia da língua, temos buscado estabelecer o quanto as concepções características de um século marcado pelo cientificismo, como foi o século XIX, preservam ou subvertem das concepções tradicionais na gramaticografia do português, tomando como base

⁷⁹ Este artigo faz da dissertação de mestrado, intitulada *Fonética e Fonologia em gramáticas portuguesas do século XIX: terminologia, técnicas e contextos para a descrição*, orientada pela Profa. Dra. Olga Ferreira Coelho Sansone, defendida em setembro de 2015 na Universidade de São Paulo. Dissertação esta que foi desenvolvida como projeto individual relacionado ao projeto coletivo desenvolvido no CEDOCH *Documenta Grammaticae et Historiae*, coordenado pela Profa. Dra. Cristina Altman e pela Profa. Dra. Olga Coelho.

de comparação o século XVI. Os gramáticos quinhentistas foram os primeiros a sistematizar a língua portuguesa o que conferiu a esse período uma necessidade de detalhar os sons da língua, que até então não haviam sido descritos, por isso as sessões dedicadas a aspectos ortográficos, fonéticos e fonológicos receberam certo destaque na organização das obras. Na mesma medida, os estudos do significante linguístico viriam a se tornar, aos poucos, no século XIX, um dos principais focos de interesse dos estudos da linguagem. De fato, em um estudo preliminar da tradição das gramáticas portuguesas, pudemos notar que o tratamento das letras e dos sons do português, depois das sistematizações iniciais, embora sempre estivessem presentes, perderam um pouco de força em gramáticas lusitanas dos séculos XVII e XVIII (Roboredo 1619 e Bento Pereira 1672 do século XVII e Argote 1721, Reis Lobato 1770 e Bacelar 1783 do século XVIII), para serem retomados pelos estudiosos da língua portuguesa do século XIX, momento em que se buscava um viés científico para os estudos linguísticos, o que resultou em uma tentativa, por exemplo, de incorporar um “tom” mais técnico à metalinguagem descritora, como será mostrado mais adiante.

2. MATERIAL

Como dissemos anteriormente, o *corpus* da nossa pesquisa é composto por gramáticas portuguesas dos séculos XVI e XIX. São elas:

A) *Grammatica da lingoagem portuguesa*, Lisboa, Casa de Germão Galharde, 1536, de Fernão de Oliveira (1507 – 1580?) . É possível afirmar, de acordo com Buescu (1984, 1975), e também a partir das próprias palavras de Oliveira (1536), que sua obra não seria propriamente a primeira gramática portuguesa, mas sim um primeiro estudo da língua, uma vez que ela não apresenta a estrutura típica de uma gramática que, embora ainda não plenamente fixada, a tradição apresenta⁸⁰. A obra de Oliveira (1536), conta com 75

⁸⁰ Uma gramática, segundo Auroux (1992), deve conter, pelo menos, uma categorização das unidades linguísticas, exemplos e regras. Sua estrutura, relativamente estável, tem sido composta por: ortografia/fonética, partes do discurso, morfologia, sintaxe e figuras de construção. O autor acrescenta, ainda, que os exemplos têm um papel decisivo para a constituição de uma gramática, pois, de

páginas e apresenta 50 capítulos não nomeados. Os cinco primeiros, que vão até a página 9 são utilizados pelo autor para fazer um resumo da história portuguesa, seus reis, seus reinos etc. Os próximos 24 capítulos, do 6^o ao 29^a, são dedicados às ‘letras’, mais especificamente à fonética e à ortografia; do capítulo 30 ao 42, o autor discorre sobre a lexicologia, os próximos seis capítulos, de 43 a 48, são dedicados à morfologia, enquanto o capítulo 49 fala sobre a construção (a sintaxe). O capítulo 50 é utilizado pelo autor para justificar possíveis erros em sua gramática.

B) *Grammatica da lingua portuguesa*. Olyssippone Typographum, Lisboa, 1540, de João de Barros (1496? – 1570?). A gramática portuguesa, segundo Barros (1540), contém as mesmas partes que a gramática latina. Divide-a, desse modo, em Etimologia⁸¹, que trata da dição; Ortografia, que trata, principalmente, da letra; Prosódia, que trata da sílaba; e Sintaxe, que trata da construção (Barros 1540: 2v). Diferentemente de Oliveira (1536), a gramática de João de Barros parece enquadrar-se no modelo proposto por Auroux (1992), uma vez que trata de todas as partes referidas pelo autor, utilizando-se, para isso, de classificações das unidades, exemplos e regras. Barros pretendeu elaborar uma gramática do tipo preceitiva, utilizando, para tanto, os termos da tradição de Gramática Latina “*cujos filhos nós somos, por não degenerar dela*” (Barros 1540: 2v). O gramático acrescenta, ainda, que a utilização de tais termos se deva, além de ao fato de o latim ser a língua que deu origem ao português, à necessidade de uma metalinguagem para a construção de sua obra.

C) *Ortografia da Língua Portuguesa*, por João de Barreira: Lisboa, 1576, de Nunes de Leão. A ortografia de Leão é dividida em 14 capítulos não numerados, são eles: 1) “Da definição da ortografia e da voz”, em que o autor explica que “*A ortografia é a ciência de bem escrever qualquer linguagem: porque por ela sabemos com que letras*

um lado, eles são o núcleo da língua normatizada e, de outro, testemunham sempre uma realidade linguística – eles podem tanto disfarçar a ausência de regras explícitas como ser usados contra as regras a que foram relacionados, servindo, nesse caso, para explicar outras.

⁸¹ O metatermo etimologia, segundo Auroux (1992), é utilizado para designar morfologia, este emprego do metatermo, segundo o autor, cairia em desuso apenas no século XVIII.

se hão-de escrever as palavras” (Leão 1576: 49). Leão afirma, ainda, que as palavras são o *sujeito dessa arte*, a gramática, e que são compostas de letras, que, por sua vez, são compostas por vozes; 2) “Das letras e de sua divisão e natureza”. Para Leão letra é voz simples que deve ser representada graficamente por apenas uma figura. E, fazendo uma análise etimológica do metatermo, o autor conclui que letra é aquela que *abre caminho ao que se lê*; 3) “Da letra A e das outras”, capítulo em que Nunes de Leão faz uma descrição acústica articulatória de cada uma das letras do alfabeto; 4) “Da afinidade que algũas letras tem entre si e como se convertem ãas em outras”, após discorrer sobre as particularidades isoladas de cada letra, o autor passa a falar das semelhanças existentes entre algumas delas; 5) “Dos ditongos da língua portuguesa”. Ditongo é o ajuntamento de duas vogais e toda língua tem os seus próprios. Há línguas que possuem tritongos – ajuntamento de três vogais. 6) “Das sílabas e dicções”; 7) “Das letras em que as sílabas podem acabar no meio das dicções”. Neste capítulo o autor explicita as letras que podem finalizar as sílabas, as que não podem e algumas exceções. 8) “Das letras em que podem acabar as dicções da língua portuguesa”; 9) “Da divisão das dicções e como se devem separar as sílabas”; 10) “Das letras que se podem ajuntar a outras na composição das sílabas”, neste capítulo o autor descreve com qual consoante cada consoante pode se juntar para formar sílabas; 11) “Das letras que se dobram nas dicções”; 12) “Das dicções que dobram as letras”; 13) “Das letras que se aspiram”; 14) “Regras gerais da ortografia portuguesa”.

D) *Gramática Filosófica da Linguagem Portuguêsa. Composta e oferecida a el rei nosso senhôr*. Lisboa: Imprensa Régia, 1818, de João Crisóstomo do Couto e Melo (1775-1838).

A gramática de Couto e Melo (1818), oferecida ao Rei D. João VI, é, segundo o próprio autor, fruto de seu estudo sobre a linguagem utilizada por importantes nomes da literatura portuguesa. A obra compõe-se de um prefácio; da *“introdução à gramática filosófica portuguêsã ou arte de pensar”*, onde Couto e Melo introduz o conceito de *ideia* e o relaciona com os sentidos humanos, tais como a visão, a audição, o tato etc: os sentidos seriam os canais de nossas ideias, pois é a partir dele que criamos nossa percepção sobre todas as coisas. Essa percepção nos permite que tenhamos determinados *juízos*, e a relação entre dois ou mais *juízos* é o que forma o *raciocínio*. A

percepção, o juízo e o raciocínio são, para o autor, operações da alma humana, e a união dessas operações constitui o que Couto e Melo compreende por *entendimento*. A partir dessas noções, o autor começa a construir uma base para sua gramática: a nossa alma percebe um objeto independente (uma substância) e outros que com ele se relacionam e dele dependem, damos a eles o nome de *sujeito e atributo*.

Por tanto, quando formamos este juízo *Deos é justo*, isto é, quando percebemos a relação, que é entre a ideia de *Deos*, e a de justiça, temos já percebido estas duas ideias; cuja existência, e a da ligação delas, ou a sua *relação*, que chamamos *verbo*, formam, o juízo, e que delas fazemos: por isso, em todo juízo há sempre três ideias elementares, a saber: *substância, verbo, adjunto*; donde, no juízo proposto por exemplo, *Deos é substância ou sujeito, é verbo, e justo adjunto ou atributo*. (Couto e Melo 1818: 10)

Couto e Melo afirma ainda, em sua introdução, que a linguagem é o *sistema* ou *coleção* dos sinais convencionados das nossas *ideias, juízos e raciocínios*. O autor desenvolve ainda mais essas ideias, acrescentando a noção de argumentação, para concluir que essas operações são a base para a composição e compreensão de sua gramática. Couto e Melo divide sua obra em três partes: primeira é a “*ortoepia*”, capítulo em que o autor discorre sobre *som, voz, letra, articulação, tom, duração, pronúncia*. A segunda trata da “*etimologia*”, nela Couto e Melo fala das partes da oração. A terceira e última parte trata da “*Sintaxe*”, com reflexões sobre *concordância, regência, e figuras de diction*.

E) *Grammatica Philosophica da Lingua Portuguesa ou Princípios da Grammatica Geral Aplicados á Nossa Linguagem*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1822, de Jerônimo Soares Barbosa (1737 – 1816).

Na *introdução* de sua gramática, Soares Barbosa fala sobre alguns sistemas de escrita, como o da *pintura*, o dos *Hieroglyphicos*, a escrita *Symbolica* e a escrita *litteral*. Ainda na *introdução*, o autor explica que gramática é “*arte, que ensina a pronunciar, escrever, e falar correctamente qualquer Lingua*.” (Barbosa 1822: VIII) e afirma que ela é sempre dividida em duas partes, uma *mechanica*, que leva em conta a palavra enquanto seu aspecto físico e sonoro (nesta parte entram a *ortoépia* e a *ortografia*), e a *logica*, que leva em conta as palavras com relação ao seu aspecto psicológico, como

representação de ideias (nesta parte entram a *etimologia* e a *sintaxe*). Após a introdução, Soares Brbosa divide sua gramática em quatro partes:

Orthoepia, que ensina a distinguir, e a conhecer os sons articulados, proprios da Lingua, para bem os pronunciar; A *Orthographia*, que ensina os signaes Litteraes, adoptados pelo uso, para bem os representar; A *Etymologia*, que ensina as especies de palavras, que entrão na composição de qualquer Oração, e analogia de suas variações e propriedades geraes; É a *Syntaxe* finalmente, que ensina a coordenar estas palavras e dispol-as no discurso de modo, que fação hum sentido, ao mesmo tempo distincto, e ligado: quatro partes da Grammatica Portugueza, que farão a materia dos quatro Livros desta obra. (Barbosa 1822: 1)

F) *Grammatica Analytica da Lingua Portugueza, offerecida á mocidade estudiosa de Portugal e do Brasil*. Paris: Officina Typographica de Casimir, 1831, de Francisco Solano Constâncio (1777 - 1846).

No *proêmio* da obra, gramática é definida como a “*colleção de preceitos para fallar, escrever e ler huma lingua correctamente, isto he, conformando-se ao que o uso dos doutos tem estabelecido*” (Constâncio 1831: 2). O autor acrescenta que todas as línguas têm os mesmos elementos e que a diferença existente entre elas é a maneira de aplicação desses termos. A gramática de Constâncio é dividida em cinco partes: a primeira trata das letras e dos sons do português, a segunda e a terceira discorrem sobre as partes da oração, a quarta parte trata da sintaxe e das *figuras de dição*, e a quinta parte leva em consideração o que o autor entende por prosódia e ortografia da língua portuguesa.

G) *Grammatica Nacional*. Lisboa: Typographica Franco-Portugueza, 1864, de Francisco Júlio Caldas Aulete (1823 - 1878).

Logo na *introdução* da *Grammatica Nacional* de Aulete há definições sobre os sons e as vozes da língua portuguesa. Também na *introdução*, o autor explica o que são cada um dos seguintes sinais ortográficos: apóstrofe, cedilha, traço de união, trema, til, acentos (agudo, circunflexo e breve). Aulete já adianta, também nesta seção, que todas as palavras que existem são divididas nos seguintes grupos: substantivo, adjetivo, verbo, advérbio, preposição, conjunção e interjeição. A primeira das três partes que dividem a gramática de Aulete é “*do conhecimento e classificação das palavras*”.

Nessa seção o autor trata de cada uma das partes da oração mencionadas acima. A segunda trata “*Da Orthographia*” do português. Cabendo, então, à última parte, discorrer sobre a “*Syntaxe*” da nossa língua. Durante toda a gramática o autor propõe exercícios para aplicação das regras que prescreve em sua obra.

H) *Noções elementares de grammatica portugueza*. Porto: Lemos e Cia Editores, 1891, de Francisco Adolpho Coelho (1847 – 1919).

A introdução de três páginas busca evidenciar a importância dessa gramática, afirmando que não repete o que gramáticos anteriores já disseram, mas busca acrescentar algumas ideias e propor novas reflexões a respeito de outras sobre os fatos da língua. Logo após a introdução, há uma seção nomeada “preliminares”, em que Coelho trata dos tipos de *proposições* ou *orações* e introduz o que seriam as partes da oração. Em seguida, há o que o autor chama de “*primeira parte*”, que é dedicada *aos sons e às letras*. A *segunda parte* trata da *formação das palavras*, explicando processos de *derivação* e *composição*. Também na segunda parte Coelho retoma as partes da oração falando minuciosamente de cada uma delas. A *terceira parte* é dedicada à *maneira de formação das proposições*. Há, ainda, um apêndice que explicita os *varios sinais empregados na escrita*, tais como *ponto final*, *vírgula*, *ponto de interrogação*, *travessão* etc. Por fim, há uma seção denominada *conclusão* em que o autor afirma ser a gramática “*o conjunto de sons, d’elementos de formação de palavras e processos de sua combinação, e processos de proposições d’essa lingua*” (Coelho 1891: 126). Essa gramática deve contar com três partes: a *phonologia*, a *morfologia* e a *syntaxe*, respectivamente partes um, dois e três de sua obra.

3. METODOLOGIA

O trabalho que trata da metalinguagem, na qual se insere a terminologia, de acordo com Swiggers (2010), lida com uma complexidade teórica e metodológica que decorre de algumas razões, tais como 1) o fato de a metalinguagem em questão ter de ser descrita através de uma meta-metalinguagem, que pressupõe, ainda, uma ou algumas meta-meta-metalinguagens. 2) esse tipo de trabalho se dá no campo de uma ciência humana, a dos estudos da linguagem, que é caracterizada por uma certa *indefinição material* (por exemplo,

o que é língua, linguagem, quais são seus níveis e unidades?) que, por isso, abre espaço para múltiplas *latitudes interpretativas*; e 3) especificamente, o estudo da terminologia de descrição exige, muitas vezes, um compartilhamento de metatermos (por exemplo, alguma espécie de ‘tradução’ para o leitor atual); mas as tentativas de compartilhamento, se não forem bem conduzidas, podem, por exemplo, criar deturpações quanto ao sentido ou o modo de uso do metatermo. Assim, é preciso que se tenha consciência dos tipos de transposição que se faz da metalinguagem de um campo para outro, de uma época a outra, de um contexto a outro. Com efeito, como assinalam outros autores, como Koerner (1996), o tratamento da metalinguagem exigirá que o historiógrafo siga uma série de princípios com vistas a evitar o anacronismo.

Para controlar esses três complexos aspectos, Swiggers (2010) propõe que, ao se analisar a metalinguagem, em geral, e a terminologia, especificamente, de uma obra, um autor, uma escola, uma época, é preciso levar em conta alguns critérios, que ele denomina *parâmetros classêmicos*. Swiggers (2010) enumera sete parâmetros, que são os seguintes:

1. O conteúdo dos metatermos. Segundo esse parâmetro, a análise deve considerar tanto o *conteúdo focal*, ou seja, a relação entre o metatermo em si (como significante) e o que ele significa, quanto o *conteúdo contrastivo*, ou seja, a *rede de conteúdos* dentro da qual o metatermo assume seu conteúdo dinâmico ou relacional. Como, por exemplo, se tomarmos o metatermo *Ditongo* em Soares Barbosa (1822), encontraremos a seguinte definição: “*Diphthongo quer dizer hum som feito de dois, isto he, duas vozes unidas em hum som*”. Se o leitor não souber o que é *som* e o que é *voz* para o autor não será possível compreender o significado de *ditongo*. Assim, para que haja uma compreensão completa do texto a ser estudado, é fundamental notar que os metatermos de uma obra não estão isolados, mas têm uma relação de dependência uns com os outros.

2. A incidência dos metatermos. Neste caso, a análise ocupa-se do que podemos chamar de *atualização* de um termo, que é a aplicação que deles é feita com relação a um nível de descrição ou de teorização. Trata-se, por exemplo, dos dados de língua aos quais se aplica o metatermo. Vimos, antes, que, por exemplo, Soares Barbosa

(1822) utiliza os metatermos [*consonancia*] *líquida e corrente* para se referir aos segmentos S, L e R.

3. A marca “heurística” dos metatermos. Trata-se da ligação de um metatermo com o procedimento/manipulação que sustenta seu emprego. A marca heurística não somente permite compreender o sentido em uso de um metatermo, mas também permite, em retrospectiva, diferenciar conteúdos divergentes de um mesmo metatermo. Note-se, por exemplo, as definições do metatermo “etimologia” de Reis Lobato (1770) e de Couto e Melo (1818):

A Etymologia he a parte da Grammatica, que enfina as diverfas especies de palavras, que entrão na oração Portugueza, e as suas propriedades . (Lobato 1770: 2)

A parte da Gramática denominada Etimologia trata, assim como fica dito, da origem e derivação dos *vocábulos*, como expressões d’ideias; por isso, convém sabêr a origem de câda vocábulo, para se-conhecêr a fôrça da sua significação. (Couto e Melo 1818: 19)

4. A marca teórica dos metatermos: o pressuposto aqui é que a significação das terminologias é “*controlada*” pela referência global do modelo no qual elas se inserem. Observe o seguinte trecho de Couto e Melo (1818):

66. *Pronunção declamando* é a ação de dizer em voz alta algum discurso com o tom e duração competente, e acompanhando a voz do gesto e ação.

67. *Pronunção lendo* é a ação de dizêr em voz mênos alta, que a *pronunção declamando*, algum discurso com o tom e duração competente, sem acompanhar a voz do gesto nem d’ação: deve porém atendêr-se, que a voz sêija naturalmente expedida com tom doce e agradável acompanhada do ar polido e delicado, que os antigos chamavam *urbanidade*; e pelo qual se distinguem mui facilmente os *Provincianos* dos *Cortesãos*.

68. *Pronunção conversando* é a ação de dizêr em voz menos alta, que na *pronunção lendo*, qualquer discurso; fazendo menor firmêza nas sílabas longas, que aquela, que se-deve fazer na pronunção lendo: atendendo sempre a que não aja afetação nem acanhamento; e de nenhuma sorte a elevação e duração de som, gestos e acionados, que competem á *pronunção declamando e lendo*. (Couto e Melo 1818: 57-58)

O autor afirma que há três tipos de *pronunção*, e, pelo que podemos notar da descrição acima, existem regras extralinguísticas que orientam como e quantos devem ser esses tipos de pronunção. Trata-se de uma teoria mais geral de codificação

social. A visão geral de linguagem que anima essa distinção passa pela consideração das correlações entre língua e sociedade.

5. A marca disciplinar dos metatermos: trata-se das ligações que um metatermo (ou um conjunto de termos) apresenta com algum domínio disciplinar a partir do qual ele foi transferido para a linguística. Podemos usar como ilustração a passagem da obra de Couto e Melo (1818) em que ele se vale de metatermos que são produtivos em classificações das ciências biológicas - *classe, ordem, gênero e espécie* - para classificar e organizar os *sons* e as *letras*.

6. A marca macro-científica dos metatermos: trata-se da inserção de metatermos (gerais) da linguística no contexto geral das ciências; por exemplo, o metatermo *lei*, termo-chave da linguística (diacrônica) da segunda metade do século XIX, cujo conteúdo deve ser compreendido em função do contexto científico da época.

7. A marca cultural dos metatermos: no nível mais englobante, a terminologia da linguística veicula certos valores e pressuposições culturais (que podem, por sua vez, ser sustentados por dados linguísticos). Nesse nível, o exame da terminologia linguística desemboca em uma etnografia do discurso e da prática linguísticos.

Levaremos em conta para este texto, o primeiro desses parâmetros, que é o do *conteúdo dos metatermos*. De acordo com essa concepção, há, para cada metatermo, uma perspectiva focal, ou seja, uma perspectiva que toma o conteúdo “em si”, e uma perspectiva contrastiva, ou seja, que avalia a relação do conteúdo focal específico com outros conteúdos com os quais ele se relaciona. Assim, por hipótese, é possível chegar a uma *rede terminológica* mínima, que situa o metatermo na obra. Realizamos, por essa perspectiva, a análise do metatermo *voz* em cada uma das gramáticas apresentadas no item 2, e após estabelecidos os conteúdos focal e contrastivo tanto nas obras do século XVI quanto nas gramáticas do século XIX, realizamos uma comparação entre os dados a que chegamos em cada período.

4. ANÁLISE

4.1. O METATERMO *VOZ* PARA O SÉCULO XVI

Em pesquisa anterior (cf. Crudis 2011) pudemos notar que há alguns metatermos que são fundamentais para a compreensão de textos descritores da língua portuguesa do século XVI, uma vez que, além deles serem retomados e ressignificados através dos séculos, é a partir da noção desses metatermos que as ideias e reflexões sobre os sons do português são construídas. Desse modo, *letra, som, voz*, entre outros, podem ser considerados metatermos-chave da tradição gramatical portuguesa. Fizemos um levantamento exaustivo desses metatermos nas obras de Fernão de Oliveira (1536), João de Barros (1540) e Nunes de Leão (1576) (Crudis 2011), e observamos que *voz*, de um modo geral, era, no século XVI, utilizado para se referir a uma *unidade fônica*, assim como *figura* se referiria à escrita desses segmentos. *Voz* poderia ser, assim, a expressão sonora, seja considerando um único segmento fônico, seja considerando unidades com mais de um segmento (sílabas, palavras), como poderemos notar nos trechos que seguem.

Fernão de Oliveira, por exemplo, afirma que a *letra é figura de voz*, e que podem ser divididas em *vogais e consoantes*. Assim, *letra* seria a expressão gráfica da *voz* (expressão fônica). O trecho completo está transcrito abaixo:

LEtra e figura de voz estas dividimos em côfoantes τ vogaes. as vogaes tem em si voz: τ as confoantes não fe não junto cõ as vogaes. Como. a que he vogal: τ. b. que he côfoante: τ nam tê voz ao menos tão perfeyta como. a. vogal. ¶ As figuras destas letras chamão os Gregos caracteres: τ os latinos notas: τ nos lhe podemos chamar finaes. Os quaes hão de fer tantos como as pronunçiações a q os latinos chamão elementos: τ nos aspodemos interpretar fundamêtos das vozes τ efcritura. (Oliveira 1536: 10, grifo nosso)

Notamos também que *voz* não representa apenas a expressão fônica das letras, mas de segmentos maiores, que vão desde ditongos e sílabas até vocábulos, como se vê no exemplo:

Agora aqui não falamos das palauras fe não em qnto fão vozes: τ por tâto fo dizemos das cõdições da voz τ efcritura deffas palauras: as qes hão de ter ê fi ajütamêto de fyllabas affi como as fyllabas fe ajütão de letras. (Oliveira 1536: 39, grifo nosso)

Pelos exemplos a seguir, é possível notar que também para João de Barros (1540) e Nunes de Leão (1576) *voz* representa expressão fônica:

fyllaba, e hũa das quátro pártes da nóffa Grammática que corresponde á Profodia, que quer dizer acento e canto: **aqual fyllaba e aiütamêto de hũa uogal, cô hũa e duas e as uezes tres côfoantes, que iütamente fazê hũa fó uóz.** (Barros 1540: 6v-7r, grifo nosso)

E porque as palavras, que são o sujeito desta arte, constam de letras, e as letras de voz, começaremos da difinição dela. **E voz não é outra coisa, senão ãa percussão ou ferimento do ar que se pronuncia pela boca do animal, e se forma com artéria, língua e beiços.** E da voz há duas maneiras, ãa articulada, e outra inarticulada ou confusa. Articulada se chama a que sendo ouvida, se entende e escreve: a qual também chamam declarada e, inteligível. Confusa é a que não representa mais que um simples som, como um gemido. E da voz articulada, e que se pode entender, a mais pequena parte e indivídua, é letra. (Leão 1576 [1983]: 49, grifo nosso)

Enquanto Fernão de Oliveira e João de Barros utilizam o metatermo *voz* ao longo de suas gramáticas, Nunes de Leão o utiliza apenas no começo de sua ortografia, parecendo substituí-lo depois por *pronuniação*. Essa sinonímia reforça a compreensão que tivemos de que *voz* se refere às unidades do plano da expressão:

Além destas letras temos mais quatro em pronuniação, posto que não em figura, que são: *ç. ch. lh. nh.*, das quais usamos, acrescentando à primeira um sinal de diferença do *c* comum, e as outras, *h*, nota de aspiração, para suprir as **figuras** das ditas letras, de que carecemos. (Leão 1576 [1983]: 52, grifo nosso)

Embora normalmente o metatermo seja usado, no século XVI, para se referir à expressão sonora de algum segmento, há momentos desses textos que apresentam uma ambiguidade com relação ao seu so. Na passagem seguinte, por exemplo, *voz* parece ser tomado como sinônimo de *palavra*.

Eftas diz çifero no terçeiro liuro a feu irmão quinto. as velhas digo nos diz elle q guardão muito a antiguidade das linguas porq falão com menos gente: **acarão q quer dizer jũto ou a par: τ famicas que finifica por ventura: τ outras piores vozes ainda agora as ouuimos τ zõbamos δllas: mas não e muito de marauilhar diz marco varrão q as vozes êuelheção τ as velhas alghũa ora pareção mal porq tambem envelheçõ os homens cujas vozes ellas fãõ: τ ifto e verdad q a fremofa menenice de pois de velha não e pa ver: τ affi como os olhos fe ofendê vendo as figuras q a elles não contentão**

affi as orelhas nã confintê a mufica τ vozes fora de feu tempo τ coftume: τ muy poucas ão as coufas q durão por todas ou muytas idades em hũ estado quanto mais as falas q fempore fe conformão cõ os conceitos ou entenderes juyzos τ tratos dos homês (Oliveira 1536: 49-50, grifo nosso)

A partir dos exemplos exibidos acima, verificamos ser, de fato, essencial observar os metatermos sempre relacionando-os a outros metatermos, ou seja, nos atendo à análise do *conteúdo contrastivo dos termos*, de acordo com a metodologia de Swiggers. Sem a percepção do que seja *letra, som, vogal, consoante, palavra*, seria impossível traçar a noção de *voz* desses autores quinhentistas.

4.2 O METATERMO VOZ PARA O SÉCULO XIX.

Como já vimos anteriormente, não é possível analisar um metatermo dentro de uma obra sem relacioná-lo a outros metatermos. Desse modo, para se aproximar do que os autores compreendiam por *voz* é preciso considerar suas concepções a respeito de, pelo menos, *letra, consoante, vogal, e articulação*.

De um modo geral, para esses autores oitocentistas, a *letra* seria um sinal gráfico que pode ser dividido em *vogais* e *consoantes*.

Para Couto e Melo, Soares Barbosa e Aulete, *voz* é a expressão sonora das *vogais*. Esses autores classificam, no plano da escrita, as letras em vogais e consoantes. A diferença é que, enquanto Couto e Melo e Aulete classificam as letras, no plano sonoro, em vozes e articulações, Soares Barbosa as classifica em vozes e consonâncias, pois, apesar de concordar que as consoantes sejam articulações, afirma que as vogais também o sejam, e por isso prefere chamar as consoantes de consonâncias. A organização desses metatermos pode ser conferida no quadro abaixo:

	Plano escrito	Plano sonoro
Couto e Melo	Vogais	Vozes
	Consoantes	Articulações
Aulete	Vogais	Vozes
	Consoantes	Articulações
Soares Barbosa	Vogais	Vozes
	Consoantes	Consonâncias

Tabela 1

Em Couto e Melo encontramos as seguintes passagens:

Vóz é a inflessão do som causada pela diferente abertura da bôca e sem união dos beiços, nem da lingua, nem dos dentes, nem da garganta. [...] Daqui vem o dizer-se, que qualquer voz tem por característica a possibilidade de prolongar-se, d'elevantar-se e d'abaixarse quanto o permitir a respiração. (Couto e Melo 1818: 39, grifo nosso)

Articulação é a inflessão do som causada pela diferente união dos beiços, da lingua, dos dentes e da garganta. [...] Daqui vem o dizêr-se, que qualquer articulação **não** tem a possibilidade de prolongar-se d'elevantar-se d'abaixar-se como qualquer voz; por isso mésimo, que tira a sua essência da intercissão do som por alguma das partes mõeveis do organ da fala. (Couto e Melo 1818: 39-40, grifo nosso)

Percebemos que, para este autor, o crucial é a utilização ou não do aparelho fonador para que consigamos diferenciar as vogais das consoantes, ou as vozes das articulações. O que conta, para as vozes, é a respiração, uma vez que é ela quem determina seu tom e sua duração. Couto e Melo não demonstra o inventário completo dos sons do português, apenas dá alguns exemplos, quando fala nos tipos de vogais (que podem ser *orais* e *nasais*) e consoantes (que podem ser *labiais*, *guturais* ou *linguais*).

Caldas Aulete define voz como

Os sons simples que existem no nosso idioma; são: *á, â, é, ê, è, i, ó, ô, u*; exemplo: *pá, câmara, fé, rêde, li, pó, pouua, útil*. Estes sons denominam-se vozes. (Aulete, 1864: 03)

Os caracteres com que as vozes se representam por meio de escripta chamam-se *vogaes*; aquelles com que se figuram as *articulações* appellidam-se *consoantes*; uns e outros *letras*, e a collecção das letras denomina-se *alphabet*. [...] Ha vinte e cinco caracteres para figurar todas as vozes e articulações da lingua portugueza. (Aulete 1864: 4)

Assim, consoante é o caractere que serve de figura (ou grafema) para as articulações e *vogal* é o *caractere* que serve de figura (grafema) para as vozes. Tanto as vozes quanto as articulações têm um nome, um modo de representação gráfica e um valor, que seria o conjunto das manifestações sonoras possíveis desses elementos. Aulete expõe o seguinte quadro das consoantes do português (cf. Aulete 1864: 04):

Caracteres	Valor	Nome vulgar
A a	á à	á
B b	bè.....	bè
C c	qè sè.....	cè
D d	dè.....	dè
E e	é ê è i.....	é
F f	fè.....	éffe
G g	guè Ge.....	Ge
H h	agha
I i	i.....	i
J j	jê.....	ji
K k	qè.....	cá
L l	le.....	elle
M m	mê ¹	eme
N n	nè.....	éne
O o	ó, ô, u.....	ó
P p	pè.....	pê
Q q	qê.....	qê
R r	rè rrè.....	erre
S s	sè xè zè.....	esse
T t	tè.....	tê
U u	u.....	u
V v	vè.....	vê
X x	xò csè zè sè.....	chis
Y y ²	i.....	i grego
Z z	zè xè.....	zê

Para o gramático Soares Barbosa (1822: 02-03), as *vozes* seriam

as diferentes articulações e modificações, que o som confuso, formado na glottis, recebe na sua passagem, das diferentes aberturas, e situações immoveis do canal da bocca. Este canal bem como hum tubo ou corda, póde ser tocado em diferentes pontos e aberturas desde sua extremidade interior até á exterior; e daqui a multidão e variedade de vozes nas Linguas das Nações. As Letras, que na Escripura as figurão, chamão-se vogaes. (Barbosa 1822: 2-3)

Como vimos anteriormente, a diferença entre Soares Barbosa e os outros dois autores, é que ele considera as vozes também como articulações, que seria o movimento dos lábios, com a abertura e o fechamento da boca. Soares Barbosa afirma que a língua portuguesa conta com 20 vozes, apresentando o quadro abaixo:

CORDA VOCAL PORTUGUEZA					
ORAL PURA			ORAL NASAL		
Figura	Nome	Valor	Figura	Nome	Valor
1. A', aa	Grande Aberto	Ma's, nome.	1. Â, am, an	A til claro	Lã
2. A, a	Pequeno.	Mas, conj.	2. Ã.	A til surdo	Lama
3. E', ee	Grande Aberto	Sê, verbo	3. Ê, em, en	E til claro	Sêpre
4. Ê, e	Granje Fechado	Sê, verbo	4. Ë	E til surdo	Senha
5. E, e	Pequeno	Se, conj.			
6. E I	Abbiguo, ou Surd.	Cea'r Cia'r			
7. I, i	Commum.	Vi'cio.	5. Î, im, in	I til claro	Sim
8. O', óo	Grande Aberto	Avó, femin.	6. Õ, om, on	O til claro	Som
9. Ô, ou	Grande fechado	Avô, masc.	7. Ö	O til surdo	So
10. O, o	Pequeno	O, artigo			
11. O U	Ambiguo, ou surd	Soa'r Sua'r			
12. U, u	Commum.	Tumulo.	8. Û, um, un	U til claro	U

São então 12 vozes orais, e 8 vozes nasais. Assim como em Aulete, todas as vozes apresentam uma ou mais figuras (caractere no caso de Aulete), que é o grafema que a representa na escrita; um nome, que é como as chamamos; e um ou mais valores, que são as manifestações sonoras de cada voz.

Dos cinco autores do século XIX que temos estudado, Couto e Melo (1818), Aulete (1864) e Soares Barbosa (1822) são os que mais se aproximam entre si no que diz respeito à concepção de voz.

A gramática de Constâncio (1831) traz uma concepção diferente do que seria voz. Embora não haja uma definição para o metatermo, o autor o utiliza ora para se referir à voz humana, ora para se referir à palavra ou ao vocábulo, como podemos conferir nas citações seguintes:

Os grammaticos tem multiplicado as classificações dos sons elementares das linguas e das letras que os representão. Ignorando o verdadeiro mecanismo da voz humana, que ainda hoje não está bem conhecido, fizerão divisões mais ou menos inexactas, humas fundadas nos orgãos vocaes que contribuem a formar os sons, outras na propriedade que cada som tem de se ligar mais ou menos facilmente a outros. (Constâncio 1831:12-13, grifo nosso)

Alem do que, hum grande numero de vozes gregas se achão introduzidas na litteratura de todas as linguas modernas, como *acephalo*, *philanthropia*, *anthropophago*, e todos os nomes de figuras de rhetorica. (Constâncio 1831: 272)

3º As vozes gregas ou latinas que tem as duas ultimas syllabas breves, v. g. *geometra*, *perfidio*, *avidio*, *esqualido*, *timido* e muitas outras. (Constâncio 1831: 252)

O primeiro trecho é um exemplo da utilização de voz para se referir à voz humana, e o segundo um exemplo de como o autor utiliza-se do termo enquanto palavra. Observando-se os trechos que seguem, é possível notar, entretanto, que Constâncio, apesar de conceber *voz* de um modo diferente dos outros três autores que vimos, tal como eles, também considera que a expressão sonora das vogais não se utiliza de língua, dente e lábio para se realizar. Além disso, o autor nota o fato de as vogais se diferenciarem entre si devido à abertura da boca e enfatiza também a importância da respiração para sua concretização:

Chamão-se vogaes as letras *a, e, i, o, u, y*, porque representam sons proferidos por hum impulso da voz, sem o concurso da acção da lingua, dos beiços ou dos dentes. (Constâncio 1831: 05)

O character das vogaes he serem susceptiveis de se prolongarem, e de se poderem modular ou cantar, propriedades que resultão de serem sons produzidos pela diversa abertura da boca, e força da emissão do ar expirado. (Constâncio 1831: 13)

O gramático compartilha também da noção de consoante enquanto *articulação*:

Dos sons consoantes, ou, como outros melhor lhe chamão, *articulações* ou *sons articulados*, huns podem prolongar-se, outros não; mas nenhum se pode cantar ou modular. Esta he a verdadeira distincção entre as vogaes e as consoantes. (Constâncio 1831: 13)

As consoantes prolongáveis a que se refere o autor no trecho são as que chamamos hoje de fricativas.

A partir desses trechos podemos concluir que Constâncio utiliza o metatermo *som* para se referir à expressão sonora das vogais e consoantes: “o som vogal”, “o som consoante”.

O quadro das letras do português, segundo Constâncio, fica do seguinte modo (cf. Constâncio 1831: 05-06):

Figura	Nome.	Som.
A, a	á	á, ã, a surdo.
B, b	bê	b.
C, c	cê	K, antes de a, o, u; ç, antes de e, i, y
C, ç	cê cedilhado	ç, ss.
D, d	dê	d.
E, e	é	é, ê, ê, e surdo ou mudo
F, f	éfe	f.
G, g	gê	gue, antes de a, o, u; j, antes de e, i, y.
H, h	agá	não tem som proprio, ou he signal de aspiração apenas sensível.
I, i	i	i.
J, j	ji	j.
K, k	ká	k.
L, l	éle	l.
M, m	éme	m.
N, n	éne	n.
O, o	ó	ó, ô, õ, o surdo.
P, p	pê	p.
Q, q	Kê	k.
R, r	érre	r forte, brando.
S, s	ésse	ç, z, es.
T, t	tê	t.
U, u	u	u.
V, v	vê	v.
X, x	xis	ch, es, ss.
Z, z	zê	z.
Y, y	ipsilon	i.

Na gramática de Adolpho Coelho (1891) não encontramos o metatermo *voz* designando alguma unidade da língua, mas apenas em referência à voz humana:

Os sons pertencem á lingua fallada: são produzidos pelos movimentos dos nossos órgãos da voz; as letras e os signaes auxiliares pertencem á lingua escripta. Não devemos confundir os sons com as letras. Os sons e as letras que os representam dividem-se em VOGAES e CONSOANTES. (Coelho 1891: 23)

O autor estabelece a distinção entre aspectos gráficos e sonoros utilizando-se, para isso, dos metatermos *som* e *letra*. Classificando, então, esses sons e letras em vogais e consoantes.

O inventário das letras do português, para Coelho, está organizado no quadro seguinte:

som vogal	ex. vogal	som vogal nasal	ex. vogal nasal	som consoante	ex. som consoante
<i>a</i> aberto	<i>ha</i>	<i>ã</i>	<i>rã</i>	<i>k</i>	<i>kilo</i>
<i>a</i> fechado	<i>para</i>	<i>ẽ</i>	<i>vento</i>	<i>t</i>	<i>tu</i>
<i>a</i> guttural	<i>sal</i>	<i>ĩ</i>	<i>fim</i>	<i>p</i>	<i>pá</i>
<i>e</i> aberto	<i>sé</i>	<i>õ</i>	<i>som</i>	<i>g</i>	<i>gato</i>
<i>e</i> fechado	<i>sê</i>	<i>ũ</i>	<i>um</i>	<i>d</i>	<i>dó</i>
<i>e</i> surdo	<i>dedal</i>			<i>b</i>	<i>boi</i>
<i>i</i>	<i>li</i>			<i>m</i>	<i>mau</i>
<i>o</i> aberto	<i>só</i>			<i>n</i>	<i>nó</i>
<i>o</i> fechado	<i>avô</i>			<i>r</i>	<i>para</i>
<i>u</i>	<i>tu</i>			<i>rr</i>	<i>rato</i>
				<i>l</i>	<i>lá</i>
				<i>ũ (nh)</i>	<i>unha</i>
				<i>lh</i>	<i>velho</i>
				<i>s (ch)</i>	<i>chá</i>
				<i>s atenuado</i>	<i>este</i>
				<i>j</i>	<i>joio</i>
				<i>j atenuado</i>	<i>deste</i>
				<i>s</i>	<i>só</i>
				<i>z</i>	<i>zás</i>
				<i>f</i>	<i>fê</i>
				<i>v</i>	<i>vou</i>

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises desenvolvidas pelos autores, ao menos em relação à caracterização geral das unidades que seriam relevantes para o tratamento dos aspectos fonéticos e fonológicos da língua, são mais ou menos estáveis. Por exemplo, todos os autores dão um lugar privilegiado à distinção entre vogais e consoantes, e, com exceção de Couto e Melo (1818), à elaboração de inventários completos delas e à classificação dessas vogais e consoantes segundo certos critérios acústico-articulatórios. Também as formas de conceituar esses elementos guarda semelhanças. Assim, como vimos, para os autores

do século XVI, as vogais são as letras que podem ser pronunciadas sozinhas, sem ajuda de nenhuma outra letra e podem formar sílaba; as consoantes são as que precisam de uma vogal para poder ser pronunciadas e formar sílabas. O século XIX entende as vogais como equivalentes às vozes, definido-as como letras que não dependem de língua, dente ou lábios para sua realização, enquanto as consoantes ou articulações dependeriam desses elementos para serem produzidas.

Ao procurar reconstruir a rede de termos correlacionáveis a voz, vimos que todos os gramáticos o empregam em contextos de análise que pressupõem a consideração de uma dimensão acústico-articulatória e de uma outra dimensão, a dimensão gráfica, do plano da expressão da língua. Eles recorrem, para tanto, a outros metatermos, tais como letra, figura, valor, articulação, vogais, consoantes, que permitem delimitar melhor o que entendem por voz.

Até onde conseguimos chegar com relação à análise de voz, em seus aspectos focal e contrastivo, esse metatermo, inicialmente, é usado para referir toda e qualquer unidade do plano da expressão, mas, no século XIX, ele é preferencialmente usado com referência apenas às vogais e à voz humana. Há ainda o uso específico de *Constâncio*, que o emprega como aparente sinônimo do que entenderíamos como palavra. Quando chegamos em *Coelho*, o uso do metatermo está restrito à referência voz humana, como, aliás, tendemos a empregar o metatermo *voz*, no contexto dos estudos da fonética e fonologia, atualmente.

Parece, assim, que, se o metatermo voz tinha um papel central na rede de termos necessários para tratar das dimensões fônica e ortográfica da língua, ele é praticamente suprimido desse quadro de trabalho no século XIX (já que a referência que *Coelho* faz a voz está mais próxima do valor do termo na linguagem corrente do que de um valor mais especializado, estritamente metalinguístico, que ele parece ter tido antes). Dito de outro modo, esse metatermo que emerge polissêmico na tradição parece se perder quando nos aproximamos da virada do século XIX para o XX.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARGOTE, J. C. de. 1725. *Regras da lingua portugueza, espelho da lingua latina: ou disposiçaõ para facilitar o ensino da lingua latina pelas regras da portugueza*. Lisboa: Officina da Musica.
- AUROUX, Sylvain. 1992. *A Revolução Tecnológica da Gramatização*. Campinas: Editora da UNICAMP.
- BACELLAR, Bernardo de L. e M. 1783. *Grammatica Philosophica e Orthographia Racional da Lingua Portugueza*. Lisboa: Oficina de Simão Thaddeo Ferreira.
- BARBOSA, Jerônimo S. 1822. *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza ou Principios da Grammatica Geral Applicados à nossa Linguagem*. Lisboa: Typographia da Academia, 1822.
- BARROS, João. de. 1540. *Grammatica da lingua portuguesa*. Olyssipone: Lodouicum Rotorigiu[m].
- BUESCU, M. L. C. 1984. *Historiografia da Língua Portuguesa, século XVI*. Lisboa: Livraria Sá da Costa editora.
- BUESCU, M. L. C. 1975. *A gramática da Linguagem portuguesa de Fernão de Oliveira. Edição crítica*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- CALDAS AULETE, Francisco J. 1864. *Grammatica Nacional*. Lisboa: Tipografia da sociedade tipográfica franco-portuguesa.
- COELHO, F. Adolpho. 1891. *Nocoes elementares de grammatica portugueza*. Porto: Lemos & Cia Editores.
- CONSTANCIO, Francisco S. 1831. *Grammatica analytica da lingua portugueza, offerecida á mocidade estudiosa de Portugal e do Brasil*. Paris : Na Off. Typ. de Casimir.
- COUTO e MELO, João C. do. 1818. *Grammatica Philosophica da linguagem portugueza*. Lisboa: Impressão Régia.
- CRUDIS, Julia de. 2011. *Questões ortográficas nas primeiras obras descritoras da língua portuguesa: uma análise da metalinguagem em Fernão de Oliveira (1536), João de Barros (1540) e Nunes de Leão (1576)*. Relatório de Iniciação Científica. São Paulo: FFLCH.

CRUDIS, Julia de. 2015. *Fonética e Fonologia em gramáticas portuguesas do século XIX: terminologia, técnicas e contextos para a descrição*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

KOERNER, Konrad. 1996. "Questões que Persistem em Historiografia Linguística". In: *Revista da Anpoll*. nº02, p. 45-70.

LEÃO, Duarte N. de. 1576. *Ortografia da Língua Portuguesa*. Lisboa: João de Barreira.

LOBATO, Antonio J. dos R. 1770. *Arte da grammatica da lingua portugueza*. Lisboa: Regia Officina Typografica,

OLIVEIRA, Fernão. de. 1536. *Grammatica da lingoagem portuguesa*. Lisboa: Casa de Germão Galharde.

PEREIRA, Bento. 1672. *Ars Grammaticæ pro Lingua Lusitana addiscenda Latino Idiomate proponitur, in hoc libello, velut in quadam academiola divisa in quinque classes, instructas subselliis, recto ordine dispertitis, ut ab omnibus tum domesticis, tum exteris frequentari possint. Ac finem ponitur Orthographia, ars recte scribendi, ut sicut prior docet recte loqui, ita posterior doceat recte scribere linguam Lusitanam. In gratiam Italorum conjugationibus Lusitanis Italæ correspondent*. Ludguni: Sumptibus Laurentii Anisson.

SWIGGERS Pierre. 2010 (2011). *Le métalangage de la Linguistique: réflexions à propos de la terminologie et de la terminographie linguistiques*. São Paulo: Revista do Gel 7/2, p. 9-29.

A DESCRIÇÃO DOS CONECTORES NAS GRAMÁTICAS DE ROCHA LIMA E GLADSTONE CHAVES DE MELO⁸²

Luana Silva do Nascimento Cunha
(Universidade Federal Fluminense)

RESUMO: Com este trabalho, à luz dos pressupostos da Historiografia Linguística, pretendemos examinar a descrição das preposições na Gramática normativa da língua portuguesa (2005), de Rocha Lima, e na Gramática fundamental da língua portuguesa (2001), de Gladstone Chaves de Melo. A metodologia aplicada segue a linha de análise qualitativa dos dados retirados dos corpora. Os passos foram os seguintes: leitura de textos teóricos, levantamento de hipótese, seleção de capítulos, descrição dos dados, análise e conclusões. Ao analisar os resultados, supomos que estes gramáticos descreveram as preposições da Língua Portuguesa, pautados em uma uniformidade teórica.

ABSTRACT: In this paper, according to Linguistic Historiography main principles, we intend to examine the description of the preposition in Gramática normativa da língua portuguesa (2005), by Rocha Lima, and Gramática fundamental da língua portuguesa (2001), by Gladstone Chaves de Melo. Its methodology is based on the qualitative analysis of corpora data. The research followed the following steps: reading theoretical texts, posing a hypothesis, chapter selection, data description, analysis and conclusions. The research results lead us to suppose that these grammarians described the prepositions in Portuguese according to a theoretical uniformity.

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa teve como proposta examinar brevemente as descrições dos conectores em duas gramáticas do século XX, de tal sorte que se contribua para construir um perfil das teses empregadas pela produção linguística brasileira do período em foco no tocante ao entendimento que se aplicava à classe dos conectivos, seus aspectos morfológicos e sintáticos, bem como seu emprego na estruturação do texto. O sistema de descrição e interpretação dos fatos linguísticos

⁸² Este artigo é parte de dissertação de mestrado intitulada "Descrição do conectivo em cinco gramáticas da NGB", orientada pelo Prof. Dr. Ricardo Stavola Cavaliere, defendida em 2015, na Universidade Federal Fluminense.

funda-se nas observações acerca da língua, construída por um sujeito enunciador cuja obra é digna de ser examinada para que se estabeleça o *corpus* e, assim, se possibilite a investigação historiográfica.

Desse modo, para o desenvolvimento do presente trabalho, elegeram-se as seguintes obras: *Gramática normativa da língua portuguesa* (2005), de Rocha Lima (1915 – 1991) e *Gramática fundamental da língua portuguesa* (2001), de Gladstone Chaves de Melo (1917 – 2001).

Dentre os conectores que poderiam ser pesquisados, elegeu-se, para o enfoque deste trabalho, o estudo dos fatos linguísticos a partir das preposições e locuções prepositivas. Examinaremos o modo como os autores descrevem essa classe, no *corpus* proposto, com a intenção de interpretar suas percepções não só no que diz respeito à materialidade linguística, como também ao universo extralinguístico.

Conforme se atesta nestas considerações iniciais, buscou-se observar a concepção desses gramáticos em relação às preposições, bem como os pontos em comum e as divergências em suas definições. Pretende, ainda, a investigação verificar a atualidade dos estudos desses autores e a sua contribuição no desenvolvimento da ciência da língua.

A linha teórica adotada é a da Historiografia da Linguística, que tem como principais representantes Konrad Koener, Pierre Swiggers e Sylvain Auroux. No Brasil, o estudo historiográfico é desenvolvido por Cristina Altman, Ricardo Cavaliere, Jarbas Vargas Nascimento, Neusa Bastos, Olga Coelho dentre outros historiógrafos.

A Historiografia da Linguística (HL) abrange a descrição e a explicação de maneira interdisciplinar de como o conhecimento linguístico foi obtido e executado. Assim, a HL considera além da ciência da linguagem, a história dos contextos, a filosofia, a sociologia e outros fatores pertinentes à pesquisa.

Construir-se-á a análise em termos comparativos, com vistas a revelar algumas diferenças existentes entre as descrições. Entre os escopos do trabalho está, ao cotejar esses objetos de estudo, o de tornar mais evidentes as características das obras estudadas.

O resultado do trabalho apresentará a descrição das preposições baseada em princípios, uma vez que se investigará quais são os pressupostos para sua sistematização, descrição e análise como objeto de estudo.

Considera-se interessante a elaboração da presente pesquisa, uma vez que o estudo das preposições poderá proporcionar ao pesquisador de Língua Portuguesa um delineamento inicial dessa classe gramatical na perspectiva de dois notáveis gramáticos do século passado. Conhecer o tratamento que esses autores deram às preposições é essencial para que se entenda a construção do conhecimento linguístico.

2. SOBRE A HISTORIOGRAFIA DA LINGUÍSTICA

2.1 A Historiografia da Linguística e o papel do historiógrafo

Na descrição de um objeto, o tópico fundamental é o ponto por onde se inicia a pesquisa, pois os processos de análise serão conduzidos por esse critério. A Historiografia da Linguística caracteriza-se por fazer uma reflexão dos fatos da língua de maneira interdisciplinar. Segundo Swiggers (2010:2):

A historiografia Linguística é o estudo interdisciplinar do curso evolutivo do conhecimento linguístico; ela engloba a descrição e a explicação, em termos de fatores intradisciplinares e extradisciplinares (cujo impacto pode ser 'positivo', i.e. estimulante, ou 'negativo', i.e. inibidores ou desestimulantes), de acordo com o conhecimento linguístico, ou mais genericamente, o *know-how* linguístico foi obtido e implementado.

Nessa perspectiva, a Historiografia da Linguística, ou Historiografia Linguística⁸³ tem caráter indisciplinar e consiste na investigação da construção e difusão do pensamento linguístico, em diferentes recortes temporais.

De acordo com Koerner (1995), o historiador da linguística tem de gozar de duas habilidades: a linguística e história, que devem ser aliadas à filosofia e à história das ciências.

⁸³ A pesquisadora Cristina Altman (2001, 2009) e o linguista Konrad Koener (1995) tecem importantes considerações a respeito de tal discussão. Swiggers (2009) também julga as duas terminologias equivalentes.

Cabe destacar que o historiógrafo da Linguística, primeiramente, deve ser um linguista, uma vez que apenas um estudioso da linguagem humana poderá desempenhar de forma apropriada análises de pesquisas ligadas à faculdade da língua. Contudo, faz-se necessário que o historiógrafo, além de linguista, seja um pesquisador dos acontecimentos históricos. Alicerçado nessas bases intelectuais, o historiógrafo da linguística será capaz de analisar e interpretar os textos que vier a examinar.

Outra qualidade indispensável a esse profissional é a percepção. Ao investigar uma obra, deve-se considerar os influxos da corrente histórica. Ou seja, não se deve proceder uma análise de um texto escrito numa determinada época com os valores ou visão hodierna. Todavia, cabe ao historiógrafo da linguística levar em consideração os agentes que influenciaram na construção da obra estudada.

2.2. Princípios historiográficos

Ao realizar uma análise, Koerner (1995) propõe que sejam seguidos três princípios que cooperarão para que a garantir o caráter científico da pesquisa historiográfica. São eles: o princípio de contextualização, o princípio de imanência e o princípio de adequação teórica. Teceremos a seguir comentários iniciais a cerca desses princípios, os quais serão orientadores de nossa pesquisa.

O princípio de contextualização está ligado ao estado geral de opinião do ambiente social da época em que foi originado o documento. Desse modo, ao ser examinado, o material não pode ser privado de seu contexto histórico-cultural e dos influxos do período de sua produção.

O princípio de imanência relaciona-se ao levantamento de informações e à determinação de uma interpretação ampla do material, não só no que diz respeito às teorias linguísticas, mas também ao contexto histórico da época de publicação. Esse princípio *produz um efeito restaurador do passado e possibilita a compreensão do documento* (Nascimento 2005: 23). Adicionado ao princípio de contextualização, estabelece uma diretiva eficaz no processo de interpretação do documento.

O princípio de adequação está relacionado à compreensão do passado do documento a ser analisado e à interpretação das informações colhidas à luz das abordagens contemporâneas. Assim, esse princípio liga-se à *possibilidade de o historiógrafo da língua comparar os códigos com descrições verbais e reatualizar o documento* (Nascimento 2005: 23).

Esses princípios apresentados por Koerner constituem fundamentos metodológicos básicos da Historiografia da Linguística a serem seguidos no instante em que o historiógrafo estiver procedendo sua análise.

3. PREPOSIÇÃO: DEFINIÇÕES

3.1 A definição de Chaves de Melo

As preposições são componentes que têm a função de ligar unidades no texto, por isso, chamamo-las de conectivos. Segundo Melo (2001: 106), “como diz o nome, são os conectivos palavras que estabelecem ligações, palavras que concretizam, por assim dizer, as relações sintáticas. Ora, existem pelo menos dois tipos de relações sintáticas, a ‘coordenação’ e a ‘subordinação’”.

Há outras classes gramaticais que se ocupam da mesma função no texto, como conjunções, advérbios e pronomes. Os pronomes podem se referir a termos referentes ao passado ou a que ainda virão. Os advérbios, por sua vez, acompanham o verbo, o adjetivo ou outro advérbio, modificando-os. Em contrapartida, às preposições cabe a função de exclusivamente estabelecer vínculos. Ligam-se a substantivos, adjetivos, verbos ou advérbios para marcar as relações gramaticais representadas no texto.

Conforme Melo (2001: 106), “a preposição é a palavra que subordina elementos sintáticos não expressos por uma oração gramatical”. O autor explica que ao dizer *roupa de lã*, por exemplo, a preposição *de* subordina a palavra *lã* à *roupa*. Assim, “*lã* existe em função de *roupa*, para dar um esclarecimento a respeito de *roupa*”, (Melo 2001: 106).

O autor ainda assevera o quão sutil e casual é a diferença entre a preposição e a conjunção subordinativa. Na realidade, são dois conectivos da mesma natureza. Segundo Coutinho (1962: 316),

“poucas foram as conjunções que o português herdou do latim”. Visando a suprir tal lacuna, a Língua Portuguesa se utilizou de outras classes de palavras, especialmente as preposições e os advérbios.

Faz-se ainda, na obra pesquisada, a divisão entre preposições acidentais e essenciais. As preposições acidentais são adjetivos ou advérbios que são empregados com a utilidade de conectar unidades (Melo 2001: 107):

As preposições acidentais, ou melhor dito, *palavras preposicionadas*, são adjetivos e advérbios que também exercem a função ligadora subordinante. Exemplificam-se com *afora* (“Afora Joaquim, outros compareceram”), *conforme* (“Tudo saiu conforme seus desejos”).

O autor exemplifica sua definição apresentando uma série de construções compostas por preposições acidentais, conforme se atesta na tabela 1:

PREPOSIÇÃO ACIDENTAL	EXEMPLOS
afora	Afora Joaquim, os outros compareceram.
conforme	Tudo saiu conforme seus desejos.
consoante	Executamos tudo consoante o programa.
fora, mediante, menos	Todos, menos Rodrigo, aderiram à ideia.
salvante (exceto), salvo	Foram três os agressores, salvo erro.
segundo	Continuação do Santo Evangelho, segundo Mateus.
tirante	Tirante Benedito, os mais concordaram.
visto	Visto ser hoje feriado, continuaremos o trabalho amanhã.

(Melo 2001: 107) - Tabela 1

Dessarte, as preposições acidentais são vocábulos derivados de outra classe gramatical, que podem figurar como preposição e cuja estrutura mórfica pode ser compreendida numa determinada sincronia do sistema linguístico. Distinguem-se dessas as preposições essenciais, também denominadas preposições simples.

Não encontramos na *Gramática Fundamental da Língua Portuguesa* (2001) uma definição específica de preposição essencial. Da gramática tradicional recebemos a seguinte lição: denominam-se preposições essenciais os vocábulos que aparecem na língua unicamente como preposições.

A seguir, apresentamos na tabela 2, a lista de preposições essenciais que encontramos em sua obra:

PREPOSIÇÕES ESSENCIAIS	a, ante, após, até, com, contra, de, desde, <u>durante</u> , em, entre, <u>exceto</u> , para, <u>per</u> , perante, por, sem, sob, sobre, <u>trás</u> .
---------------------------	---

(Melo 2001: 107) – Tabela 2

No subcapítulo seguinte, será possível notar que todas as preposições citadas por Rocha Lima encontram-se na lista de Chaves Melo, não obstante haja quatro preposições na lista de Chaves de Melo que não constam na de Rocha Lima⁸⁴. Ressalte-se que nas obras consultadas, não havia a expressão *etc* ou outra equivalente. Assim, entendemos que foram citados todos os vocábulos que os autores consideravam como preposições.

3.2 A definição de Rocha Lima

Em sua *Gramática Normativa da Língua Portuguesa* (2005), Rocha Lima inicia o capítulo *Preposição* apresentando ao leitor o seguinte conceito: “preposições são palavras que subordinam um termo da frase a outro – o que vale dizer que tornam o segundo dependente do primeiro” (Rocha Lima 2005: 180). A descrição apresentada neste parágrafo é exemplificada pelos seguintes enunciados⁸⁵: *livro de Pedro, obediente a seus pais, moro em São Paulo*. Observa-se que as palavras destacadas são denominadas preposições porque ligam entre si dois termos da frase, que vêm respectivamente antes e depois delas.

Ao descrever *conceito de preposição*, o Rocha Lima emprega as seguintes nomenclaturas: *antecedente*, para referir-se ao termo que precede a preposição; e *consequente*, para referir-se ao termo posposto à preposição.

Moro	em	São Paulo
ANTECEDENTE 1º termo	PREP.	CONSEQUENTE 2º termo

⁸⁴ Estão sublinhadas no quadro *Preposições Acidentais* de Gladstone Chaves de Melo. indicar número do quadro.

⁸⁵ Rocha Lima retirou os exemplos da Gramática portuguesa, de Mário Pereira de Sousa Lima (2ª ed., 1945, p. 38-9)

(Rocha Lima 2005: 180) - Tabela 3

Ao observarmos a tabela 3, explicita-se, assim, a relação de sentido existente entre o primeiro e o segundo termo. Como se pode observar, há um termo regente, aquele que pede a preposição e há um termo regido, aquele sucede a preposição. Ressalte-se que o termo regente pode ser um verbo ou um nome, daí falamos em regência verbal e regência nominal.

Em seguida, discriminam-se as preposições em essenciais e acidentais. Na obra estudada, não há definição do que seriam as preposições essenciais, porém este princípio está nos compêndios de alguns autores: “há palavras que só aparecem na língua como preposições e, por isso, se dizem **preposições essenciais**” (Bechara 2010: 294)

A seguir, na tabela 4, apresentamos as preposições essenciais descritas na obra de Rocha Lima:

PREPOSIÇÕES ESSENCIAIS	<i>a, ante, até, após, com, contra, de, desde, em, entre, para, por, perante, sem, sob, sobre.</i>
-----------------------------------	--

(Rocha Lima 2005: 180) - Tabela 4

Designam-se preposições acidentais os vocábulos que, descaindo seu significado original, passaram a exercer a função de preposição. Em sua obra (1972, p. 181), Rocha Lima observa que “há outras palavras, de outras espécies, que podem figurar como preposições”. Em seguida, na tabela 5, apresentamos ao leitor uma lista desse tipo de vocábulos descritos pelo autor:

PREPOSIÇÕES ACIDENTAIS	<i>exceto, durante, consoante, mediante, fora, afora, segundo, tirante, senão visto.</i>
-----------------------------------	--

(Rocha Lima 2001: 181) - Tabela 5

4. AS LOCUÇÕES PREPOSITIVAS

Nas duas obras pesquisadas, encontramos definições muito semelhantes para locuções prepositivas: “são combinações de duas ou mais palavras, com valor de preposição. Tais locuções terminam sempre, aliás, por preposição”. (Melo 2001: 108); “são duas ou mais palavras que desempenham o papel de preposição. Nessas locuções, a última palavra é sempre preposição” (Rocha Lima 2005: 181).

Vale lembrar que os autores não fazem a distinção entre palavra e vocábulo⁸⁶.

Exibimos a seguir, na tabela 6, a lista de locuções prepositivas apresentadas por cada autor:

ROCHA LIMA	<i>ao lado de, antes de, além de, adiante de, a despeito de, acima de, abaixo de, depois de, em torno de, a par de, apesar de, através de, de acordo com, com respeito a, por causa de, quanto a, respeito a, junto a, em atenção a, graças a etc.</i>
MELO	<i>através de, antes de, longe de, perto de, depois de, além de, diante de, apesar de, a fim de, a respeito de, sem embargo de, em torno de, com respeito a, devido a, quanto a, graças a, em redor de, acerca de, por entre, por detrás de, por sobre, a modo de, em vez de etc.</i>

(Rocha Lima 2001: 181; Melo 2001: 108) - Tabela 6

Como se depreende da amostragem, as locuções prepositivas, evidentemente, exercem a mesma função das preposições: a de subordinar um termo a outro.

5. CONTRAÇÃO E COMBINAÇÃO

Melo emprega o termo *contração* quando da junção da preposição com outro vocábulo resulta perda fonética. Segundo o autor (2001:107), “algumas preposições se combinam com outros vocábulos, em geral o artigo, produzindo como efeito um vocábulo

⁸⁶ Segundo Mattoso, vocábulo é uma forma dependente, desprovida de significado. “Palavras são vocábulos providos de significação externa. A palavra é sempre uma forma livre, e pois um lexema na terminologia norte-americana” (Camara Junior 1977: 241 e 187)

só. Se dessa combinação originar perda de fonema para algum dos elementos, teremos uma *contração*”.

Quanto ao termo *combinação*, não encontramos uma definição explícita na obra pesquisada, todavia depreendemos que o autor considere que ocorra tal fenômeno quando a preposição, ligando-se a outro vocábulo, não sofre redução, o autor emprega o termo *combinação*. Ao discorrer sobre o assunto, o autor faz a seguinte afirmação (Melo 2001: 108): “A preposição a combina-se também com o artigo o(s), daí resultando a pronúncia deste artigo como semivogal e o aparecimento de um ditongo, grafado ao: *Dei um livro ao menino*.”.

Nos demais exemplos do capítulo preposições, ao exemplificar, o autor sempre usava a palavra *contração* (Melo 2001: 108): “da *contração* de em com o artigo o resultou finalmente *no*”; “a antiga preposição *per* (...) combina-se com o artigo, produzindo como resultado *pele* e flexões”. Note-se que em todas as vezes em que autor usou o termo *contração*, o exemplo apresentado sofria redução fonética.

Em contrapartida, na obra de Rocha Lima não é possível perceber com clareza essa distinção. Aliás, o autor nem mesmo emprega o termo *contração*. Ao apresentar exemplos, o autor emprega a palavra *combinação* até mesmo quando se refere a junções (de preposição a outro termo) que resultaram perda fonética (Melo 2005: 182): “*no* – combinação da antiga preposição *en* com a antiga forma do artigo definido *lo*, por assimilação do *l* ao *n* e queda do *e* inicial: en + lo – enlo – enno – (e)no – no.”

A diferença entre *combinação* e *contração* aparece na obra de alguns gramáticos, conforme a visão acadêmica de cada um. Tal distinção não foi descrita na NGB. Em seu *Dicionário de Linguística e Gramática*, Câmara Júnior não faz distinção entre esses dois termos (1977: 84): “CONTRAÇÕES – Nome dado à aglutinação (v.) de dois vocábulos gramaticais numa nova partícula que se torna um morfema composto. Também se usa o termo COMBINAÇÃO, que é menos expressivo.”.

A descrição de Rocha Lima assemelha-se à compreensão que Câmara Júnior apresenta. Por outro lado, a visão de Chaves de Melo se distancia do trecho citado.

Ainda no que diz respeito a esse tema, vale a pena salientar o destaque que Rocha Lima dá às combinações produzidas pelas conjunções *a* e *de*. A tabela 7 apresenta a lista encontrada na obra.

a + o= ao	de + o = do
a + os= aos	de + este = deste
a + à= à	de + esse = desse
a + as= às	de + isto = disto
a + aquele= àqueles	de + aquele = daquele etc.
a+ aqueles= àqueles	
a+ aquelas= àquelas	
a + aquilo = àquilo etc	

Tabela 7

Dessa maneira, o autor exemplifica que tipos de combinações pode haver quando as preposições *a* e *de* se ligam ao artigo definido e a alguns pronomes.

Melo também discorre a esse respeito, apresentando alguns exemplos dessas contrações em seu texto. Sobre a preposição *a* ligada a artigo ou pronome, o gramático observa que na pronúncia portuguesa, há uma abertura maior de timbre, em relação à pronúncia brasileira.

6. O VALOR DAS PREPOSIÇÕES

Nas duas obras pesquisadas, ambos os autores iniciam um novo capítulo no livro para tratar sobre o valor das preposições. À semelhança da *Gramática Normativa da Língua Portuguesa* (2005), de Rocha Lima, a *Gramática Fundamental da Língua Portuguesa* (2001), de Gladstone Chaves de Melo apresenta um capítulo na parte de Morfologia, em que trata sobre a descrição das preposições, locuções prepositivas e contrações; e outro capítulo na parte de sintaxe, em que descreve a função da preposição e seu valor, de acordo com as relações de sentido.

6.1 Sobre a preposição *a*

Ambos os autores descrevem a função exercida pela preposição *a* de introduzir o objeto indireto, correspondendo, em vista disso, ao uso do dativo latino. A fim de exemplificar essa função da preposição, Rocha Lima cita o seguinte exemplo de José de Alencar: “Iracema, depois que ofereceu aos chefes licor de Tupã, saiu do bosque” (Rocha Lima 2005:356).

Ainda sobre esse assunto, Melo assevera que devem ser compreendidas e analisadas como objeto indireto, e não como complemento nominal, determinadas expressões regidas de *a* e que encontram correspondente em outras com o valor possessivo, como em: “Tudo isso passou pela cabeça ao rapaz, em poucos segundos” (Melo 2001:197).

Outra função que pode ser exercida por essa preposição descrita nas duas obras analisadas e a de reger o objeto direto preposicionado, como se pode ver em “Benza Deus aos teus cordeiros” (Rocha Lima 2005:356).

Rocha Lima fala sobre uma outra função da preposição *a*, o de reger o complemento de muitos adjetivos, sobretudo os que denotam disposição de ânimo em relação ao objeto, aproximação, semelhança e concomitância. Na tabela 8, apresentamos que adjetivos equivaler aos valores descritos pelo autor:

DISPOSIÇÃO DE ÂNIMO EM RELAÇÃO A UM OBJETO	<i>aceito, agradável, caro, favorável, benigno, fiel, dócil, propício, leal, amigo, contrário, hostil, traidor, avesso, adverso, rebelde, odioso, refratário, útil, nocivo, prejudicial, pernicioso, sensível, duro, surdo, cego, mudo, atento, alheio.</i>
APROXIMAÇÃO	<i>próximo, propínquo, vizinho, adstrito, comum.</i>
SEMELHANÇA	<i>semelhante, análogo, igual, idêntico, equivalente, conforme, paralelo.</i>
CONCOMITÂNCIA	<i>coevo, coetâneo, contemporâneo.</i>

(Rocha Lima 2005: 357) - Tabela 8

Além desses, também devem ser incluídos: os adjetivos terminados em *nite*, oriundos de verbos que se constituem com *a*, como *sobrevivente* e *correspondente*; os participípios passivos de

verbos reflexos que se constituem com *a*, como aperfeiçoado e acostumado; os comparativos formais, *anterior*, *posterior*, *superior* e *inferior*.

Os exemplos seguintes foram retirados da obra de Rocha Lima (2005: 357):

Pois eu digo que este é o templo aceito a Deus... (Rui)
 E foi fiel ao juramento santo... (Filinto Elísio)
 És surdo a seus lamentos?" (Herculano)
 Seu cepticismo não fazia duro aos males alheios... (Machado de Assis)
 Que motivo tão forte a obriga a exigir desse moço sacrifício superior a suas posses? (Machado de Assis)

Há ainda outra função apresentada por Rocha Lima que essa preposição pode exercer: encetar o complemento de alguns substantivos verbais, que preservam o regime dos verbos correspondentes, como em *Não conhecem a obediência aos superiores e a reverência aos mestres (Rui)* (Rocha Lima 2005:357).

Melo afirma que o *a* forma numerosas locuções adverbiais, que exercem a função de adjunto adverbial cuja maior parte tem o nome no feminino e no plural. Na tabela 9, apresentamos as locuções descritas por Melo:

<p>LOCUÇÕES ADVERBIAIS</p>	<p><i>à toa, às avessas, às claras, às escuras, às direitas, às tontas, à escuta, a esmo, a desbarato, a pelo, a talho de foice, às cegas, à surdina, à vista, à compita, à socapa, à sorrelfa, à puridade, à solta, à pressa e às pressas, a pés juntos, à uma, a bocados, aos borbotões, a ouro e fio, à revelia, a bandeiras despregadas, à risca, a torto e a direito, e tantas outras.</i></p>
---------------------------------------	---

Tabela 9

Melo também observa a função da preposição *a* precedendo infinitivo, como em *a falar, a escrever*. Essa construção equivale a gerúndio. Na linguagem coloquial portuguesa, essa construção é bem mais empregada do que o gerúndio (à exceção do Alentejo). No português brasileiro, ocorre o inverso. Contudo, na língua literária, empregam-se as duas maneiras.

O *a* seguido de infinitivo também pode indicar o que cumpre a fazer no futuro ou o que vai acontecer, como em *contas a pagar, lições a dar, cartas a responder* (Melo 2001:200). Melo assevera que essa construção não tem boa tradição vernácula. Em certos casos,

devemos usar *para* ou *por*; em outros, uma subordinativa relativa: *contas para (por) pagar, lições para dar, cartas para responder* (Melo 2001: 200).

Na tabela 10, apresentamos as ideias e valores atribuídos à preposição *a* encontrados nas gramáticas analisadas.

	RL	M
causa	X	
concessão	X	
concomitância	X	
condição	X	
conformidade	X	X
direção	X	X
distância	X	
distribuição, singularização		X
fim	X	X
instrumento	X	X
lugar		X
meio	X	X
modo	X	
motivo	X	
movimento	X	X
mudança, transformação	passagem,	X
posição	X	X
proximidade	X	X
quantidade, medida e preço	X	X
referência	X	
tempo	X	X

Tabela 10

6.2 Sobre a preposição *até*

Rocha Lima diz que muitas vezes as preposições *a* e *até* concorrem na indicação de ideia de *termo*, empregando-se preferencialmente o *até* quando se tem o objetivo de frisar bem a ideia de *limite*. Depois do século XVII, o emprego das duas preposições passou a ser usado. Na seguinte frase de Rui Barbosa, pode-se observar as duas possibilidades que oferece a língua portuguesa: “Tudo assim, desde os astros, no céu, até os micróbios no sangue, desde as nebulosas no espaço, até aos aljôfares do rocio na relva dos prados” (Rocha Lima 2005: 365).

Sobre essa preposição, Melo diz apenas que ela, regendo substantivo antecedido de artigo, pode enfatizar-se [enfatizar a si mesma? Não seria um recurso discursivo? O sentido de Ao lavar... e Até ao lavar... não são os mesmos] com a preposição *a*, como em “Até ao lavar dos cestos é vindima (Provérbio)” (Melo, 2001:200).

Na tabela 11, apresentamos a ideia atribuída à preposição *até* encontrada nas gramáticas analisadas.

	RL	M
limite	X	

Tabela 11

6.3 Sobre a preposição *com*

Melo chama a atenção para um uso da preposição *com* menos comum: *com* mais infinitivo, indicando concessão, como em “Ele [Arcebispo] só, com trabalhar mais que todos [isto é, “não obstante trabalhar...”], sofria (...)” (Melo 2001: 201).

Rocha Lima observa (2005:366) que essa preposição também pode ser empregada: falando do que se tem, como em *está com febre*; do que se traz, como em *andar com cinco anéis nos dedos*; do que se contém, como em *um caixote de laranjas*.

Segundo o mesmo autor, empregar-se ainda o *com* com verbos e locuções que expressam a qualidade das relações entre seres, como em *estar de bem ou de mal com alguém*.

Na tabela 12, apresentamos as ideias e valores atribuídos à preposição *com* encontrados nas gramáticas analisadas.

	RL	M
causa	X	X
companhia	X	X
concessão		X
instrumento	X	X
modo		X
oposição	X	
simultaneidade	X	X

Tabela 12

6.4 Sobre a preposição *contra*

Ambos os autores concordam que a ideia geral da preposição *contra* é de oposição. A partir daí, segundo Melo (2001:201) derivam outros sentidos, como posição fronteira, hostilidade, proteção, objeção etc.

Destaca-se na obra de Melo um novo emprego, que se consagrou na língua portuguesa: “regência do complemento de *apertar, cingir* e sinônimos”, como em “Rugindo de cólera ao contemplarem este espetáculo, [os cavaleiros de Pelágio] apertavam *contra* o peito a cruz das espadas” (Melo 2001:201).

Na tabela 13, apresentamos as ideias e valores atribuídos à preposição *contra* encontrados nas gramáticas analisadas.

	RL	M
hostilidade		X
objeção		X
oposição	X	X
posição fronteira (antagônica)		X
proteção		X
proximidade	X	

Tabela 13

6.5 Sobre a preposição *de*

Segundo Rocha Lima (2005:367), uma das funções da preposição *de* é a de introduzir o complemento relativo de muitos verbos, tais como *precisar de*, *gostar de*, *depende de*, *lembrar-se de*, *esquecer-se de*, *abster-se de* etc. Também cumpre esta preposição a função de iniciar o objeto direto preposicional, como em “Ouvirás dos contos, comerás *do leite* e partirás quando quiseres (Rodrigues Lobo)”

Ainda de acordo com o mesmo autor, a preposição *de* também pode preceder uma oração subordinativa, reduzida de infinitivo, a qual cumpra a função de sujeito de determinados verbos de efeito moral, como em “Dói-me também, senhor conde – acrescentou o cavaleiro – *de ser eu* quem vos houvesse de trazer tão desagradável notícia (Herculano)”. (Rocha Lima 2005: 367)

Rocha Lima também destaca seu papel de ligar um substantivo a outro, quer imediatamente, quer mediante certos verbos, desempenhando o papel de caracterizar, definir ou retratar algo ou alguém. A preposição *de* também liga-se à interjeição *ai* ou *guai* e, por analogia, apresenta-se com vocábulos como *coitado*, *feliz*, *infeliz*, *pobre*, usadas em exclamações, como em “Ai, ai, ai *deste* último homem, está morrendo e ainda sonha com a vida. (Machado de Assis)”. (Rocha Lima 2005:369)

Além dessas funções, essa preposição ainda rege infinitivos que compõem conjugações perifrásticas com verbos como *cessar*, *ter*, *haver*, *deixar* etc., como em *cessou de falar*, *ter de ir*, *havemos de partir*, *deixaste de comparecer*.

Na tabela 14, apresentamos as ideias e valores atribuídos à preposição *de* encontrados nas gramáticas analisadas.

	RL	M
agente da passiva	X	
assunto	X	
causa	X	X
componente de locuções	X	X
efeito	X	
estado, aspecto		X
instrumento	X	
lugar	X	
lugar onde	X	
matéria		X
meio	X	
modo	X	
origem	X	X
pertença		X
ponto de partida		X
referencia		X
restrição, individuação		X
tempo	X	

Tabela 14

6.6 Sobre a preposição *desde*

Chaves de Melo não descreve a preposição *desde* em sua gramática. Rocha Lima observa que essa preposição indica o “ponto de partida de um movimento ou extensão” (2005:371), para marcar sobretudo distância.

Na tabela 15, apresentamos as ideias e valores atribuídos à preposição *desde* encontrados nas gramáticas analisadas.

	RL	M
ponto de partida	X	

Tabela 15

6.7 Sobre a preposição *em*

Chaves de Melo afirma (2001:204) que a preposição *em* forma diversas locuções adverbiais e prepositivas, tais como *em cheio, em comum, nesse interim; dentro em, em redor de, em torno de*. E ainda conclui que *em* rege o gerúndio expressivo de tempo anterior ou simultâneo, e de condição ou hipótese, como em “Ninguém, desde que entrou [neste mundo], *em se tratando* da própria consideração, mentia sem dificuldade. (Machado, Quincas, p.105)” (Chaves de Melo 2001:205)

Na tabela 16, apresentamos as ideias e valores atribuídos à preposição *em* encontrados nas gramáticas analisadas.

	RL	M
assunto, matéria		X
causa		X
estado	X	X
finalidade		X
forma		X
lugar	X	X
modo	X	X
mudança de estado	X	X
preço	X	
restrição, especificação		X
tempo	X	X
termo, acabamento		X

Tabela 16

6.8 Sobre a preposição *entre*

Chaves de Melo observa (2001: 205) que “não oferece dificuldade o emprego desta preposição, cujo sentido fundamental é *posição intermediária*”. Também compartilha desse entendimento Rocha Lima que, em sua obra, descreve (2005:374) que além disso, a preposição *entre* é empregada antes de adjetivos visando a

expressar certo estado de perplexidade ou vacilação, como em “Mereço? Inquiriu ela, *entre* desvanecida e modesta (Machado de Assis)”.

Na tabela 17, apresentamos as ideias e valores atribuídos à preposição *entre* encontrados nas gramáticas analisadas.

	RL	M
perplexidade	X	
posição	X	X
reciprocidade		X
sentido partitivo		X
totalidade		X

Tabela 17

6.9 Sobre a preposição *para*

Segundo Rocha Lima (2005:374) a preposição *para* tem a função de introduzir o objeto indireto. A ideia fundamental desse vocábulo, conforme Chaves de Melo (2001:206) *é de movimento, destino*.

Na tabela 18, apresentamos as ideias e valores atribuídos à preposição *para* encontrados nas gramáticas analisadas.

	RL	M
capacidade		X
capacidade	X	
consequência	X	
designação do que uma coisa requer para ser efetuada	X	
direção	X	X
finalidade	X	X
finalidade relativa		X
movimento	X	X
proporcionalidade	X	
referência		X

segregação		X
serventia		X
tempo	X	X

Tabela 18

6.10 Sobre a preposição *por*

Além de formar um grande número de locuções adverbiais (Chaves de Melo 2001: 208), a preposição *por* anuncia o agente da voz passiva e rege o anexo predicativo do objeto direto de certos verbos, sobretudo *ter*, *haver*, *tomar*, *dar* (=declarar), *julgar* (Rocha Lima 2001:376).

Na tabela 19, apresentamos as ideias e valores atribuídos à preposição *por* encontrados nas gramáticas analisadas.

	RL	M
causa	X	X
conformidade	X	
duração		X
favor	X	X
fim	X	
finalidade		X
indicação do autor da ação ⁸⁷		
lugar com ideia de dispersão	X	X
lugar por onde	X	X
meio	X	X
preço, valor		X
substituição	X	
tempo	X	X

Tabela 19

⁸⁷ A preposição “por rege o complemento da passiva, indicando o autor da ação (na língua clássica o agente da passiva é mais frequentemente regido de “de””(Melo, 2001, p.208)

6.11 Sobre a preposição *sem*

A preposição *sem* não aparece descrita na obra de Chaves de Melo. Rocha Lima não tece longas considerações a respeito desse vocábulo. O autor limita-se a dizer que o *sem* designa (2005:377) *negação, ausência, desacompanhamento*.

Na tabela 20, apresentamos as ideias e valores atribuídos à preposição *sem* encontrados nas gramáticas analisadas.

	RL	M
Ausência	X	
desacompanhamento	X	
Negação	X	

Tabela 20

6.12 Sobre a preposição *sob*

Chaves de Melo não descreve a preposição *sob* em sua obra. Rocha Lima (2005:377) observa que essa preposição expressa *posição inferior* e, com mais frequência, é utilizada no sentido conotativo, como em *sob pretexto de, sob pena de, sob proposta de* etc.

Na tabela 21, apresentamos as ideias e valores atribuídos à preposição *sob* encontrados nas gramáticas analisadas.

	RL	M
posição inferior		

Tabela 21

6.13 Sobre a preposição *sobre*

Chaves de Melo (2001:208) afirma que a ideia fundamental da preposição *sobre* é a de superioridade. O autor ressalta que essa preposição exercia na língua clássica mais amplo campo semântico do que na língua contemporânea, uma vez que era empregada em distintas situações hoje estranhas para o leitor hodierno.

Na tabela 22, apresentamos as ideias e valores atribuídos à preposição *sob* encontrados nas gramáticas analisadas:

	RL	M
assunto	X	
causa		X
direção	X	
excesso	X	
superioridade	X	X
tem o sentido de “além de”		X
tempo aproximado	X	X

Tabela 22

7. CONCLUSÃO

A partir das observações aqui apresentadas, postulamos que há nas referidas gramáticas o propósito de apresentar uma contribuição pedagógica, prezando o ensino da tradição gramatical e de uma língua padrão desejável.

Creemos ainda que Rocha Lima e Chaves de Melo descreveram as preposições da Língua Portuguesa pautados em uma uniformidade ou harmonia teórica, uma vez que seus conceitos promovem uma formação linguística bastante similar.

As contribuições aqui destacadas mostram que a *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*, de Rocha Lima e da *Gramática Fundamental da Língua Portuguesa*, de Gladstone Chaves de Melo, obras de grande valor para as demandas atuais de pesquisadores de Língua Portuguesa, Linguística e áreas afins. Suas concepções no que diz respeito à visão das preposições estão em conformidade com as concepções das gramáticas hodiernas.

Neste trabalho, trazemos algumas considerações que os referidos autores apresentam a cerca preposições. Buscou-se pensar a respeito das visões aqui apresentadas, embora sem a pretensão de apresentar uma explicação concluída. Procuramos, pelo menos, discuti-las. Esperamos, contudo, que esta pesquisa possa servir como uma reflexão, a fim de que o interesse pelo assunto seja despertado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2004.

CAMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso. 2011. *Estrutura da língua portuguesa*. 43 ed. Petrópolis, RJ: Vozes.

_____. *Dicionário de Linguística e Gramática*. 1977. 7 ed. Petrópolis, RJ: Vozes.

CUNHA, Luana. Descrição do conectivo em cinco gramáticas da NGB, 2015. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) - Universidade Federal Fluminense.

KOERNER, Konrad. 1995. *Professing Linguistic Historiography*. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins.

NASCIMENTO, Jarbas V. 2005. *Fundamentos teórico-metodológicos da Historiografia Lingüística*. In: *Historiografia lingüística: rumos possíveis* / Jarbas Vargas Nascimento (org). São Paulo: Edições Pulsar; Terras do Sonhar.

MELO, Gladstone Chaves de. *Gramática Fundamental da Língua Portuguesa*. 4ed. Rio de Janeiro, Ao livro técnico, 2001.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. 44 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005.

SWIGGERS, Pierre. 2010. História e Historiografia da Linguística: Status, Modelos e Classificações. *Eutomia*. Revista Online de Literatura e Linguística 3/2 (17 p).